

SANTOS DUMONT, homenagem.

DE OUTUBRO DE 1903

QUESTÕES GERAES :

A instrucção em Londres, extrahido, do <i>Jornal do Commercio</i>	PAG.
O seculo XIX, por E. de Vogué, traducção de J. Benevides	315
Da composição e do estylo, de Augusto R. de Carvalho	316
Psychologia dos povos, II, traducção de	324
Cartas anepigraphas, VIII, de Horacio Scrosoppi.	330
	336

PEDAGOGIA PRATICA:

Physiographia, de Augusto R. de Carvalho	343
Coefficiente de dilatação, de M. S.	346
Notas de Portuguez de Luiz Cardoso	348
Ensino Militar, IX, de Augusto R. de Carvalho	349
Museu escolar, traducção, de J. Brito	352

LITTERATURA INFANTIL :

Qui a fait cela ? poesia, de Hippolyte Pujol	357
Os passaros, poesia, de B. Octavio	358
Hymno infantil, de Jorge Pires de Godoy	358
Paraphrases, poesia, de B. Octavio	359
Os mertrer da litteratura infantil, collecionado por R. Puiggari	356
Les deux édifices, poesia, de Hippolyte Pujól	361
A tempestade, conto, de C. Franco	363
A instrucção e a humanidade, poesia, de Pedro de Mello	364

HYMNOS ESCOLARES :

Minha barca, letra de e musica de J. Gomes Junior	367
Minha terra, letra de Casimiro de Abreu e Musica de Antonio Carlos	374
Marchar! marchar! letra de Luiz Galvão e musica de J. Gomes Junior	378

DIVERSOS :

Dr. Antonio Caetano de Campos	385
Discurso pronunciado na sessão solemne de 22 de Abril de 1900, no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo dr. Alfredo Nascimento	386
Historia e Geographia, traducção de F. E. J. de Benevides	389
7 de Setembro	395
Descontos	397
Instrução publica em Minas Geraes	398
Evangelho da Educação	405
Carta a Arnando e Puigari, de M. C. Junior.	406

MOVIMENTO ASSOCIATIVO 409

NOTICIARIO 411

ANNUNCIO

REVISTA DE ENSINO

DA

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE

DO

PROFESSORADO PUBLICO DE SÃO PAULO

PUBLICAÇÃO BI-MESTRAL, SUBSIDIADA PELO GOVERNO DO ESTADO

Redactor-chefe : — ARNALDO DE OLIVEIRA BARRETO

Redactor-secretario : — JOÃO PINTO E SILVA

REDACTORES EFFECTIVOS

JOAQUIM LUIZ DE BRITO

ROMÃO PUIGGARI

JOÃO LOURENÇO RODRIGUES

ALFREDO BRESSER DA SILVEIRA

EMILIO MARIO DE ARANTES

RAMON ROCA DORDAL

JOÃO CHRISOSTOMO B. DOS REIS JUNIOR

NUMERO 5

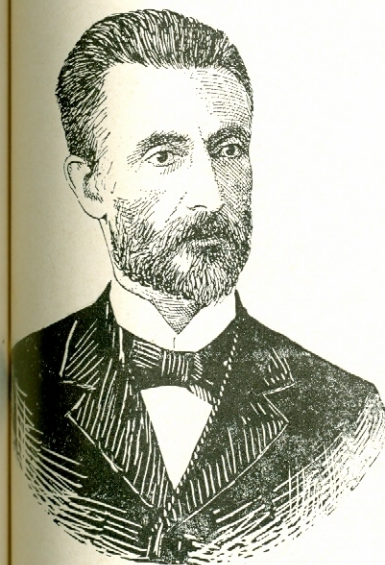
SÃO PAULO

TYPOGRAPHIA DO «DIARIO OFFICIAL»

1903



CORONEL CARLOS PORTO



DR. ANTONIO MERCADO



DR. CANDIDO MOTTA

HOMENAGEM

DA «REVISTA DE ENSINO»

AOS ILLUSTRES DEFENSORES DA INSTRUÇÃO PUBLICA PAULISTA,
NA CAMARA DOS DEPUTADOS.

2 DE DEZEMBRO DE 1903.

Já estava impresso o numero passado da *Revista*, quando foi apresentado no Congresso o projecto n. 34, deste anno, visando a refôrma da instrucção publica do Estado, e devido aos srs. Fontes Junior e Mario Bulcão.

Perdemos, pois, a opportunidade de, a seu respeito, emittir a nossa opinião, levando-a ao conhecimento dos srs. professores, nossos consocios.

E' verdade que ainda nos restava a imprensa diaria.

Mas essa mesma, por um escrupulo muito natural, desde logo nos ficou defeza.

Artigos anonymos, cheios de offensas e remôques ao Governo e aos auctores do projecto, começaram de apparecer na secção livre dos jornaes de maior circulaçào, tornando irritante uma questào que devia ser discutida no terreno dos principios.

A' vista disso, desistimos tambem desse proposito.

Especulava-se, era claro, com o nome dos professores; não quizemos encampar, escrevendo na mesma secção onde appareceram taes escriptos, as aleivosias atiradas por conta delles.

A Associação desprezando esse meio de combate, lançava mão, entretanto, de outros recursos mais efficazes para obstar que a instrucção publica paulista fosse desfeita por um projecto de uma leviandade sem exemplo.

Ao mesmo tempo que, por intermedio de seus delegados no interior, recommendava a maior circumspecção aos seus consocios que acaso desejassem critical-o pela imprensa, nomeava na Capital um commissão de professores para se entender com o Governo e com influencias politicas do maior criterio, fazendo-lhes sentir a inconveniencia e o absurdo do projecto alludido que, aliás, já estava em 2.^a discussão.

E a Associação foi ouvida, e o projecto, para gloria do Congresso de S. Paulo, foi retirado da discussão, com o accôrdo do proprio sr. Fontes Junior, que o apresentou.

Outra não podia ser a attitude da Associação, como outro tambem não podia ser o seu modo de agir.

A professores não ficaria bem luctar pelos seus direitos, por meio do escandalo.

Mas a discreção usada pela Associação não foi bem comprehendida por consocios, que requereram a sua eliminação do quadro social.

Foram, porém, injustos esses senhores, não só para comnosco, como tambem para com o Governo de S. Paulo, que, quando soube dos termos do projecto, teve os mesmos sobresaltos que nós tivemos.

Mas a lucta já está passada, e ainda uma vez devemos felicitar os illustres cidadãos que dirigem o Estado de S. Paulo, e o esforço da Associação que mais uma vez teve ensanchas de reconhecer a estima e a consideração em que são tidos os professores paulistas.

*
**

Um outro assumpto, tambem de grande importancia, nos preoccupa agora.

Repete-se diariamente, e em todos os tons, que os professores não querem exercer o magisterio nas localidades do interior, nas cidades afastadas, e que não querem sahir da Capital.

Vamos, pois que a isso nos obriga nossa posição e responsabilidade, provar que tal declaração não é verdadeira, que ha muitos professores que accetariam nomeações para cadeiras vagas, ainda que em povoações distantes.

Profestamos, portanto, contra essa affirmação, proferida mesmo por aquelles que não deviam ignorar que ella é falsa, e até por amigos dos professores, que, ao repetil-a, acreditam affirmar uma verdade, que, ao ser empregada contra nós, concorre para augmentar a série de dissabores que mãos infelizes vão ingloriamente espalhando no triste itinerario dos professores primarios, amargurando assim os dias a uma classe que trabalha modestamente e sem descanso pelo futuro dos filhos do povo.

Diremos, pois, rapidamente, sem rodeios, que o que não se quer é prover as cadeiras vagas, que o que não se quer é nomear novos professores.

Ha muito tempo que não se publica mais a lista das cadeiras vagas, cousa que antigamente era uma disposição de lei, e se fazia em periodos certos.

Tal disposição, porém, ou foi eliminada dos actuaes regulamentos por julgar que era desnecessaria, ou não se executa porque se julga inutil.

O certo é que o professor que deseja trabalhar tem necessidade de indagar si existem cadeiras vagas.

Ora, como todos dizem que sim, que ha muitas cadeiras vagas que esperam provimento, facto que occasionou até a criação das Escolas Complementares, e que serve de clava para golpear a dignidade da classe, os

pretendentes, munidos de seu diploma e mais documentos exigidos em lei, dirigem-se á Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, onde ha funcionarios que guardam um grande livro, á vista do qual elles declaram que tal e tal cadeira vaga não póde ser provida porque não ha verba; que tal outra nunca foi provida, por isso não está contemplada no orçamento, e que o Governo não póde fazer essa nomeação, pois o orçamento foi feito para as cadeiras providas e não para as cadeiras vagas.

Si o pretendente declara não entender, dão-lhe esta outra explicação:

Não, tal cadeira não póde ser requerida, não tem estatística; nunca foi provida, por isso não podemos accetiar requerimento para ella, sem que primeiro o professor trate de organizar a estatística das crianças em idade escolar — mostrando assim desconhecer que na occasião da criação da cadeira essa estatística já fôra feita, sem o que ella não seria creada.

O expediente empregado, porém, tem a vantagem de afastar o pretendente, para se continuar a dizer: tal cadeira nunca foi requerida.

Si o candidato não esmorece ante essas declarações, o funcionario, encarregado de receber os requerimentos de inscripção ás muitas cadeiras vagas e de mostrar o respectivo livro, espera que o pretendente, movendo uma ou outra folha, fixe sua attenção no nome de alguma localidade, e então, sinceramente penalizado pela situação do pobre professor, declara que nova escola apontada já foi provida, ou que ainda não está em concurso, ou que já foi requerida, e que os papeis estão em andamento, porque o concurso para seu provimento já foi encerrado.

Este processo, simples, facil e pratico, conseguiu effectivamente afastar a maior parte dos pretendentes ás cadeiras vagas, os quaes, não sabendo para quem appellar, vão ficando á espera de alguma vaga nas escolas da Capital.

A verdade, porém, é que não se quer prover as cadeiras actualmente vagas, ou porque não estejam incluídas no orçamento da despeza, ou porque não se queira augmentar essa despeza.

No emtanto, continuam as localidades privadas de professores diplomados, queixando-se por isso contra estes porque julgam ahi que os professores não querem ir para o interior do Estado, que não querem sahir da Capital.

E o orçamento continúa a consignar verba para a nossa Escola Normal e para as diversas Escolas Complementares, onde a mocidade, em troca de muito estudo e trabalho conquista uma carta de professor primario, quando de facto não se pensa em nomear professores para as muitas cadeiras vagas.

Limitando-nos aos factos expostos, prevenimos a mocidade que em vão está a procurar uma carreira onde não poderá obter collocação.

Demais, para o que dissemos não ha resposta, e essa resposta não viria sanar o mal, não viria destruir a má opinião formada contra os professores públicos a este respeito, embora injustamente.

No entanto ha um meio de provar que os professores não querem ir para o interior, e só ante essa prova deixaremos de repetir que isso não é verdade.

Afirmamos que os professores primarios, apezar das privações que lhes acarretam taes nomeações, pela falta de casa-escola, e outros inconvenientes, ainda assim elles acceitariam essas nomeações.

Querem convencer-se disso?

Publique-se desde já a lista das cadeiras vagas de todo o Estado, incluindo mesmo as que estão providas por professores provisorios, e declare-se que se aceitam inscripções e se farão as nomeações dentro do prazo legal.

Si isso não se fizer, si não se publicar a lista das cadeiras vagas, como o exige o interesse do povo que paga impostos para ter escolas, e o exige tambem a dignidade dos professores injustamente accusados de uma falta que não commettem, então poderão continuar a dizer o que quizerem, que nós teremos provado que os professores não vão para o interior porque, ao menos assim parece, não se quer prover as muitas cadeiras vagas.

QUESTÕES GERAES

Perante a Lei

Abaixo transcrevemos muitos topicos do notavel discurso do dr. Antonio Mercado, proferido no dia 8 de Outubro proximo passado, por occasião da 2.^a discussão do projecto Fontes Junior.

Prestando assim uma justa homenagem ao illustrado e correcto parlamentar, registramos ao mesmo tempo em nossa *Revista* principios firmados de Direito, de que talvez amanhã tenhamos de lançar mão em defesa das prerogativas e privilegios que nos concedem a Constituição e a nossa Lei de ensino.

Para elles chamamos a attenção de todos os professores publicos :

O sr. Antonio Mercado: — Sr. presidente, devo continuar hoje, a explanação do meu modo de apreciar o projecto em debate, relativamente á reforma da instrucção publica do Estado de S. Paulo.

Tendo hontem, desenvolvidamente, dito por que eu julgava que esse projecto ia de encontro ás tendencias modernas, em toda a parte do mundo civilizado, verificadas quanto ao desenvolvimento do ensino publico, e tambem tendo affirmado que elle desorganizava a nossa instrucção publica, eu ia passar a tratar de dois pontos importantes do mesmo projecto, quando a hora de terminarem os nossos trabalhos fez in-

terromper aquillo que ia expendendo á Camara.

Os dois pontos de que eu ia então tratar, e de que hoje devo occupar-me, são os referentes á autonomia municipal e á vitaliciedade dos professores publicos.

Por conveniencia de methodo parece-me melhor tratar em primeiro lugar do segundo dos pontos indicados, para depois occupar-me do primeiro, e é isto que vou fazer.

Antes, porém, sr. presidente, de tratar propriamente deste assumpto, torna-se necessario examinar certas questões preliminares, cujo exame exige tempo, estudo, conhecimentos que me faltam, mas do qual não posso eximir-me para fundamentar a minha opinião.

Estes pontos são os seguintes: 1.^o Existem relações juridicas entre o funcionario e o Estado? 2.^o Qual a natureza dessas relações? 3.^o Quaes os direitos e obrigações do Estado e do funcionario, emergentes dessas relações? 4.^o A' vista desses direitos e obrigações póde o Estado diminuir vencimentos dos seus funcionarios, ou dispensal-os dos cargos que exercem?

Na ordem de indicações que acabo de fazer, vou tratar desses diversos assumptos, ainda que perfunctoriamente.

Sr. presidente, é incontestavel hoje, em direito administrativo e em direito civil, que entre os funcionarios e o Estado, ha relações juridicas. A affirmação em sentido con-

trario só tinha razão de ser nos tempos em que o estado embryonario das sciencias politicas fazia com que se confundisse o Estado com a propria soberania, com o seu depositario, nas épocas em que podia um chefe de governo declarar, como fez Luiz XVI—*L'etat c'est moi*. Era então admissivel sustentar-se que o Estado não tinha relações de direito com os seus funcionarios, porque elle e esses funcionarios constituíam um unico corpo, e não é possivel existirem relações de direito entre partes do mesmo organismo.

Hoje, porém, quando o progresso das sciencias politicas tem estabelecido uma distincção profunda, uma separação impossivel de desconhecer-se entre o Estado e aquelles que o representam, isto é, os seus funcionarios, não se pôde mais pôr em duvida que existem entre estes e o Estado verdadeiras relações de direito

Isto basta, sr. presidente, quanto á 1.^a questão que me propuz a examinar. Passarei á 2.^a: Qual a natureza dessas relações?

Ha, a respeito, grande divergencia entre os escriptores de direito. Ha diversas theorias, ha muitas doutrinas. Uns entendem que as relações entre o funcionario e o Estado são relações principalmente de ordem moral, visto que o Estado é um ente moral, um ente politico, e que, portanto, as relações entre elle e aquelles que o representam ou que, como agentes seus, tratam de realizar a sua vontade, são relações que escapam á esphera do direito. Outros sustentam que não é assim, que as relações entre o funcionario e o Estado são verdadeiras relações juridicas, mas de uma ordem especial, que não está sujeita aos principios do direito civil.

Pensam ainda outros que essas relações constituem um vinculo de direito, um contracto *sui-generis* que,

do mesmo modo, não está sujeito, ás prescripções do direito *commum*.

Ha, porem, outras opiniões que me parecem mais accetaveis e que são aquellas que vão actualmente dominando: são as dos que pensam e sustentam que, entre o funcionario e o Estado, ha um verdadeiro contracto bilateral. Este contracto pôde tomar dois aspectos differentes, pôde tomar duas vestimentas juridicas diversas, si assim me posso exprimir.

Pôde ser ou o contracto de mandato, ou o contracto de locação de serviço.

Quando o funcionario representa o Estado, como o presidente, por exemplo, do nosso Estado de S. Paulo, ou os seus secretarios, ou os membros do seu poder judiciario, ou os membros do poder legislativo, o contracto veste as fórmulas de um contracto de mandato; o Estado é representado por esses funcionarios, elles falam em nome, elles realizam, na pratica da vida, a sua vontade, elles dão vigor e actividade á sua entidade moral, á sua personalidade juridica: são, portanto, mandatarios do Estado.

Ha outros funcionarios, porem, cujas funcções se distinguem destas a que acabo de referir-me, e tomam um outro aspecto.

São, por exemplo, os empregados das diversas secretarias, são os membros do magisterio publico, são os outros funcionarios de uma categoria inferior. Todos elles, é certo que contribuem para a realização dos fins do Estado, porém não representam o Estado, não são seus mandatarios: elles prestam seus serviços recebendo uma remuneração. Portanto, os serviços que elles prestam, as utilidades com que elles contribuem para a realização dos fins do Estado, são serviços, são utilidades que elles locam, que elles põem á disposição deste.

O contracto, nesse caso, toma a fórma de uma verdadeira locação de serviços.

Sendo assim, si são estes, sr. presidente, os principios dominantes e aquelles cuja acceitação se impõe pela força de sua procedencia, é evidente que entre o Estado e os seus funcionarios ha direitos, ha obrigações que não pôdem escapar da esphera do direito civil, que têm de sujeitar-se ás prescripções do direito *commum*.

Entro agora no exame da terceira questão que tomei por missão desenvolver, rapidamente embora.

Que direitos e obrigações, sr. presidente, resultam do contracto celebrado entre o Estado e os seus funcionarios? Os mesmos direitos e as mesmas obrigações que decorrem dos contractos celebrados entre particulares: aquelles que foram estipulados pelas partes ou decorrem da lei.

Assim como um particular que contracta seus serviços com outro, tem o direito de exigir a remuneração convencionada por esses serviços, o cumprimento das clausulas contractuaes, o funcionario que lóca os seus servicios ao Estado, que põe uma parte determinada da sua actividade á disposição deste, tem o direito de exigir a remuneração estipulada, assim como o cumprimento de todas as mais obrigações que decorrem do contracto.

Quanto aos particulares o contracto se faz por meio de convenções expressas, consignadas em um acto authenticico, em uma escriptura, ou decorre do uso *commum*, da pratica de todos os dias, ou ainda emerge de disposições regulamentares.

V. exa. sabe que, quando qualquer pessoa contracta, por meio de uma escriptura publica ou particular, nessa escriptura estipulam-se clausulas que devem servir para garantir direitos de ambas as partes contractantes, e para ellas essas clausulas im-

portam em verdadeira lei. Quando não se realiza o contracto por escripto e apenas segue-se aquillo que está estipulado geralmente, aquillo que é de uso *commum*, o costume do logar, tacitamente acceto, constitue do mesmo modo obrigações para as partes; e ellas têm de se sujeitar a essas disposições usuas; a essas clausulas costumeiras, implicitamente acceitas, na realização do contracto, em um dado logar em que taes clausulas vigoram.

Quando preexistem ao contracto disposições regulamentares, mais claras e mais positivas é a manifestação da vontade de ambas as partes, de sujeitarem-se a ellas.

V. exa. sabe que as estradas de ferro, por exemplo, têm seus regulamentos que estabelecem os deveres de varios de seus empregados, e até muitas vezes de seus contractantes, daquelles que tomam a seu cargo a realização de determinados serviços as construcções das respectivas linhas.

Todo o empregado que entra para o serviço de uma companhia, conhece ou suppõe-se que conhece as disposições regulamentares, vigentes, e a ellas se sujeita; o que nellas está disposto, embora não fizesse parte explicita do contracto que elle pactuou com a directoria da companhia, ou com seu mandatario tem de sujeital-o, assim como vincula a propria companhia.

Com os funcionarios publicos dá-se a mesma cousa. Elles em regra não fazem com o Estado um contracto por meio de escriptura; excepcionalmente pôdem fazel-o.

V. exa. sabe que nós temos ou já tivemos mais de um funcionario publico contractado. Nas escolas publicas desta capital, por exemplo, tivemos a grande educadora miss. Browne, contractada para prestar serviços durante um certo tempo e segundo determinadas clausulas.

.

O funcionario publico, aceitando o cargo para o qual foi nomeado, e cargo que, sendo criado por lei e sendo regulamentado por disposição do poder executivo, traz para o mesmo e para o Estado deveres e obrigações; o funcionario, queria eu dizer, aceitando a nomeação, aceitou os direitos inherentes, bem como as obrigações e deveres estabelecidos nas leis e regulamentos, e o contracto pela sua aceitação, ficou firme e valioso entre elle e o Estado.

Tem o Estado a obrigação de pagar-lhe aquillo que lhe prometteu por meio de disposição legal e regulamentar; tem de conservá-lo no exercicio do cargo o tempo determinado nas leis e regulamentos; e o funcionario, correlativamente, tem de prestar serviço de accôrdo com o que foi determinado nas mesmas leis e nos regulamentos respectivos.

Si é assim, sr. presidente, pôde o Estado por sua livre e exclusiva vontade faltar aquillo que contractou com o funcionario, pelo facto de haver-o nomeado e de haver este manifestado a sua acquiescencia, aceitando a nomeação, tomando posse do cargo? E' o que vou rapidamente examinar, tratando do quarto ponto que indiquei como fazendo objecto da primeira parte desta explanação do meu modo de apreciar o projecto em debate.

Sr. presidente, os contractos, como eu disse ha pouco, são lei entre as partes. Quando se trata de um contracto synallagmatico, nenhuma dellas pôde legalmente deixar de cumprir aquillo a que se obrigou. Si o fizer, fica sujeita a indemnizar a outra parte, fica obrigada a fazer desapparecer o prejuizo que á mesma causou com o inadimplemento das obrigações contrahidas.

Sendo assim, e não precisando de demonstrar mais este ponto, cumpre-me examinar si o Estado pôde diminuir os vencimentos dos seus funcio-

cionarios sem estes serem ouvidos, ou dispensal-os dos cargos que exercam, sem que elles o queiram.

Quanto ao primeiro ponto v. exc. comprehende que a resposta não pôde deixar de ser pela negativa, em these. O Estado contractando com um funcionario a prestação de determinado serviço, por uma certa quantia, está obrigado a pagal-a. Não pôde, portanto, diminuil-a, porque não pôde restringir uma das obrigações que assumiu, sem que a outra parte dê a essa modificação a sua acquiescencia.

Na exposição que tive a honra de apresentar á Camara, explicando a minha discordancia com a illustre maioria da Commissão de Fazenda, quanto ao projecto do orçamento, eu expendi esta idéa e resolvi a questão a que acabo de referir-me do seguinte modo: Quando o funcionario é temporario, quando o exercicio de suas funções não tem um termo fixo na lei, o Estado pôde reduzir os seus vencimentos, visto que pôde tambem demittil-o ou dispensal-o do exercicio de suas funções. E disse eu: quem pôde o mais, pôde o menos.

Sr. presidente, esta minha affirmacão não é tão geralmente aceita como eu pensei.

Ella encontra em auctores modernos opposição bastante procedente, que eu não conhecia então e que vou agora ter a honra de desenvolver perante a Camara.

Em um livro moderno de direito civil, no volume 19, da grande obra de Baudry-Lecantinerie, na parte relativa ao contracto de *Louage*, de que foi encarregado o grande juriconsulto Alberto Wahl, esta questão é desenvolvida, e este sobre a mesma expõe o seguinte que vou ler: (*Lé*)

«O patrão não pôde, de sua propria autoridade, diminuir os salarios convencionados, si a locação foi feita por um tempo determinado. Si, ao contrario, a locação foi feita por um

tempo indeterminado, dicidiu-se que elle pôde arbitrariamente diminuir o salario. *A opinião contraria, que os tribunaes têm consagrado, parece-me mais exacta.*

Os salarios foram fixados pela duração indeterminada do contracto.

Logo reduzindo-os, o patrão põe na realidade fim ao contracto, para lhe substituir um novo contracto meos vantajoso para o assalariado.

Elle não pôde, portanto, diminuir o salario sinão nas hypotheses em que tem o direito de pôr fim ao contracto, sem indemnização.»

Veja v. exc. a opinião que aceita Alberto Wahl. O patrão, isto é, o locatario dos serviços de qualquer pessoa, mesmo quando esses serviços foram contractados por tempo indeterminado, não pôde reduzir a seu bel prazer, por sua unica vontade, os salarios estipulados, porque importa isso na revogação do contracto anterior e na effectuação de um novo contracto, e isto não se pôde dar sem que a vontade do locador se manifeste, sem que elle tambem entre na convenção, para que esta possa produzir seus effectos juridicos.

A opinião deste escriptor, sr. presidente, não é desacompanhada de fundamentos legaes. No direito francez moderno encontram-se disposições que a justificam. Si v. exc. percorrer o codigo civil francez, de edição moderna, e examinar o seu art. 1870, encontrará nelle incluída a disposição da lei de 27 de Dezembro de 1890, que confirma aquillo que eu disse.

V. exc. sabe que em França o codigo civil mantém sempre a primitiva unidade e a sua integridade. Todas as modificações que em direito civil se fazem são incluídas nos respectivos artigos, que são substituídos, de modo que, apesar de haver em França grande numero de leis de direito civil modificando o codigo, essas leis todas se acham nelle in-

cluídas, delle fazendo parte integrante.

Esta lei de 1890, foi proposta por dois politicos francezes, um dos quaes, o sr. Waldeck Rousseau, em 1882, e depois de grandes debates, foi approvada e incluída no codigo, em 1890.

Dispõe ella:—(*Lé*) «A locação de serviços, feita sem determinação de duração, pôde sempre cessar pela vontade de uma das partes contractantes.

«Comtudo a resibição do contracto pela vontade de um só dos contractantes, pôde dar logar a *dommages intérêts*.»

Veja v. exa., sr. presidente, o que dispõe a lei civil franceza, o codigo civil francez: Quando o contracto é feito por tempo indeterminado pôde terminar pela vontade de qualquer das partes; mas si uma dellas o declarar terminado, o locatario, por exemplo, sem audiência do locador, o seu acto pôde dar logar a um pedido de indemnização por *damnos* e prejuizos. O locador, em certos casos pôde ter o direito de pedir essa indemnização. Si isso se dá, quanto á terminação do contrato, do mesmo modo se dará quando os salarios forem reduzidos por uma parte sem acquiescencia da outra.

A jurisprudencia franceza tem se manifestado, como diz Alberto Wahl, de accôrdo com a sua opinião.

Eu podia citar, sr. presidente, diversos julgados nesse sentido. Mas, si tal fizesse, tomaria muito tempo á Camara: por isso deixo de fazel-o, tratando propriamente de apreciar a situação dos professores publicos de S. Paulo, em estabelecer, e que vou rapidamente resumir

Um empregado publico, como qualquer locador de serviços, tem direito á percepção dos seus vencimentos estabelecidos na lei.

Portanto, esses vencimentos só lhe podem ser reduzidos em circumstan-

cias muito especiaes, quando a lei haja previsto essa redução, ou quando elle não tenha direito a perceber os vencimentos estipulados por um tempo determinado.

Terão, sr. presidente, os funcionarios do nosso magisterio publico os vencimentos estipulados por um tempo determinado? A resposta impõe-se: Têm.

Os professores publicos paulistas são, em sua generalidade vitalicios; têm o direito de, durante toda sua vida, emquanto as suas faculdades phisicas e intellectuaes o permittirem, exercerem os cargos de que estiverem empossados no magisterio publico. Portanto, têm o direito de perceber os vencimentos que foram marcados para aquelles que deviam exercer taes cargos, e que elles percebem agora.

Mas esta affirmação soffre, do nobre deputado, auctor do projecto, uma grande opposição. S. exa. contesta que os professores publicos em S. Paulo, mesmo os normalistas, sejam vitalicios. S. exa. affirma que elles são demissiveis *ad nutum*; porque s. exa. como todos, não pôde deixar de reconhecer que o contrario da vitaliciedade é a temporariedade; que os funcionarios ou têm o direito de exercerem o seu cargo durante toda a vida, ou estão sujeitos a perdê-lo, quando isso pareça conveniente ao governo, sem attender a causas que se originarem da parte delles, no não cumprimento dos deveres, que o exercicio do cargo impõe.

Para o nobre deputado, pois, os professores publicos são demissiveis *ad nutum*.

Já foi demonstrado, sr. presidente, pelos illustres collegas que se occuparam do assumpto, e, com mais competencia incontestavelmente do que eu (não apoiados *geraes*), que não procedia a affirmação do nobre deputado.

Dispensavel me parece, portanto, que eu insista sobre o assumpto. Vou, comtudo insistir, não porque espere

esclarecer melhor a questão, não porque supponha poder tornar mais evidente a verdade do que affirmam aquelles illustres collegas; mas porque entendo ser do meu dever trazer para questão tão importante, um subsidio, embora pequeno, ainda que diminuto, mesmo quando minimo e perfeitamente dispensavel.

Sr. presidente, antes da Republica, disposições legaes e disposições regulamentares firmavam, de modo incontestavel, a vitaliciedade dos professores publicos, não só daquelles que tinham o curso da Escola Normal de então, como de outros que, sendo nomeados em virtude de concurso, tivessem preenchido determinadas condições.

Para que essas disposições legaes e regulamentares cessassem de ter effectividade, deixassem de ser executadas e conservar força de lei, era necessario que disposições posteriores, positivamente, claramente as revogassem. Na falta destas disposições, ellas estão de pé, ellas permanecem com todo o vigor, com toda força de lei.

V. exa. sabe que a mudança do regimen não alterou os direitos adquiridos de ninguem; foi isso claramente estabelecido pelo governo provisorio, quando se proclamou a Republica, como foi tambem, si não me engano, affirmado positivamente aqui, neste Estado, pelo governo provisorio, encarregado da administração publica no dia 16 de Novembro de 1889.

Sendo assim, as leis todas do antigo regimen que não foram expressamente revogadas, e que não estavam em desaccordo com o novo regimen politico instituido, continuam em vigor.

O nobre deputado auctor do projecto não apresentou e não pôde mesmo apresentar lei alguma republicana, que expressamente, ou mesmo implicitamente, declare revoga-

das aquellas disposições de leis provinciaes a que me tenho referido.

Ao contrario de s. exa., nós que sustentamos a vitaliciedade dos professores publicos, podemos apontar disposições republicanas, em grande numero, que confirmam a effectividade daquellas normas legaes do antigo regimen.

Hontem já foram indicadas algumas dellas, e salientado o seu indiscutivel valor. Eu vou agora reproduzir essas indicações e acrescentar a de outras disposições legaes.

O illustre deputado sr. Carlos Porto lembrou hontem a disposição do art. 110 do Regul. da Escola Normal, de 14 de Junho de 1890, promulgado pelo illustre e saudoso paulista dr. Prudente de Moraes.

Esse art. 110 dispõe, como hontem mostrou o nobre deputado: (*Lê*) «O professor normalista gosará de todas as vantagens e privilegios concedidos em geral aos professores publicos primarios e mais das seguintes: I—Será considerado vitalicio desde que entre em exercicio da cadeira para o qual fôr nomeado;

II—Não poderá ser removido, salvo a seu pedido.»

Esta disposição legal, não só expressamente reconheceu a vigencia de todas as anteriores que consagravam vantagens e privilegios aos professores publicos do Estado, em geral, como augmentou essas vantagens e privilegios, quanto aos normalistas, declarando que, apenas empossados, elles se tornavam vitalicios, quando antigamente, creio que dependia essa vitaliciedade do exercicio do cargo por alguns annos.

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—Só para os intermedios. Para os normalistas de 74 já havia, *ipso jure*, a vitaliciedade.

O SR. CARLOS PORTO—O regulamento de 1887 é que se refere aos normalistas.

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—Os intermedios é que precisavam de tres annos de bons serviços no regimen da lei de 1887; os normalistas eram *ipso jure* vitalicios.

O SR. ANTONIO MERCADO—Creio, sr. presidente, que os nobres deputados não têm inteira razão.

O regulamento de 87, cujo art. 119 foi hontem reproduzido pelo nobre deputado sr. Carlos Porto, diz o seguinte: «Tornar-se-ão vitalicias as mesmas nomeações: § 1.º Em relação aos futuros professores normalistas e aos não normalistas nomeados segundo o art. 100, tres annos depois de entrarem na regencia das suas cadeiras.»

Parece-me, por isto, que eu é que tenho razão. Os professores normalistas, pelo regulamento de 87...

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—Em todo o caso esta é uma duvida de character historico.

O SR. ANTONIO MERCADO—Mas que explica a disposição do regulamento da Escola Normal, e confirma que este regulamento, respeitando direitos anteriormente estabelecidos, ampliou-os, fez com que o normalista apenas empossado, adquirisse a vitaliciedade.

E esta nova vantagem, sr. presidente, se explica pelo desenvolvimento que aquelle illustre paulista, a quem me referi, deu á Escola Normal, annexando até á mesma uma escola modelo; de modo que o professor normalista, que antigamente ia fazer o seu tirocinio no exercicio do cargo, passou a fazê-lo durante o seu curso, sahindo, por consequencia, deste, ao concluí-lo, com um preparo theorico e com um preparo tecnico ou pratico.

A disposição citada, sr. presidente, evidencia, como eu já disse, a vigencia das disposições antigas, ampliando os direitos dos professores normalistas.

Ora, este regulamento foi depois substituido por outro; porém no novo

regulamento da Escola Normal não ha disposição alguma, explicita, ou implicita, que modifique aquella que eu acabei de ler.

V. exa. sabe que as leis são abrogadas cu derogadas por disposições positivas de lei posterior. Tudo aquillo que a lei posterior não revogou da anterior, fica em vigor, continúa a ter toda a applicabilidade. Assim, a citada disposição do regulamento de 1890, está em vigor.

Cumpro agora mostrar, sr. presidente, que na propria lei organica do actual ensino publico de S. Paulo, mesmo na lei de 1892, na lei n. 88, encontra-se, de modo bem explicito, de fôrma bastante clara, de maneira terminante, estabelecida a vitaliciedade dos professores publicos.

V. exa. lendo esta lei, encontrará no seu art. 37 o seguinte: «Os professores não poderão ser removidos, sinão a pedido».

Ora, que é, sr. presidente, estabelecer-se que um professor não pôde ser removido sinão a pedido?

Consideremos a questão, primeiro no terreno theórico, depois no terreno pratico.

Não poder remover um funcionario, é consideral-o como não amovivel, como inamovivel. E o que é um funcionario inamovivel?

V. exa., recorrendo ao direito administrativo francez, ao direito administrativo italiano, verificará que, de accôrdo com o direito dessas nações, os empregados inamoviveis são aquelles que nós chamamos vitalicios.

Inamovibilidade e vitaliciedade são termos synonymos em Direito Administrativo.

Em França, na lingua franceza, não ha até um termo correspondente á vitaliciedade, com a mesma etymologia. Parece que podia se formar o substantivo *vitaliciceté* de *vital*; mas elle não existe nos lexicons que eu tive occasião de compulsar.

Na lingua italiana ha um termo

de igual formação ao nosso *vitaliciedade*: ha *vitaliciceté*; porém, o termo que em direito administrativo equivale áquelle, é *inamovibilitá*, correspondente ao francez *inamovibilité*.

Em França são inamoviveis, gósam do direito de inamovibilidade, os magistrados, os membros dos tribunaes judicarios e dos tribunaes de contas, os officiaes do exercito e os da marinha.

Na Italia, pequeno é o numero dos funcionarios civis inamoviveis: quasi que se limitam elles aos magistrados e aos professores das universidades, si não me engano.

Portanto, perante os principios, inamovibilidade é o mesmo que vitaliciedade.

Na pratica da vida, sr. presidente, a mesma cousa se dá. Quaes são as consequencias do direito que tem o funcionario de não ser removido sinão a seu pedido? As consequencias naturaes são estas: ficar elle no exercicio do cargo de que está empossado e nelle permanecer, percebendo as vantagens que lhe competirem, emquanto viver ou emquanto não commetter qualquer dos actos para os quaes a lei impoz a pena de suspensão ou de perda do cargo.

Si é assim, si as consequencias da não possibilidade de remoção, sinão a pedido, são estas — a permanencia do funcionario no cargo e o goso das respectivas vantagens perpetuamente, tendo essa perpetuidade os limites que acabei de estabelecer, além do natural da morte, é evidente que perante os factos a vitaliciedade é equivalente á inamovibilidade.

Eis porque eu disse, sr. presidente, que, de accôrdo com a lei n. 88, se pôde afirmar que ella estabelece de modo claro, positivo, que não dá lugar a duvidas, que os professores publicos no Estado de S. Paulo, dadas as distincções legaes, são vitalicios.

A lei, sr. presidente, a que acabo de referir-me, foi, como todos sabem, regulamentada e regulamentada por

v. exa., como digno secretario do Interior deste Estado. O regulamento por v. exa. confeccionado e referendado, e o que foi approved pelo decreto n. 144 B, de 30 de Dezembro de 1892. Nesse regulamento se encontra um artigo que é o 518, que dispõe o seguinte: (*Lê*) «Os professores que obtiverem nomeação para o magisterio, em virtude deste regulamento, serão vitalicios, *ipso jure*».

Não pôde haver disposição mais clara. Ella confirma a vigencia das leis anteriores á Republica, quanto á vitaliciedade dos professores publicos, e o vigor inteiro do regulamento da instrução publica de 1890, na parte relativa, assim como explica o sentido da disposição do artigo 37 da lei n. 88 que eu acabei de analysar.

Si v. exa., lembrando-se do estudo que fez a respeito desse regulamento, se recordasse de muitas de suas disposições, verificaria que em varias partes do mesmo encontram-se preceitos que confirmam, de modo a não deixar duvida, que o artigo que acabei de lêr foi nelle incluido com pleno conhecimento do seu alcance e como fazendo parte de um systema necessario de garantias, a que tinham direito os professores publicos. Muitas disposições desse regulamento contribuem para a affirmacão da vitaliciedade dos professores publicos.

Eu lembrarei apenas de uma — a que permittia que os professores publicos não normalistas, frequentassem a Escola Normal, deixando as suas cadeiras e percebendo durante o tempo do curso os seus ordenados, para assim poderem elles preparar-se para mais proficientemente desempenhar as suas funcções.

Que significa esta disposição? Não significa o reconhecimento do direito dos professores á vitaliciedade?

E que é essa a sua significacão ainda o confirma a disposição seguinte, pela qual os professores uma vez

reprovados perdiam o direito ao auxilio que o governo lhes dava, mas tinham o direito de pedir a sua nomeação para um outro logar no magisterio.

O sr. PEREIRA DE QUEIROZ—Voltavam para as suas cadeiras.

O sr. CARLOS PORTO—Jam occupar as mesmas cadeiras.

O sr. PEREIRA DE QUEIROZ—Essas cadeiras eram providas apenas inteiramente.

O sr. ANTONIO MERCADO—As correções que os nobres deputados trazem ao que eu digo augmentam o valor da minha affirmacão. Eu estava convencido de que as cadeiras que deixavam aquelles professores eram providas definitivamente, perdendo-as os que se aproveitassem do favor da lei; mas, si não é assim, ainda mais justificado está o que eu disse.

Sr. presidente, a lei de 7 de Agosto de 1893 contém disposições que dão ao regulamento que eu acabei de citar, toda a força legal, quando por ventura elle desta precisasse para ser cumprido fielmente pelos poderes publicos de S. Paulo.

O art. 40 dessa lei dispõe: (*Lê*)

«Fica approved o código disciplinar que faz parte do Regulamento de 30 de Dezembro de 1892, com a restricção contida no art. 38 desta lei.»

Esta disposição legal approvou explicitamente o código disciplinar que fazia parte daquelle regulamento. Logo, implicitamente, approvou todo o regulamento. Si a manifestação do legislador foi expressamente sobre essa parte delle, é porque apenas essa parte dependia de approvação legislativa, em virtude de uma disposição legal anterior. As outras partes do regulamento não dependiam de approvação do Congresso. Mas, approvando este a parte que da sua approvação precisava, approvou implicitamente todo o regulamento,

pois que não achou que este merecesse qualquer modificação, não entendeu que este contivesse qualquer disposição que excedesse á lei, para cuja bôa e fiel execução fôra promulgado.

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—E é exactamente nessa parte que se trata do caso de demissão dos professores publicos em virtude de processo.

O SR. ANTONIO MERCADO—Perfeitamente. Ainda confirma o que digo a observação do nobre deputado. Nessa parte, que foi explicitamente approvada, é que se trata das condições em que podem os professores publicos perder suas cadeiras...

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—Mediante processo.

O SR. ANTONIO MERCADO—... mediante processo, cujos termos o mesmo regulamento estabeleceu.

O SR. FONTES JUNIOR—Peço ao nobre deputado que não interprete como descortezia a falta de apartes meus. Espero que o nobre deputado faça a sua explanação bem largamente para depois dar-lhe resposta conveniente.

O SR. ANTONIO MERCADO—Eu preferia, sr. presidente, que o nobre deputado seguisse outro methodo, que, como hontem, s. exc. me dêsse a honra de interromper-me com seus apartes, porque iria assim corrigindo as minhas afirmações menos acertadas, como têm feito os meus dignos companheiros da minoria, e o honrado sr. coronel Carlos Porto, que tem vindo em meu auxilio, para esclarecer-se o debate, que é o que pretendo.

O SR. FONTES JUNIOR—V. exa. obriga-me a tomar parte na discussão, vindo á tribuna. Do contrario eu me explicaria por apartes. Sou porém, obrigado a dizer alguma cousa mais claramente.

O SR. ANTONIO MERCADO.—Esta mesma lei que acabo de citar, sr. presidente, no artigo seguinte ao que

li. no art. 41 dispôe: (Lê) «Depois de estarem organizados os regulamentos internos de todos os typos de escolas, o conselho superior encarregará a Secretaria da Instrução Publica de fazer, sob a direcção de um dos membros do conselho, a codificação de todas as leis e regulamentos do ensino em vigor.»

Leis e regulamentos em vigor: reconheceu, portanto a lei que o ultimo regulamento de 1892 estava em pleno vigor, regulamento a que ella, no artigo anterior, se referiu e parte do qual tinha explicitamente approved.

Esse regulamento, que a lei incumbiu o governo de fazer, é o de 27 de Novembro de 1893. Contém elle, no art. 519 a mesma disposição contida no regulamento de 1902. Diz elle: (Lê) «Os professores que obtiverem nomeação para o magisterio em virtude deste regulamento, serão vitalicios *ipso jure*.»

E' evidente que o novo regulamento, organizado e promulgado pelo governo...

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—E promulgado com declaração do poder legislativo. Isso consta até da expedição do decreto que o approva.

O SR. ANTONIO MERCADO—... em virtude de delegação do poder legislativo, como bem diz o nobre deputado, consagra a mesma disposição anterior e a reproduz com toda a exactidão, reconhecendo portanto a vitaliciedade dos professores publicos.

Todavia, disposições posteriores, sr. presidente, ainda confirmam tudo aquillo que venho dizendo.

A lei n. 295, de 19 de Julho de 1894, contem a seguinte disposição: (Lê) «art. 1.º As leis, n. 88 de 8 de Setembro de 1892, e 170 de 7 de Agosto de 1893, e seus regulamentos ficam modificados pelas seguintes alterações»:

Seguem-se estas alterações.
Atenda v. exa. sr. presidente, para

a força desta disposição. Referiu-se ella expressamente, não só ás leis anteriores, como aos regulamentos em vigor, e modificou-os, segundo se vê dos paragraphos que se seguem ao citado artigo, modificações essas relativas sómente á suppressão da cadeira de allemão e a outros assumptos correlatos, na Escola Normal.

Importa ou não esta disposição legal no reconhecimento do inteiro vigor do regulamento de 1893, e, portanto, da disposição que reproduzi? Incontestavelmente.

O SR. CANDIDO MOTTA—Apoiado.

O SR. ANTONIO MERCADO—Sr. presidente, podia ainda levar mais longe a demonstração que venho fazendo, citar outras disposições legais, examinar o que disse o nobre deputado quanto a lei n. 520 de 26 de Agosto de 1897; mas, parece-me que isso é dispensavel.

O SR. CARLOS PORTO—S. exa. se referiu ao art. 37, de que o illustre deputado acabou de falar.

O SR. ANTONIO MERCADO—Essa lei autorizou o governo a reformar o codigo disciplinar, approved pelo art. 40 da lei de 7 de Agosto de 1893, e bem assim o processo do provimento das escolas, a constituição dos grupos escolares, segundo a base da organização das escolas modelo.

Foi isso que dispoz essa lei.

No regulamento promulgado em cumprimento dessa disposição legal, o governo não incluiu disposição alguma que contrariasse a vitaliciedade dos professores publicos, nem poderia incluil-a, porque tão longe não iam as suas attribuições...

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—Sahia das bases das escolas-modelo.

O SR. ANTONIO MERCADO—... tão longe não ia a auctorização legislativa visto como assim procedendo, conforme muito bem diz o nobre deputado, sahia das bases estabelecidas para a organização das escolas-modelo, das quaes faziam parte a nomeação dos

professores respectivos e os direitos que elles tinham ao exercicio das suas cadeiras.

O SR. PEREIRA DE QUEIROZ—Em relação ás escolas isoladas de que trata o projecto, mandou estabelecer o processo do provimento; não podia alterar em nada os direitos já adquiridos dos professores.

O SR. ANTONIO MERCADO—Perfeitamente. O nobre deputado auctor do projecto procurou, das disposições do regulamento que o governo promulgou, em consequencia dessa lei, tirar argumento para sustentar a sua these insustentavel. O que s. exc. disse, porém, me parece não exigir uma resposta, pois que não convence, (a simples leitura do seu discurso o mostra) da procedencia do que s. exc. affirmou.

Chegado a este ponto, creio que posso dizer, sem receio de errar, que os professores publicos do Estado de S. Paulo, normalistas, são professores vitalicios, como o são aquelles que já tinham conseguido direito de vitaliciedade em virtude da lei e regulamento de 1887.

O SR. CANDIDO MOTTA—Perfeitamente.

O SR. ANTONIO MERCADO—Mas, si elles são vitalicios, podem ter seus vencimentos reduzidos pelo modo por que propõe o nobre deputado? Elles podem ser retirados das respectivas cadeiras? Evidentemente, não.

A redução dos vencimentos importa em uma alteração nos termos dos contractos...

O SR. CANDIDO MOTTA—No termo essencial.

O SR. ANTONIO MERCADO—... e no termo essencial. A clausula principal para o locador de serviços é aquella em que se estabelece o seu estipendio, porque é para merecel-o, para percebê-lo, que elle põe sua actividade á disposição do locatario, do Estado ao caso que se debate.

Não podemos, portanto, alterar es-

sa clausula essencial do contracto que elle fez, reduzindo os seus vencimentos, em que elle intervenha com a sua vontade, sem que elle dê a sua acquiescencia a tal reduccão.

Sr. presidente, objectar-me-ão talvez: E si o Estado não puder pagar aos seus funcionarios vitalicios, como ha de elle cumprir essa clausula do contracto?

Eu responderei a esta objecção facilmente, pois a sua solução é a mesma que teria si as partes contractantes fossem particulares.

Si qualquer de nós faz um contracto pelo qual se obriga a pagar uma determinada quantia, e vê-se impossibilitado de pagal-a áquelle que lhe presta esse serviço, o que fará? Ficar á dever, para quando puder effectuar o pagamento. E' o que aconteceria ao Estado; e si v. exa. procurasse um *simile* nos contractos de locação de obras, que faz o Estado, reconheceria que é inteiramente procedente o que eu digo.

O Estado contracta uma obra, por exemplo, essa obra monumental de Santos que está agora a ser executada, e si não tiver dinheiro para leval-a por diante, os contractantes perderão, porventura, o direito ás vantagens que, da realização do contracto, lhes adviriam?

O SR. CANDIDO MOTTA—O Estado tem direito de reduzir preços?

O SR. ANTONIO MERCADO — Tem porventura o Estado o direito, como observa o nobre deputado, de dizer aos contractantes: as rendas do Estado diminuíram; as fontes da receita publica estreitaram-se; o imposto torna-se cada vez mais reduzido; portanto, não posso pagar-vos aquillo que contractei. Vou pagar-vos a metade, a terça parte, a quarta parte...

O contractante, porventura, vai sujeitar-se a essa proposta do Estado? Absolutamente não. Suspenderá as obras, e irá propor uma acção de in-

demnização contra elle, acção que, incontestavelmente, elle ganhará.

O mesmo se dá com o funcionario publico. Quem mandou o Estado proceder sem previdencia, elevar descomunalmente os vencimentos daquelles que o servem? V. exa. ha de lembrar-se que, durante os quatro annos, em que tenho a honra de ter assento nesta casa, não hei cessado, quasi nem uma das vezes em que se tratou de elevação de vencimentos, de demonstrar o inconveniente que disso advinha para o presente e para o futuro.

E' que eu previa que se dessem as circumstancias que agora se estão dando, que chegasse o momento em que o Estado não pudesse pagar aquillo que, na occasião em que se fazia a lei, elle podia pagar aos seus servidores.

Que tem o funcionario com a imprevidencia do Estado, com a sua liberalidade, por occasião de contrahir obrigações? Elle tem o direito, apesar de diminuir as fontes de renda, á percepção daquillo que por lei estava o governo obrigado a pagar-lhe.

V. exa. sabe o que se dá no Estado do Rio de Janeiro: as rendas diminuíram e o Estado, não podendo pagar aos seus funcionarios, ficou devendo e está a dever-lhes muito, mezes e mezes de vencimentos.

Assim, sr. presidente, o governo não pôde reduzir os vencimentos do professorado publico de São Paulo do modo por que propõe o nobre deputado; só lhe era licito fazel-o por fórma indirecta, por meio de um imposto.

Portanto, nem os professores das escolas isoladas, nem os professores dos grupos escolares, nem os professores das escolas-modelo, nem um desses funcionarios pôde ter os seus vencimentos reduzidos, de accôrdo com o projecto, e si o tiver, cada um delles tem o direito de pedir ao poder judiciario, por meio de uma acção, que o Estado seja condemnado a pagar aquillo a que elle se obrigou.

O SR. CANDIDO MOTTA — Apoiado.

O SR. ANTONIO MERCADO—E o Poder Judiciario de São Paulo, seguindo a brilhante senda que a respeito já abriu,—ha de condemnar o Estado, como já condemnou em duas acções que lhe fôram movidas por professores, um da Escola Normal e outro normalista. Os professores todos do Estado de São Paulo, que são vitalicios, têm o direito de mover acções contra o Estado. E sem duvida, sr. presidente, si fôr por diante este projecto, alguns delles—hão de mover, ou todos mesmo, pois esse direito lhes assiste. E, si o fizerem, que somma de prejuizos não trará ao Estado o projecto do nobre deputado? Aquillo que o Estado pôde pagar paulatinamente, todos os annos, como está estabelecido na lei, terá de pagar depois por junto, augmentado das custas; augmentado até dos juros, porquanto os juros da móra tem o empregado publico o direito de perceber, quando o Estado está em móra; e isso foi o que decidiu o Tribunal de Justiça, nos dois casos a que me tenho referido.

Liquidado esse ponto, passemos a outro.

Pôde, sr. presidente, o Estado retirar o professor do exercicio da sua cadeira? Do que acabei desenvolvidamente de expôr, infêre-se que não pôde. No emtanto, o nobre deputado tira todos os professores das escolas em que estão providos; faz com que, de um momento para outro, elles, sem serem demittidos, sem serem exonerados, sem serem dispensados por qualquer dos meios previstos na lei, fiquem fóra do exercicio das suas funcções, porque, desde que a lei tornar-se obrigatoria, cessarão todas as suas funcções. Os provimentos que estão feitos dar-se-ão como não feitos, os professores actuaes todos precisarão de ser de novo providos em novas cadeiras...

O SR. CANDIDO MOTTA—Pelas Camaras Municipaes.

O SR. ANTONIO MERCADO—... por outras auctoridades, pelas Camaras Municipaes, para que façam jus aos novos vencimentos, que o projecto para elles estabelece.

Assim, sr. presidente, o Estado rompe um contracto feito com os seus funcionarios, encarregados de ministrar a instrucção publica, desobriga-se de todos os compromissos que com elles tem e atira-os para um outro contractante—para as Camaras Municipaes—afim de que estas assumam uma parte desses compromissos.

O SR. CANDIDO MOTTA—Contra a sua vontade.

O SR. ANTONIO MERCADO—Veja v. exa. a que consequencias juridicas, a que resultados cruéis leva o projecto do nobre deputado, além daquelles que eu hontem apontei, de desorganizar de momento a instrucção publica em todas as escolas isoladas, que são em numero de 600 e tantas, além desse gravissimo inconveniente de deixar sem recursos, de um momento para outro, seiscentos e tantos funcionarios publicos, e tambem sem ensino, de um momento para outro, milhares de crianças que nessas escolas estão matriculadas, que nessas escolas recebem a instrucção e a educação.

Sr. presidente, á vista disto, a primeira parte da minha exposição está terminada.

Creio que deixei justificado...

O SR. CANDIDO MOTTA — De um modo brilhante.

O SR. ANTONIO MERCADO—... o meu modo de pensar sobre o projecto, quanto a esse ponto.

Elle ataca os direitos adquiridos dos professores, elle é inconstitucional, elle fêre direitos que todas as leis reconhecem, que ninguem até hoje, no Estado de São Paulo, poz em duvida: o direito á vitaliciedade do professorado publico.

VOZES—Muito bem! Muito bem!
(*Applausos das galerias. O orador é felicitado.*)

Educação Nacional

CIVISMO E FORMAÇÃO DO CARACTER

Hoje que o problema da Educação e do preparo da mocidade para a luta da existencia preocupa os espiritos reflectidos, hoje que a luta pela vida, luta cada vez mais intensa, não nos promete sinão ruina e confusão, é impossivel que esse problema deixe indifferente um paiz novo, tão cheio de seiva, de riquezas inexploradas, como é o Brazil.

Avulta de importancia a questão da *Educação nacional*, questão desde muito tempo incontraversa, questão vital para um paiz exuberante de recursos.

A educação nacional arrasta consigo a *Educação Cívica*. Aquella abrangendo collectivamente a educação physica, intellectual e moral, esteteia-se sobre tudo, em sua mais alta comprehensão sobre o *Civismo* (formação do Character), pois é na Escola do Civismo que o character d'uma população recebe sua orientação. D'ahi a importancia da parte da Pedagogia que trata da formação do character das creanças.

Cada nação, é certo, tem suas tendencias proprias: a Allemanha, a Inglaterra, a França, os E. Unidos, etc. Em cada paiz varia o systema de educação nacional, obdecendo ás suas condições de zona, clima, configuração, posição geographica, historia patria, legislação e raça. Mas a formação do character e a educação cívica são communs a todos os paizes, a todas as raças. E' pois o civismo que em primeiro logar convem inspirar ás creanças, não esquecendo

comtudo que o civismo, sendo um producto do cultivo intellectual, deve ir de par com este.

Entretanto, o facto de serem as leis da educação cívica communs a todos os povos, como acabamos de dizer, não justifica a mania de querer-se imitar em quasi tudo a corrente educativa de outros paizes. Convem não confundir a *adaptação intelligente*, a *assimilação* com uma copia ou arremedo que não raro toca ao grotesco.

Não basta ao professor publico conhecer admiravelmente a arte de despertar os espiritos; é ainda preciso conhecer a arte de formar os caracteres. A missão unica da Escola Primaria não é a instrucção das massas. O que é de essencia ao ensino publico é a educação nacional baseada sobre o civismo e a formação do ente social. Carecemos abandonar a velha rotina, tão defectiva, que tende a desenvolver na creança as forças do cerebro mais que as do corpo, os nervos mais que os musculos, a intelligencia mais que o character e a energia para as acções.

Nada do que contribue para preparar o homem moral, cidadão futuro, deve ser desprezado na Escola Primaria. « Em todo homem ha uma creança; em toda creança ha um homem », nos diz Victor Hugo. Com effeito, quando se aceita a nobilissima missão da educação, carece vêr na creança de hoje o homem d'amanhã, e dirigir todos os esforços a firmar um character que saiba affrontar as batalhas da vida sem impaciencias revolucionarias, mas tambem sem vergonhosa resignação.

O autor do *Espirito das Leis*, Montesquieu, diz muito bem que « o character não pode perder sua influencia preponderante nas sociedades democraticas; é a mola principal de um Estado popular ».

*
**

Não entra no nosso plano tratar, nessas poucas linhas, da Educação physica, apesar de ser ella um poderoso auxiliar da escola do civismo. Considera-mola não como um fim, mas sim como um meio para fins sociais e moraes: a constituição de uma nação de cidadãos robustos (Mens sana in corpore sano). O desenvolvimento das forças corporaes, repetimos, não é um fim. « Não queremos, diz Duprat, nem acrobatas, nem *Strugglers for life*, nem conquistadores violentos, nem aventureiros ».

Entretanto, de par com a hygiene dos corpos, a hygiene das almas acha seu proveito nos exercicios physicos... Bem dirigida, a educação physica é um começo da educação moral, social e cívica.—Tornarse senhor do corpo é tornar-se completamente homem.

A influencia do *Character* na vida dos individuos tem infelizmente, força é confessional-o, pouca cotação na pratica da educação, enquanto os cuidados que se prodigam ao desenvolvimento da intelligencia são exagerados.

Ninguém recusará ao character seu enorme poder na vida das nações, e para confirmação basta comparar as nações florescentes com as nações em decadencia...

Ouvimos muitas vezes um pae, uma mãe dizer com ufania: meu filho é muito intelligente; nunca ouvimos, nunca: meu filho tem character.

*
**

Na questão da Educação cívica é longa, longuissima a série dos principios a inculcar-se ás creanças para a formação do character. Queremos apenas *insistir* sobre alguns pontos que nos parecem mais dignos da atenção dos educadores, como sejam: O pae e a mãe na educação no lar; o altruismo, a obediencia, o patriotismo, os deveres cívicos, o amor ao traba-

lho, o respeito aos Mestres, o maximum de liberdade possivel ás creanças, a educação em commum na Escola, os livros...

Trataremos successivamente de cada um desses pontos, assim como do educador em presença dos factos da hereditariedade, do atavismo e do instincto de rebellião nas creanças.

(Continúa)

HIPPOLYTO PUJÓL.

A VERDADEIRA ORIENTAÇÃO

Applaudindo o esforço dos illustrados paladinos do ensino popular, agradecendo a nobre defeza dos interesses do povo e dos direitos do professorado publico, dos obscuros missionarios devotados á causa do progresso, cumprimos espontaneamente o dever de apresentar a todos as sinceras manifestações da nossa mais profunda veneração.

A infeliz tentativa dos demolidores, dos homens que, não sabendo visar o futuro, seriam incapazes de nos conduzir a este presente em materia de instrucção publica, serviu, felizmente, para congregar os fortes, os crentes, os bons, em torno dos idéas que nos legaram tantos patriotas illustres, cuja grandeza de sentimentos só pôde ser comprehendida e respeitada pelos que sentem no peito a chama de um patriotismo que não esmorece ante as ameaças, que não intibia ante as injustiças.

Educado nos principios de um altruismo nobilitante, o professorado publico paulista continuará a considerar a escola um templo em que a Bondade e a Justiça serão sempre objecto de seu singelo e modesto culto.

Na impossibilidade de reproduzir tudo o que a respeito do projecto ultimamente apresentado no Congresso do Estado se tem dito, transcrevemos, com a devida venia, o notavel artigo publicado no *Estado de São Paulo* de 23 de Outubro ultimo:

A Vida Nacional

Projecto sobre a instrução publica em S. Paulo.— A instrução primaria no Piahy.— O ensino municipal no Maranhão, em Pernambuco e em Goyaz.— O exemplo em Santa-Catharina.— Orientação errada.

Discute-se actualmente no Congresso deste Estado um projecto que, alterando sensivelmente a organização do ensino publico primario, merece que lhe dediquemos algumas palavras nesta chronica, ainda desta vez consagrada a um dos capitães problemas nacionaes—o da instrução publica.

Não dispomos de espaço para estudar detalhadamente esse absurdo projecto, que tão justificado clamor está levantando. Outros o farão melhor e com mais efficácia. Occupando-nos d'elle, o nosso intuito é somente salientiar dois pontos que reclamam mais attenção.

Um desses pontos é o largo e exagerado corte nos vencimentos do professorado. E' de uma inconveniencia evidente, clarissima. Sem retribuir bem aos professores, não se póde obter os competentes, zelosos e dedicados. Mal pagos, elles consideram a sua honrosa profissão como provisória e na primeira oportunidade abandonam-a—trocando-a por outra mais rendosa, justamente na occasião em que têm adquirido uma certa pratica.

Foi por compensar sufficientemente o esforço dos professores que o Es-

tado de S. Paulo conseguiu mestres á altura da sua difficil missão e tornou o cargo ambicionado até por pessoas das altas camadas sociaes; e é pela razão contraria que os demais Estados se vêm obrigados a entregar as suas escolas a ignorantes e incapazes, que não gozam da minima consideração na sociedade. Assim o comprehendu Minas, quando, apesar de se achar em peor situação financeira, não duvidou em elevar os vencimentos do seu professorado, na ultima lei de refórma do ensino publico. E' que o governo mineiro sabe perfeitamente que, despendendo com a instrução popular, equivale a formar riquezas futuras, certos thesouros que indemnizam todos os sacrificios.

O outro ponto a que nos referimos é o que entrega parte das escolas ás municipalidades. Imagine-se a deploravel sorte que vai ter o ensino nas mãos brutaes do nosso coronelismo aldeão, despótico e obtuso.

Na maioria sem cultivo intellectual para julgar da importancia do precioso legado que se lhes confia, os caricatos *mandões* dos municipios subalternizarão os magnos interesses da collectividade nacional aos seus caprichos insensatos e costumeiros desmandos. Então imperará sem freios a sua vontade, anarchizando o serviço. Para a escolha de professores não hão de preponderar o merito e a capacidade e sim o compadresco dos poderosos e a docilidade em obedecer ás ordens dos rudes politiquellos.

Força é conformarmos-nos com tudo, porque o Estado precisa effectuar economias. Certo é que precisa, pois a situação nada tem de prospera. Admittamos até que seja critica, que estejamos em vespas de bancarrota, como parece deduzir-se do afan dos legisladores estadoaes em cortar cegamente despesas, a torto e a direito. O meio, porém, de se conseguir o

que se pretende é bem differente daquelle que se está pondo em pratica, sem cuidar dos resultados; e para descobri-lo não se faz mister extraordinaria perspicacia.

Economias? Aqui está uma toleravel: reduza-se o numero das escolas isoladas, a muitas das quaes falta a frequencia necessaria. Mais valem dez boas escolas do que cem más, e mais uteis são cinco professores excellentes do que quinhentos pessimos. Portanto, podem-se supprimir, sem inconvenientes, dezenas de escolas criadas no tempo das vacas gordas, ou melhor, do café alto. E, si não quizerem ouvir queixas, imitem o systema norte-americano das escolas ambulantes, que se demoram de seis mezes a um anno nas diversas povoações ruraes de uma determinada zona.

Economias? Aqui está outra suportavel: cobre-se um imposto provisorio, de 10 %, por exemplo, sobre os ordenados tanto dos professores como dos outros funcionarios que ganharem mais de 200\$000 réis. Já alvitrada entre nós, esta medida equitativa acha-se em vigor nos Estados do Rio de Janeiro e de Santa Catharina e acaba de ser abolida no Rio Grande do Sul, porque se tornou dispensavel.

Economias? Ainda outra bastante desejavel e já adoptada pela Bahia, pelo Rio de Janeiro e por Santa Catharina: risque-se no orçamento estadual a verba de 800 contos de subvenções inconstitucionalmente concedidas a estabelecimentos pios e collegios francamente religiosos, alguns dos quaes recebem dinheiro de governos estrangeiros para fornecerem aos seus alumnos uma educação que não é a mais propria para cidadãos brasileiros. Si muitos desses institutos prestam reaes serviços, são estes exclusivamente de caracter local e, por consequinte, ás municipalidades é que compete subsidial-os, si não

bastarem os donativos particulares, que neste paiz jamais faltam ás casas de caridade.

Taes medidas, capazes de restabelecer o equilibrio orçamentario, são mil vezes preferiveis ás do vergonhoso projecto que obriga os paulistas a retrogradarem á triste época em que o ensino publico era um mytho ridiculo, a escola um carcere objecto e o mestre um individuo desprezado.

Ha neste Estado uma coisa sagrada em que só se deve tocar no dia em que a Republica, esvaída, inerte, moribunda, não se puder mais sustentar de pé: o magnifico monumento da instrução popular, levantado á custa de tanta dedicacão e saber.

Teremos chegado a esse funebre periodo?

* * *

Si é a inexperiencia que leva os reformadores de ultima hora a mutilar uma obra veneravel, abaixo lhes apresentamos, neste topico de um artigo do jornal *Piahy*, um bellissimo modelo a copiar:

«Tratando da instrução publica, esse magno problema que devia ser sempre o primeiro na mente dos governos, s. exa. (o governador) aparta-se do convencionalismo enraizado e usa de uma franqueza que dóe na nossa alma de piahyense, mas que, em todo caso, o honra.—«Ella (a instrução) acha-se em completa decadencia», affirma a mensagem.

«A causa dessa decadencia, continúa s. exa., não está nas leis e seus regulamentos».

Sim; não está nas leis, mas como é que «a falta de um professorado idoneo tem criado os maiores embaraços ao governo»?

Porque é que as leis não vedam que as cadeiras de instrução primaria, mesmo na capital, sejam entregues a individuos que não possuem nenhuma capacidade para o magisterio?

Porque não se criam, mesmo junto ao Lyceu, cadeiras proprias para o ensino dos candidatos ao professorado, deixando-se que os mestres de quasi todas as villas e cidades do interior sejam os filhos e filhas, os protegidos e as esposas dos chefões locais, criaturas aquellas, dentre as quas muitas não abrem as escolas, não têm um discipulo e mal assignam os nomes?!

Explica-se facilmente porque o Piahy tem um professorado de tal ordem: os 800 contos do orçamento estadual não permitem conceder um ordenado razoavel aos mestres, e ninguém se sente tentado a perder alguns annos a estudar numa escola normal para depois ganhar o que ganha um simples jornaleiro.

* *

Querem ver agora o que é a municipalização do ensino? Pois leiam a seguinte noticia de um periodico do Maranhão.

«A instrucção publica deste Estado tem perdido consideravelmente de valor.

Entenderam os nossos legisladores que esse serviço era de natureza municipal, e por uma lei deste anno essa incumbencia ficou pertencendo ás intendencias; estas, que vivem em difficuldades, não podendo mantel-o, têm communicado esse facto.

Já em algumas localidades do interior a educação da mocidade tem sido supprimida por falta de recursos ás intendencias.

E' lastimavel tudo isso, mas é real.

Sobre esse importante assumpto a *Pacotilha* diz, entre outras coisas, o seguinte:

«A instrucção primaria do interior que a situação anniquilou, por completo, e que já só existia nos papeis officiaes, está agora condemnada a nem mais ali apparecer.»

Dá idéa igualmente do que é o ensino municipal em Pernambuco este trecho de um artigo do diario *A Provincia*, do Recife, contando como se escolhe um professor no referido Estado, onde a constituição emancipou as escolas primarias do poder estadual:

«O conselho municipal criou certas cadeiras que julga necessarias; o prefeito levanta uma lista daquelles que podem ser nomeados e envia-a ao *chefe*, que indica os seus *afieitados*, entre elles.»

Exemplo mais interessante, entretanto, encontramos em Goyaz. Nesse Estado, na occasião em que elle se organizou constitucionalmente, ficou pertencendo aos municipios a instrucção primaria. Mas, tão ruins foram os fructos do systema que dos proprios municipios partiu a reacção contra o espirito descentralizador em materia de ensino.

Pouco a pouco, as municipalidades foram entregando as escolas primarias ao governo estadual e hoje este as tem sob a sua direcção, na maioria dos municipios.

Não são factos que falam com eloquencia?

* *

Ainda citações que vêm em apoio do que mais acima deixamos escripto. Estas são tiradas de um documento official do — *Relatorio do secretario dos Negocios do Estado de Santa Catharina*:

«A magnitude do assumpto, que se impõe como um dogma ao acatamento e desvelo de todos os que sabem medir a extensão das responsabilidades do homem no seio das sociedades cultas, maximé quando investidos de qualquer parcella do poder publico, havia gerado e divulgado a noção falsa de que em materia de professorado, tratando-se de numero, só deve, em boa logica, ser

permitted ampliar e nunca restringir.

Isto déra em resultado as repetidas criações de escolas, tendo-se infelizmente mais em vista o seu numero do que a competencia dos professores escolhidos e, sobretudo, os recursos do Estado.

E, como si já não fossem sufficientes os encargos do Thesouro para manter improficuamente um serviço mal organizado, lançou-se ainda mão dos recursos das subvenções a estabelecimentos de ensino particular e até a escolas mantidas por congregações e destinadas á propagação de crenças religiosas, do que ao ensino propriamente leigo, contra expressa disposição constitucional, sem dotar-se o governo de meios para fiscalizar a applicação de taes subvenções.

Isto que theoreticamente denotara a nobre intenção de incrementar a diffusão do ensino, praticamente, com raras excepções, produziu sempre os mais desoladores resultados.

E si uma medida mais radical era lembrada, argumentando pela qualidade e não pela quantidade do professorado, surgiam logo as mais ruidosas reclamações, taxando de sacrilegio qualquer tentativa de reforma que tivesse por base a redução do numero de escolas.

Felizmente, o Congresso Representativo, na ultima reunião, emancipou-se clarividente desse velho e absurdo preconceito, decretando a extincção de todas as escolas de arcaicas providas interinamente, e mais de todas as subvenções que representavam, em grande parte, verdadeiras sinecuras.

* *

Com a mesma tristeza com que vimos traçando estas linhas, desde o principio, mencionamos, ao finalizar, um facto que bem evidencia a *capa-*

cidade dos nossos incomparaveis *estadistas*: a recente mensagem do governador do Pará não contem uma só palavra sobre instrucção primaria!

O sr. A. Montenegro, no emtanto, não se esqueceu de tratar longamente da Faculdade Livre de Direito, ultimamente entregue ao Estado. Gabando esse instituto, que «para honra do Estado não pôde morrer e que fez nascer tantas esperanças no coração da nossa mocidade», o governador paraense não se descuida de fornecer informações sobre as duas duzias de alumnos matriculados nos tres annos existentes.

E' uma orientação errada que está sendo seguida do Pará ao Rio Grande do Sul, de Goyaz ao Ceará. Cumpre modificá-la. Antes de prepararmos doutores, é indispensavel prepararmos cidadãos esclarecidos. O principal dever dos poderes publicos não é fundar luxuosas academias para umas tantas pessoas ricas; é proporcionar instrucção elemental á grande massa popular, ainda conservada nas trevas da ignorancia.

Si continuarmos a multiplicar as nossas faculdades livres, que iremos fazer com os milhares de bachareis com que ellas enchem annualmente o paiz?

Pernambuco, é verdade, parece não sentir difficuldade em aproveitá-los. Para collocá-los desde logo, pretende mettê-los todos no seu Congresso, antes mesmo de terminarem o curso. E, para começar, acaba de *eleger* deputados a nada menos de tres estudantes de direito—os srs. Domingos Gonçalves, Herculano Bandeira Filho e Euphrasio Cunha.

Não resta duvida: si tal solução fôr accepta pelos outros Estados, as nossas leis, sobretudo as de instrucção publica, sairão uns primores de de causar inveja a todo o mundo.

A formação das especies

LAMARCK E DARWIN

POR

FELIX LE DANTEC

Já observastes o nascer de um pintainho após uma incubação artificial? Não ha espectáculo mais interessante. Si tivesses quebrado o ovo ha tres semanas, nelle terieis encontrado, como em todos os óvos, a clara e a gemma, substancias amorphas nas quaes não seria possível observar a presença de nenhum orgam, de nenhum caracter complexo de estrutura; e eis que hoje sai da casca desse ovo um pintainho esperto e dotado não sómente duma anatomia espantosamente complicada, como, e o que é mais espontaneo, duma coordenação maravilhosa! Todos estes membros formados de tantos elementos diferentes, a avezita emprega-os com uma admiravel destreza, sem ter necessidade de nenhuma educação. Ella se conserva de pé sobre suas delgadas pernas—estação vertical que exige o jogo simultaneo dum grande numero de diversas partes do seu corpo; marcha, estira-se preguiçosamente como si estivesse fatigada do seu prolongado encarceramento. Na incubadora artificial foram postos, préviamente, uma massa appetitosa e um bebedouro cheio de agua; o pinto come e bebe, escolhe as partes mais tentadoras do seu alimento, e chega mesmo a querer furtar um grão de milho que ficou adherente ao bico dum companheiro; passeia, olha ao redor e se occupa em examinar, do modo o mais natural, as coisas que o cercam; finalmente, quando está cansado, deita-se e dorme.

Todas essas operações, que demandam o funcionamento dum me-

canismo extremamente complicado, o pinto as executa sem hesitação e sem esforço, como si elle soubesse fazer tudo isso ha muito tempo. São tão naturaes os seus movimentos, que muitas pessoas os observarão sem se admirar da sua maravilhosa coordenação. Entretanto, quantos motivos de admiração para um bom observador!

Como! Pois um ovo que se compunha, ha tres semanas, duma massa amorpha—a gemma e a clara—hoje, sómente pelo jogo das forças da natureza, produz um animal dotado duma tal complexidade de organização e já habituado a servir-se dessa mesma organização? Que lhe foi necessario para isso? Ar e uma temperatura constante, eis tudo o que lhe forneceu a incubadora artificial. Haverá um phenomeno natural mais extraordinario?

Entretanto essa metamorphose admiravel, podeis reproduzir tantas vezes quantas quizerdes; si escolherdes bem os óvos de gallinha, fecundados e postos em boas condições, estareis certos de não ficar nenhum perdido; cada ovo vos dará, no fim de tres semanas, um pinto bem constituido, vivo e procurando sómente continuar a viver. Do mesmo modo que numa experiencia physica ou chimica e da qual conheceis as condições, *podeis prever*, sem erro possível, o que resultará do facto de ser collocado um ovo de gallinha numa incubadora artificial. Podeis, pois, afirmar que, nas condições da incubadora (temperatura arejamento), *o ovo determina o pinto; o pinto é determinado no ovo.*

Si em vez dum ovo de gallinha, tivesses tomado um ovo de pata, não terieis constatado grandes diferenças em sua estrutura inicial; entretanto, collocado na incubadora, este ovo daria um patinho e não um pinto. O patinho differe do pinto em grande numero de caracteres im-

portantes; e é de admirar que seres tão pouco semelhantes provenham, em condições identicas, de dois óvos tão analogos; porém o patinho é por si mesmo tão curioso como o pinto; como este, elle é tão complicado e tão maravilhosamente coordenado.

O ovo de pata produz o patinho como o ovo de gallinha produz o pinto; as diferenças que separam o patinho do pinto subsistem pois unicamente nas diferenças tão pouco apparentes que existem entre o ovo de pata e o de gallinha. Quantos motivos de admiração no estudo desses factos de conhecimento corrente! Tres sciencias nasceram da necessidade de explical-os.

Primeiramente, como o ovo, que tem uma estrutura morphologica tão simples, produz, sob a simples influencia do ar a uma temperatura constante, um ser tão complexo anatomicamente como o pinto? A *embryologia* segue passo a passo a complicação progressiva que resulta da actividade chimica das substancias vivas do ovo nas condições da incubação. Esta complicação se resume em dois phenomenos elementares, mais faceis de estudar entre os seres de organização menos elevada:—a assimilação e a divisão cellular. Sem nos propormos a conhecer (o que a chimica nos ensinará sem duvida algum dia) a estrutura mollecular que explica estes dois phenomenos elementares, contentemo-nos em consideral-os como manifestações de propriedades caracteristicas das substancias vivas nas condições da incubadora; então a complexidade apparente da embryologia desaparece, desde que todas as metamorphoses que ella estuda se reduzam a phenomenos elementares simples. Sómente, a divisão cellular ou multiplicação, pondo sem cessar em scena um numero crescente de actores e, de outro lado, as condições individuaes da actividade de cada um delles sendo

a consequencia da de seus predecesores e de seus contemporaneos, o phenomeno de conjuncto que resulta de phenomenos elementares simples, adquire rapidamente um aspecto infinitamente complicado.

E', pois, quasi impossivel seguir, a menos que não seja grosseiramente, a synthese do que se passa no ovo durante as tres semanas da incubação, mas é egualmente impossivel seguir, em todos os seus detalhes molleculares, o genesis dum turbilhão num rio; nosso espirito se contenta com o conhecimento das leis elementares pelas quaes ficamos certos de poder explicar separadamente cada um dos pequenos movimentos cuja resultante é o turbilhão; fazemos o mesmo em embryologia, e isso nos será tanto mais facil quanto (veremos mais tarde) o principio da selecção natural é um precioso fio de Ariadne nos dédalos da complicação histologica progressiva.

Eis, pois, o pinto constituido; seu mecanismo é duma complicação maravilhosa, mas como será que este mecanismo funciona por si mesmo tão naturalmente? Porque será que um grão de milho, ferindo sua vista ou seu olfacto, basta para determinar-lhe essa série admiravel de movimentos coordenados, e que sem cutra impulsão exterior sinão a que lhe vem dos orgams dos sentidos, elle dá uma bicada certa sobre o grão de milho que viu ou sentiu, prende-o na bocca, engole-o, pulveriza-o em sua moela, digere-o, etc.? Como é que elle toma agua no bico, levanta o pescoço e faz o liquido descer ao estomago? A physiologia estuda todas essas coisas e chega a explicar tudo pelo simples jogo das forças naturaes.

Sendo dado um ovo de gallinha, a embryologia nos ensina como, numa incubadora artificial, este ovo se torna pinto em tres semanas; nascido o pinto, a *physiologia* nos explica a razão por que elle executa tão admiraveis operações. Tudo isto, estamos

certos, é determinado no ovo. Mas então como é que se pôde conceber tal ovo, que exista um corpo tão maravilhoso, no qual sejam determinados préviamente tantos phenomenos duma complexidade inaudita e duma precisão mathematica com a unica condição de se lhe fornecer durante vinte e um dias, oxygenio e uma temperatura constante?

Eis a magna questão cuja resposta trata de dar a sciencia de que temos falado, a sciencia da *origem das especies*. Esta questão é mesmo a unica sobre a qual paira ainda um pouco de mysterio, porque, apesar da sua complexidade, os phenomenos da embryologia e da physiologia se reduzem facilmente a elementos simples e bem conhecidos, cuja these sómente nos admira.

A existencia actual de corpos nos quaes são determinadas, em condições muito simples, todas as maravilhas que são determinadas no ovo de galinha, poderá ser explicada tambem pelo simples jogo de forças naturaes? Isto pareceu, por muito tempo, de tal maneira inconcebível que a hypothese de uma criação de cada especie com todos os seus caracteres actuaes tem naturalmente prevalecido e é ainda admittida, independentemente de toda a questão de dogma, por aquelles que temem um grande esforço intellectual e se contentam com explicações superficiaes, mesmo pouco verosimeis. As descobertas da paleontologia têm, com effeito, demonstrado que as especies actuaes não existiam nos periodos precedentes da historia do mundo, e que é necessario admittir uma evolução dos seres. Quaes são os factores naturaes desta evolução? Como esta evolução poude ser progressiva e determinar a existencia de animaes tão complicados como o pintainho, o cão, o macaco? Esta ultima questão, sobretudo, é muito interessante, porque, sendo resolvida, permite alargar singular-

mente os limites do dominio da sciencia e deixar uma parte bem pouco consideravel nos phenomenos mysteriosos da criação.

Todos sabem quanto é pouco admissivel, no estado actual dos conhecimentos humanos, a geração espontanea, sob a influencia de simples forças naturaes, dum ser vivo complicado ou simples. O adagio — *Omne vivum ex vivo* não parece soffrir excepções, porém si conhecessemos os factores capazes de explicar a complicação progressiva dos organismos, poderíamos conceber que a criação foi limitada a seres vivos infinitamente simples, donde em seguida provieram todos os outros por evolução lenta; estes antepassados iniciaes poderiam mesmo ser tão simples como os mais simples hoje conhecidos, que sua aparição espontanea foi concebível, como muitos o crêm.

Vê-se, pois, todo o interesse que apresenta o estudo da evolução progressiva, ou antes da complicação crescente dos mecanismos animaes, porque é necessario desconfiar-se da palavra « progresso ».

Debaixo de que ponto de vista pôde-se dizer, com effeito, que a galinha é superior ao coral? Ambos são mortaes e os esqueletos que delles restam apresentam qualidades diferentes; ambos são adaptados ao seu genero de vida, etc

Pois bem, desta complicação crescente dos seres, permittindo comprehender que monéras iniciaes extremamente simples se tornassem hoje corpos dotados de propriedades maravilhosas como o ovo de galinha, o genio de dois homens tem feito conhecer os factores naturaes e conduzido o estudo a factos elementares duma grande simplicidade: refiro-me a Lamarck e Darwin.

O segundo appareceu mais tarde e não fez justiça ao seu illustre antecessor. « As obras de Lamarck,

diz elle, parecem-me extremamente pobres; dellas eu não tiro um facto, uma idéa. » Os discipulos do grande naturalista inglez, acceitando fielmente a maneira de ver de seu mestre, têm igualmente desconhecido os meritos de Lamarck; Huxley o considera como um observador consciencioso, mas de mediocre valor.

Entretanto uma pleiade de jovens sabios tomou recentemente a tarefa de por em relevo os trabalhos do nosso illustre evolucionista; os néo-lamarckistas têm se levantado contra os néo-darwinistas, e da luta encarnizada entre as duas escolas têm saído obras de grande valor. Eu desejaria mostrar neste artigo que esta luta não tem razão de ser; que as duas escolas estão muitas vezes com a verdade e que seu principal mal é serem muito exclusivistas; desejaria demonstrar sobretudo que Darwin, negando o valor dos principios de Lamarck, *desconheceu a importancia das mais notaveis conclusões que se pôdem tirar da sua propria lei de selecção natural*. Seria ridiculo, entretanto, independentemente de qualquer consideração chronologica, dizer que a obra de Lamarck é filha da de Darwin. Os dois grandes naturalistas estudaram a natureza e tiraram directamente das suas observações os principios que tornam seus nomes immortaes.

Não seguirei a ordem chronologica no estudo da obra dos dois apostolos do evolucionismo; como todas as leis verdadeiramente geraes da biologia, as que elles estabeleceram pôdem ser deduzidas, por simples raciocinios, do conhecimento das propriedades elementares dos corpos vivos; vou, pois, expôr primeiramente, em algumas palavras, essas propriedades elementares das quaes, por uma serie de deducções logicas e sem nenhuma hypothese, espero conduzir o leitor á noção dos principios fundamentaes que Darwin

e Lamarck tiraram directamente da observação dos seres superiores.

I. Assimilação e variação dos plasmas

Todos os seres vivos são plasmas ou aglomerações de plasmas.

Um plasma é um corpo dotado de vida elementar, isto é, capaz de assimilação em condições dadas de meio; por outra, um plasma differe dos corpos brutos ordinarios pelo facto de existir um ou mais meios nos quaes suas substancias constitutivas *augmentam quantitativamente* sem mudar de composições, *em vez de se destruirem* como as substancias chimicas o fazem normalmente cada vez que reagem. Além disso, os plasmas têm um tamanho limitado, de sorte que a assimilação, em vez de fazel-os crescer indefinidamente, determina *sua multiplicação*. E eis tudo. E' dahi que é preciso deduzir o darwinismo, o lamarckismo, em uma palavra, toda a complicação crescente pas especies.

A principio notamos que a *variação* necessaria á complicação dos seres parece incompatível com a definição de assimilação. Os plasmas, no estado de vida elementar manifesta, se multiplicam tornando-se rigorosamente semelhantes entre si; não variam, portanto.

Sem duvida, porém, a assimilação só se produz em certos meios bem definidos para cada especie de plasma. Em qualquer outro meio a actividade chimica *destróe* as substancias plasmaticas ou substancias constitutivas dos plasmas, como destróe os corpos brutos ordinarios cada vez que elles reagem.

Si um plasma se conserva por tempo sufficiente em um tal meio, suas substancias plasmaticas serão inteiramente destruidas; elle será transformado em um corpo que não é mais dotado de vida elementar, que não é mais um plasma (morte ele-

mentar). A morte elementar sobre- vem mesmo immediatamente em certos meios que contem substancias chamadas «venenosas, toxicas», para os plasmas considerados.

Ha porém numerosos casos de destruição plasmatica lenta, e nesses diferentes casos, segundo a natureza dos reactivos destruidores, é evidente que as diferentes substancias constitutivas do plasma se destruirão com rapidez diferente. Então, si a reacção destruidora se suspende antes que a morte elementar tenha sobre- vindo, restarão plasmas que differirão dos plasmas iniciaes na proporção das substancias constitutivas (variação quantitativa).

Si agora estes novos plasmas forem transportados para um meio onde possam realizar as suas condições de assimilação e, por definição mesmo, elles se multiplicarão tornando-se semelhantes a elles mesmos, isto é, com seu novo caracter quantitativo.

Isto póde parecer difficil de conseguir e entretanto nada ha mais comum na natureza; acontece constan-

temente que num mesmo meio, no qual vivem ao mesmo tempo muitas especies de plasmas, achando-se sem cessar modificado por sua propria actividade, preenche alternativamente para um e para outros as condições de destruição e de assimilação, e destas alternativas resultam variações quantitativas incessantes.

Ha mesmos casos em que se póde produzir uma variação quantitativa não acarretando a morte elementar, e então o plasma é substituido por um plasma de *especie diferente*, si, como tenho sido obrigado a fazel-o, fôr conveniente definir a *especie* dos plasmas pela natureza chimica de suas substancias constitutivas.

Dito isto, a lei de Darwin nos vai apparecer como uma necessidade evidente.

(Traduzido da *Revue Encyclopédique*, de Georges Moreau).

(*Continúa*).

P. S.

PEDAGOGIA PRATICA

PHYSIOGRAPHIA

O MAR: SEUS MOVIMENTOS

II

Recordada a licção sobre as *ondas* — que são devidas á força meehânica dos ventos — tractará o professor das *marés*.

— Terá o mar, Fernando, sómente esse movimento das ondas?

— Imagine que você more na praia e perto de um riozinho que despeje no mar: si não chove ha muito tempo, porque será que as aguas desse pequeno rio, ora sóbem parecendo augmentadas, ora descem parecendo diminuidas?

— Será a onda que as repelle e empurra pelo rio a dentro, fazendo-as retrocederem no seu curso?

— Certo que não, pois as ondas se quebram ao longe na praia, e não dentro da foz do riacho.

— Que é então, Ewbank, que faz subir ás aguas do rio?

— Sim: é o mar; mas.... como?

— Bom. Parece então que ha enchente do rio, porque tambem parece que ha enchente do mar.

— Mas, houve de facto, realmente, Antenor, uma enchente do mar?

— Não houve; está claro. Mas que nome se dá a esse movimento do mar, a essa falsa enchente do mar, que refrêa a agua do rio, fa-

zendo-a subir? Que nome se dá a essa falsa enchente?

— Quem sabe, diga.

— Perfeitamente: chama-se *maré*.

— Quando é, Affonso, que ha maré?

— Bom; mas só ha maré quando a agua sóbe?

— Não, senhor—diz bem. Então ha maré.... quando?

— Exactamente: ou quando a agua sóbe ou quando a agua desce.

— Mas, porque será, Pindaro, que a agua do mar sóbe e desce?

— Que é que a faz subir ou descer: alguma chuva, alguma tempestade?

— Não é, de certo. Diga-me, porém, uma coisa: que é que faz a bussola apontar sempre o polo norte?

— Perfeitamente. Que é, Heracleio, que faz a Terra manter-se no espaço?

— Que é, Reimão, que faz a Lua equilibrar-se no ar?

— Bom: então a Terra é chamada, é attrahida pelo Sol ou é chamada e attrahida pela Lua, mantendo-se por isso a uma certa distancia desses astros.

— Na Terra, Nobrega, todos os corpos são da mesma especie e acham-se no mesmo estado physico?

— Está claro e já é sabido que não; mas, em que estado podem apresentar-se os corpos na superficie da Terra?

— Sim: ou no estado solido, ou no estado liquido, ou no estado gázoso.

— O Sol e a Lua, attrahindo a Terra, não attraem ao mesmo tempo, simultaneamente, todos esses corpos da superficie?

— Certo que sim. Quaes desses corpos, Pereira, estão mais ligados, mais presos á Terra: os liquidos, os solidos ou os gazosos?

— Primeiro..... quaes? Segundo..... quaes? E, em ultimo, quaes, os que menos se prendem ao astro?

— Exactamente: primeiro, os solidos, que formam a essencia do Globo ou a parte massiça do planeta; segundo, os liquidos, que lhe cobrem em grande parte a superficie; e, por fim, os gazosos, que constituem o fluido que a rodeia.

— Quaes os corpos, Mesquita, que se acham sempre por fóra da Terra, acompanhando-a nos seus movimentos: os solidos, os liquidos ou os gazosos?

— Por força: são os gazosos. Toda a gente sabe disso.

— Quaes os que se encontram, Humberto, quasi sempre na sua superficie, occupando-lhe dois terços da extensão?

— Certo: são os liquidos; são as aguas do mar.

Toda a superficie da Terra é um mixto de corpos solidos e liquidos, formando um todo ou um inteiro: vale, por exemplo, $\frac{3}{3}$ dessa superficie.

— Si o mar sózinho occupa $\frac{2}{3}$ da superficie terrestre, Daiuto, o outro terço que falta será occupado..... pelo que?

— Perfeitamente: não o é pelos corpos gazosos porque esses se acham por fóra da Terra; e, não o sendo pelos liquidos, sel-o-á pelos solidos.

Já vimos, em Geographia, que as aguas do mar occupam $\frac{2}{3}$ da superficie do Globo e as terras $\frac{1}{3}$.

— Por maior que seja, poderá a attracção do Sol arrancar da Terra qualquer solido e chamal-o para si?

— Está claro que não. Poderá,

Catite, a attracção da Lua deslocar ou mover, na superficie da Terra, qualquer solido?

— Por força que não, porque, como vocês já sabem, elles são muito compactos e se acham intimamente ligados ao corpo do planeta e identificados com a sua enorme massa.

— Estarão, Engelberg, os corpos liquidos, como os solidos, tão presos e tão ligados ao planeta?

— Certo que não. Os liquidos são mais irrequietos que os solidos, na superficie da Terra; têm menos *coesão* ou *união* que os solidos: o equilibrio dos solidos é mais *estavel* e o dos liquidos é mais *instavel*.

— Saberá você, Mendes, que quer dizer *coesão*?

— Que é coesão?

— Bom. Saberá você, Galvão, que quer dizer *equilibrio estavel* ou *instavel*?

— Dê-me alguns exemplos.

— Bom: é isso mesmo que poderemos depois firmar nas nossas aulas de Physica.

— Si as aguas do mar, Kaminski, são muito irrequietas e mais capazes de movimento, de deslocação—resistirão, como os solidos, ao poder attractivo da Lua e do Sol?

— Perfeitamente: está provado que não.

As aguas do mar obedecem ao appello do Sol e da Lua; acodem ás caricias luminosas desses astros e tentam abandonar a superficie da Terra; mas o nosso planeta deixa escapar das suas entranhas um grito de protesto contra essa amizade de elementos tão heterogeneos.

— Que é, Alcides, que prende esses corpos á Terra?

— Perfeitamente; é a *força de gravidade*: até mesmo depois de mortos ella nos chama para um repouso mudo e frio, em seu seio carinhoso.

E' a *força de gravidade* a opposição que a Terra faz aos desejos

Physica e Chimica

PHENOMENOS PHYSICOS E CHIMICOS

... la chimie est maintenant la partie de la cosmologie, qui exige le plus une vraie discipline encyclopédique...
Aug. Comte. Politique positive—1—546.

Para que se possa ter de cada sciencia uma concepção bastante clara é indispensavel que, antes de tudo, se estabeleçam com verdadeira precisão, quaes os seus limites. Ora, tratando-se de determinar, com exactidão, os campos das duas grandes sciencias do mundo inorganico, encontramos entre as duas relações tão intimas e que por tal fórmula cada vez mais se estreitam, que a distincção entre as mesmas torna-se bastante delicada.

Comquanto essa distincção já esteja feita de uma maneira verdadeiramente satisfactoria e completa, é de lastimar que quasi todos os tratados e compendios dessas sciencias, mesmo os mais apreciados, façam-na de uma maneira pouco precisa e clara. Isto nos revela que os auctores das Chemicas e Physicas modernas, em sua maioria, desconhecem por completo as paginas escriptas por Augusto Comte, quando aprecia estas duas sciencias em sua *Philosophia Positiva*.

Não é que cada uma das considerações apresentadas por elle, para caracterizar o campo de cada uma dellas, seja de todo sua: não. O que torna notaveis essas paginas são a coordenação admiravel do assumpto e a superioridade com que é tratado. O que mal se chega a entrever nas outras obras, porque é apresentado de um modo vago e desconnexo, lá se acha exposto com uma nitidez e precisão só peculiares ao grande genio que as fez.

ardentes e continuos do Sol; é ainda a gravidade que nos faz fugir a esperança de uma vida futura, além dos ceos, além das nuvens, nas ethereas habitações dos deuses: a gravidade é uma propriedade essentialissima dos corpos. Ella aproxima, numa cadeia unica, dois corações bem diversos: um—é o grande coração do planeta, quente mas vasio de sentimentos, donde nasce essa similitude qual affeição reciproca da materia: outro—é o pequenino coração do homem, cheio das lavas terribéis das paixões, donde surge um novo poder attractivo—a força invencível do patriotismo— que faz gravitar as multidões em torno do solo querido que lhes serviu de berço. (1)

— Pois bem: fiquem então sabendo que as aguas do mar, sendo chamadas ou attrahidas pelo Sol e pela Lua, não se conservam na mesma posição ou no mesmo desequilibrio em que se achavam: ora ellas se levantam e parece que o mar enche; ora ellas descem e parece que o mar fica mais vasio.

As marés são produzidas pela attracção da Lua e do Sol, modificando-se segundo a natureza das costas.

— Mas, quantas vezes a agua subirá por dia e quantas vezes descerá?

— Quem sabe?

— ?

— Pois guardem vocês na memoria que, em vinte e quatro horas, a agua sóbe duas vezes e desce duas vezes; é esse o seu movimento rhythmico ou compassado.

Continuaremos na proximal icção e começaremos a tractar das correntes.

AUGUSTO R. DE CARVALHO.

(1) Os alumnos, estando já senhores do assumpto, nada perdem com uma pequena digressão ao professor.

Como é assumpto que a muitos aproveita e como nem todos tem á mão estas obras, vou tratar de resumir o mais possivel o seu modo de vêr, juntando alguns exemplos para tornal-o mais accessivel.

A distincção entre as duas grandes sciencias do mundo inorganico resulta das tres considerações seguintes, que nem sempre bastam, tomadas cada uma dellas isoladamente:

1.^a Generalidade dos phenomenos de ordem physica em opposição á especialidade inherente aos de ordem chimica;

2.^a Vantagens que ha no estado da mais intima aggregação da materia para a pleua realização dos primeiros em contraposição ás da extrema divisão da mesma para os segundos;

3.^a Conservação da constituição da materia, quanto ás suas variedades nos primeiros, em opposição a alteração das mesmas nos segundos.

Tratemos da primeira. Todo o phenomeno physico é plenamente geral. Assim, todos os corpos, quaesquer que elles sejam, têm manifestações barologicas, thermologicas, photologicas, sonologicas e electrologicas. Elles apresentam, apenas, quanto a essas propriedades, variações de intensidade, simples differenças de gráu. Todo o corpo, por exemplo, é susceptivel de produzir som: apenas, uns são mais sonoros que os outros. Provavelmente, lembrarão que esta affirmação é exacta com relação aos phenomenos magneticos. Para responder a esta objecção, lembraremos que a esplendida série de descobertas de Oersted, veiu mostrar que os phenomenos magneticos são apenas uma modificação dos phenomenos electricos. São phenomenos, portanto, que devem ser estudados na electrologia. Aliás o numero de substancias magneticas tem augmentado sempre. Com o magnetismo deverá dar-se com o correr dos tempos, o mesmo que se deu

com a polarização; attribuida a principio a uma substancia, ella se acha hoje extendida a todos os corpos, com a descoberta de Brewster.

Os phenomenos chimicos, pelo contrario, são essencialmente especificos. Assim é que, mesmo quando se põem em contacto as substancias ou as combinações das mais analogas, as reacções si se dão, nem sempre são analogas. Tomando, por exemplo, os acidos fluorhydrico, chlorhydrico, iodhydrico e bromhydrico, tão analogos pelas suas propriedades, em contacto com o vidro (anhydrido silicio) veremos que o primeiro o ataca, formando fluoreto de silicio e agua, emquanto que os outros tres não podem decompol-o. Em summa, cada substancia apresenta seu modo *particular* de agir em cada reacção, exigindo um certo numero de condições proprias para constatar-se a sua influencia.

Pelo que acabamos de dizer, verifica-se que a Physica estuda a materia, isto é as propriedades comuns a todos os corpos e que a Chimica, pelo contrario, estuda as substancias, isto é, as propriedades especificas dos differentes padrões ou variedades da materia.

Passemos á segunda consideração. Os phenomenos physicos verificam-se em massas quaesquer, quer sejam grandes, quer pequenas, solidas, liquidas ou gazosas, mas, sobretudo, verificam-se de um modo mais frizante, quando a materia se acha no estado da mais intima aggregação, isto é, no estado solido e em uma quantidade mais ou menos consideravel, emquanto as propriedades, que observamos no corpo todo, resultem da acção sobre cada uma das suas moleculas.

Emquanto que para os phenomenos physicos o estado de extrema divisão da materia, de fluidez, é uma circumstancia desfavoravel para a sua plena verificação; para o phenomeno chimico, pelo contrario, ella

se torna indispensavel, pelo menos em um dos corpos. Foi o que os antigos chimicos tão bem entreviram com o seu aphorismo *corpora non agunt nisi soluta*. Ora, si bem que não possamos acceitar este aphorismo pela fórma sob a qual foi enunciado, o que não resta duvida alguma é que um delles pelo menos, para que a reacção se dê, deve estar no estado fluido. Ha quem critique este aphorismo antigo, considerando-o um verdadeiro erro, por causa da combinação do iodo com o phosphoro pelo simples contacto directo de ambos no estado solido. A combinação, passando-se entre as particulas minimas dos corpos, é claro, não se pôde dar entre corpos solidos. O caso acima, citado por alguns professores, como por exemplo de combinação entre corpos solidos não pôde ser acceito. Deve ser explicado como se segue. O iodo, nas temperaturas normaes, sublima-se sensivelmente. Ora, são suas primeiras particulas no estado gazoso que se combinam com o phosphoro formando iodureto de phosphoro. A formação deste produz uma temperatura bastante consideravel para que os dous, phosphoro e iodo, se fundam, como se pôde, com attenção, constatar, para depois se combinarem totalmente. Este caso mostra ainda, que a fluidez de um dos corpos é uma condição indispensavel para a realização do phenomeno chimico.

Finalmente, a terceira consideração, é das tres a que se costuma apresentar melhor, por isso que é justamente a alteração da composição que constitue o phenomeno chimico. O phenomeno physico passa-se sem que a constituição da materia quanto ás substancias se altere, isto é, conservando-se, em geral, a sua composição. Emfim, os phenomenos physicos podem determinar alterações de consistencia, de estado de aggregação e de estructura, sem que no entanto os corpos mudem de natureza. Pelo con-

trario, não ha phenomeno chimico sem haver alteração da materia, quanto á composição, pelo menos em um dos corpos que entraram na reacção chimica, isto é, ha sempre mudança de uma ou mais substancias, de um ou mais corpos para outro ou outros. Em summa, opera-se sempre uma alteração duravel, quanto á natureza dos corpos, que concorreram para o phenomeno.

E' verdade que alguns phenomenos de ordem puramente physica, como o calor, a luz, a electricidade, a pressão, etc., podem em certas condições determinar nos corpos alterações em sua composição chimica. Mas, então os phenomenos resultantes dessas acções deixam de pertencer ao dominio da Physica e vão para o da Chimica. Assim, por exemplo, a elevação da temperatura em certas substancias, determina a sua decomposição; a passagem de uma faisca electrica em certas misturas gazosas determina a combinação dos corpos, que a formam.

Reciprocamente, muitas reacções chimicas determinam phenomenos de ordem physica. Quasi todas são mesmo acompanhadas de phenomenos physicos. Assim, as composições e decomposições podem ser endothermicas e exothermicas, podem produzir manifestações electricas, etc. Nos casos citados é preciso distinguirmos os dous phenomenos, que, aliás, quasi sempre se produzem simultaneamente. Supponhamos, por exemplo, que se aqueça em vasilha aberta no ar atmosferico, uma certa quantidade de phosphoro branco. Solido a principio, funde se a 44°, e a 60° inflamma-se. Pois bem, até 60° temos só phenomenos physicos, consistindo elles, successivamente na elevação de temperatura, na dilatação, quando solido, na fusão e finalmente na dilatação no estado liquido. Na combustão do mesmo a 60° temos a considerar dous phenomenos: o 1.º é chimico; é a combinação do mesmo com o oxigenio do ar atmosferico, dando como producto o anhydrido

phosphorico, e os segundos, que acompanham estes, são physicos; são elevação de temperatura e a luz.

Ora, é justamente do facto dos phenomenos physicos poderem determinar a produção dos chimicos e destes serem habitualmente acompanhados daquelles, que resultam as relações tão intimas que ha entre a Physica e a Chimica.

Das considerações que acabamos de fazer resulta que devemos dar as seguintes definições:

Physica é a sciencia que tem por fim estudar as leis que regem as propriedades geraes dos corpos, ordinariamente encarados em massa e constantemente collocados em circumstancias susceptiveis de manterem intacta a composição de suas moleculas e tanto quanto possível o seu estado de aggregação.

Chimica é a sciencia que tem por fim estudar as leis dos phenomenos de composição e decomposição, que resultam da acção molecular e especifica das diversas substancias naturais ou artificiaes, umas sobre as outras.

FRANCISCO VIANNA.

Notas de portuguez

Grammatica Portugueza: phonologia, morphologia e syntaxe.—Phonologia: phonetica e prosodia.—Morphologia: taxionomia, kampenomia, etymologia e orthographia.—Syntaxe: real e figurada.—Considerações geraes sobre a divisão da grammatica e classificação de suas partes.

Observando a maneira de exprimir-se dos portuguezes e comparando-a com diversas grammaticas latinas, conseguiu Fernão de Oliveira organizar uma « grammatica portugueza », que tem sido enriquecida

com o concurso de novas e preciosas descobertas.

A grammatica portugueza, applicação da grammatica geral, é assim definida:

Grammatica portugueza é o conjunto de principios da grammatica geral applicados ás instituições especiaes da lingua portugueza. Seu fim é aperfeiçoar a fala e a escripta portugueza.

Como toda e qualquer grammatica, divide-se ella em tres partes, a saber: phonologia, morphologia e syntaxe.

Subdivide-se a phonologia em duas partes distinctas, que são: phonetica e prosodia. A primeira estuda os sons elementares e fundamentaes do vocabulo; a segunda estuda a pronuncia do mesmo, como demonstra o seu proprio nome, que se traduz por « canto accentuado » ou « correcta pronuncia », no dizer de alguem.

A morphologia—segunda parte da grammatica—subdivide-se em quatro ramos, que são: taxionomia, kampenomia, etymologia e orthographia. A primeira estuda a classificação das palavras, a segunda as suas flexões, a terceira as suas derivações e a quarta, finalmente, as suas formas graphicas.

A syntaxe—terceira e ultima parte da grammatica—pode ser—real e figurada.

E' real quando as construcções são claras e precisas. E' figurada quando a combinação se caracteriza pela logica do assumpto. Dahi a superioridade da divisão da syntaxe em de—construção e logica.

A linguagem, pois, compõe-se de tres elementos, a saber: musical, material e logico. O primeiro corresponde aos sons, o segundo ás formas e o terceiro ás construcções.

Não terminaremos este primeiro capitulo das nossas « notas » sem fazermos um certo numero de consi-

derações tendentes a justificar a divisão positiva da grammatica e consequente classificação de suas partes.

A grammatica é, geralmente, assim dividida—etymologia, syntaxe, prosodia e orthographia. Esta divisão comtudo não é racional e a classificação dessas partes está em manifesta opposição á lei destinada a caracterizal-a.

Pela presente classificação a etymologia, que trata de conhecimentos de pequena monta, sinão inuteis, mormente tratando-se de antigas linguas de onde proveiu a palavra portugueza, é considerada como uma das principaes partes da grammatica, quando ella não passa de um dos ramos da morphologia, como já dissemos e a razão natural se encarrega de evidenciar.

Em egualdade de circumstancias encontra-se a orthographia, que estuda as formas graphicas das palavras. Esta parte, si bem que mais importante que a etymologia, não pôde de modo algum constituir uma parte capital da grammatica, como patenteia a sua propria definição.

A syntaxe que occupa, pela referida classificação, o segundo logar e cujo termo é perfeitamente accetavel, não pôde deixar de collocar-se no terceiro na classificação positivamente scientifica.

A divisão desta parte em syntaxe das palavras e das proposições, não se baseando em dados rigorosamente scientificos, participa dos mesmos inconvenientes da antiga divisão da grammatica. A syntaxe estuda a palavra como elemento da sentença e por isso essa divisão não pôde resistir á critica em face da logica do assumpto.

A prosodia, finalmente, que, por essa divisão é considerada uma das partes capitaes da grammatica, não é mais que um dos ramos da phonologia, como já ficou dito de passagem, no correr desta exposição.

A classificação moderna das par-

tes de que se compõe a grammatica, em vista das razões expostas e da lei—« toda classificação positiva, quer objectiva, quer subjectiva, deve ser feita segundo a generalidade decrescente e complicação crescente dos phenomenos, — é positivamente racional e scientifica.

Capital, 14 — VII — 903.

LUIZ CARDOSO.

Ensino Militar

X

Segunda parte

ENSINO DO RECRUTA, COM ARMA

(Escola do soldado)

MANEJO DA ARMA

32)—Armar—bayoneta.

Bem sabido e bem repetido todo o manejo da carabina sem o sabre-punhal—por essa voz de—armar bayoneta—fará o professor o manejo da arma, sendo posição inicial a de—hombro-arma.

Sendo a escola pouco numerosa, poderão os alumnos ficar em linha, a um de fundo, afim de ser facil a inspecção dos movimentos.

Arma-se bayoneta em tres tempos: primeiro—suppondo que a arma esteja no braço—a mão esquerda vai segural-a na altura do sangradouro e a conduz para o lado esquerdo, com a bandoleira para a frente, tendo a direita abandonado a arma para ir pegar o sabre, a mão esquerda assenta a soleira sobre o terreno com o talão do coice alinhado pelas pontas dos pés e fica segurando a arma, com o braço extendido, a mão direita empunha o sabre com a palma para a frente. Segundo tempo: tira-se o sabre da bainha e leva-se o punho a

ajustar-se na bocca da arma; terceiro: retira-se a mão direita ao lado.

33)—*Hombro—arma.*

Dois tempos: á voz—hombro—de advertencia, levanta-se apenas o bico da coronha; gira-se a arma, com o bico da coronha pelo lado esquerdo, de modo que o cano fique para a frente. A' voz—arma—a mão esquerda levantará, verticalmente, a carabina, no mesmo lado; e a direita irá segurar-a pelo delgado e a esquerda, amparal-a, então, pela soleira do coice, na posição que se segue.

34)—A posição de—*hombro-arme*—é a inicial, é a primeira para os movimentos, quando armado o sabre: corresponde á primeira—*braço—arma*—estando a bayoneta desarmada.

O soldado estará, então, perfilado, si tiver a arma apoiada pela soleira do coice na mão esquerda, ficando a bandoleira no hombro do mesmo lado, o cano voltado para a frente, o braço curvo, o cotovelo afastado do corpo; a mão esquerda terá os dedos—menos o pollegar—unidos e um tanto curvos na face esquerda da coronha e voltados para cima; a cabeça do pollegar ficará pela frente. A arma ficará bem vertical ou a prumo, e o coice bem unido ao quadril esquerdo: assim estará a arma, como se diz, perfilada.

35)—*Inclinar—arma.*

Um tempo: á voz—arma—de execução, leva-se a mão esquerda para a frente e um pouco para cima, escorregando a bandoleira sobre o hombro e une-se o cotovelo esquerdo ao corpo, segurando a arma com firmeza, de modo que ella não danse sobre o hombro.

36)—*Perfilar—arma.*

Dois tempos: á voz—arma—a mão direita vai segurar o delgado e auxiliar a esquerda a levar a arma á

posição de perfilada; segundo, a mão direita retira-se ao lado.

37)—*Cruzar—bayoneta.*

Faz-se em dois tempos: primeiro, á voz—cruzar—a mão direita segura o delgado; segundo, á voz—bayoneta—levanta-se, apenas, a ponta do pé esquerdo, que se leva um pouco para a direita, de modo a ficar o pé esquerdo directamente para a frente, perpendicular, portanto, á linha de frente; o pé direito recua setenta centímetros para a rectaguarda, ficando o seu calcanhar no mesmo alinhamento do pé esquerdo e a ponta dirigida para a direita; a perna esquerda recebe quasi todo o peso do corpo; a mão direita trará, então, o delgado para junto do quadril, contra o qual o apertará fortemente, e a mão esquerda, ao mesmo tempo, irá empunhar a arma pela hastea; o braço esquerdo terá o cotovelo unido ao corpo. Ambas as mãos seguram firmemente a arma. A segunda fileira, caso estejam formados a dois, nada faz, enquanto estiver com a mesma frente que a primeira.

38)—*Hombro—arma.*

Dois tempos: primeiro, une-se o calcanhar direito ao esquerdo e recupera-se a posição primitiva, continuando, porém, a mão direita no delgado; segundo, a mão direita retira-se ao lado.

39)—*Apresentar—arma.*

Faz-se este importante manejo em dois tempos.

Primeiro tempo: á voz—arma—a mão direita irá pegar a arma pelo delgado e a puxará para a direita; a esquerda, ao mesmo tempo, larga o coice e vai pegar na hastea da coronha, ficando a arma em diagonal, ou atravessada na frente do corpo; o ante-braço direito ficará na horizontal; o cotovelo esquerdo unido ao corpo e o direito fóra.

Segundo tempo: a mão direita faz da esquerda pião e leva a arma á posição vertical, na frente do corpo e na linha dos botões; a bandoleira fica para a frente, os cotovelos unidos ao corpo e o ante-braço direito, quasi horizontal, dirigido para o terreno.

40)—*Hombro—arma.*

Dois tempos: primeiro, á voz—arma—a mão direita trará a arma verticalmente ao lado esquerdo e a mão esquerda irá apoiá-la pela soleira; a arma ficará perfilada, tendo de mais, apenas, a mão direita no delgado. Segundo: retira-se a mão direita ao lado.

41)—*Suspender—arma.*

Um tempo: á voz—arma—a mão direita irá empunhar a arma um pouco acima do hombro esquerdo e a conduzirá para o lado direito, em posição vertical, com o talão do coice alinhado pela ponta do pé direito, bem junto a elle e pelo lado de fóra.

42)—*Descansar—arma.*

Um tempo: á voz—arma—deixa-se, levemente, assentar a soleira no terreno; a mão direita corre para cima e vai ficar pouco abaixo da braçadeira superior.

43)—*Hombro—arma.*

Tres tempos: primeiro, á voz—hombro—escorrega-se a mão direita para baixo e une-se o sabre ao hombro direito; segundo, á voz—arma—a mão direita levanta a arma e a leva para o lado esquerdo, entregando-a á mão esquerda, que a recebe pela soleira, perfilando-a; terceiro, retira-se a mão direita.

44)—*Desarmar—bayoneta.*

Tres tempos.
Primeiro—á voz—bayoneta— a mão direita vai segurar a arma na altura do hombro e a faz descer en-

tre os dois pés; a esquerda vai logo pegal-a no boccal da coronha; ambas assim deixam a carabina poisar levemente no solo, com o cano para a frente; a mão direita, abandonando o logar, irá empunhar o sabre-punhal, com o dorso para a frente.

Segundo—com o dedo pollegar da mão esquerda faz se forte pressão sobre o botão da mola do punho do sabre; ao mesmo tempo, com um esforço para cima, a mão direita tira o sabre da bocca da arma e o leva á bainha, por entre o corpo e o braço esquerdo, que se afastará, nessa occasião, um pouco para o lado.

Terceiro—a mão direita vai ao lado e a esquerda, descendo um pouco, gira a arma, levando a bandoleira para frente.

Mandando: braço—arma, tem-se a posição inicial, quando o sabre está desarmado, e que já foi ensinada.

45)—*Braço direito—arma.*

Ha ás vezes necessidade de formar o pelotão de bandeira—na companhia ou no batalhão—com a bayoneta armada em braço—arma, emquanto todas as outras fracções têm a carabina sem sabre. Dirá então o instructor: braço direito—arma—que se effectúa do mesmo modo que braço—arma.

Depois de já estarem os recrutas bem firmes no manejo d'arma em uma só fileira—poderá o professor, nas recordações, mandar a escola estender-se em duas fileiras e commandará então, para manejo d'arma: abrir fileiras—marcha.

MANEJO DE FOGO

Póde o manejo de fogo ser feito tambem, primeiramente, estando os alumnos extendidos a um de fundo, afim de se corrigirem os vicios das posições e a impericia dos movimentos; sómente nas recordações é que se mandará fazel-o em duas fileiras e,

neste caso, dirá antes o professor: *para manejo de fogo, unir fileiras—marcha, si estiverem os alumnos, no manejo d'armas, com fileiras abertas.*

A arma pôde ser carregada, estando perfilada no hombro esquerdo, em braço—arma, descansada e suspensa.

Em qualquer caso, a voz será sempre a seguinte.

46)—*Preparar e carregar—arma.*
Faz-se em tres tempos.

Primeiro tempo, estando perfilada no hombro esquerdo: á voz—preparar e carregar—a segunda fileira dá um passo lateral á direita e as praças de ambas as fileiras empunham, com a mão direita, o delgado.

Segundo tempo: á voz—arma—todos fazem um oitavo á direita e trazem a arma para a direita, em posição diagonal, ficando o delgado no quadril, a bocca da arma na altura dos olhos, a mão esquerda segurando pela parte reforçada da arma; a mão esquerda procurá comprimir, com força, o delgado no quadril, de modo que a arma não se mova quando se abrir a culatra; a mão direita empunha a alavanca com as unhas voltadas para cima, fazendo um movimento de rotação para a esquerda e, recuando depois o ferrolho, descobre a entrada do deposito; dahi vai logo á cartucheira ou patrona e tira um carregador cheio.

Terceiro tempo: metter cartuchos.

Com a mão direita introduz-se o carregador pela abertura superior da caixa do mechanismo da culatra e calca-se com o dedo pollegar da mesma mão, no meio do cartucho superior, até que o carregador chegue ao fundo do deposito e ahi fique mantido pela unha do seu retém—o que se percebe desde que elle offereça maior resistencia á pressão e se ouça um pequeno estalo; fecha-se a culatra por um movimento inverso ao de abrir e levanta-se a bocca da arma

á altura dos olhos, ficando a mão direita no delgado com o dedo indice extendido e perto da tecla do gatilho. Logo que se perceba, pela queda do carregador, que não ha ha mais cartucho no deposito, se carregará a arma como ácima ficou dito.

Emquanto houver cartucho no carregador, depois da voz de—fogo—precisa e rapida, se mandará apenas, com energia—carregar—para o que se traz a arma em posição diagonal, como se acha indicado no começo do segundo tempo, abrindo-se e fechando-se a culatra pelo modo prescripto no segundo tempo e no terceiro; si, porém, a arma estiver em braço—arma, ou suspensa, o alumno praticará tudo quanto se ensinou, quando a carabina sae do hombro esquerdo.

Si a arma estiver descansada, nunca se ordenará manejo sem primeiro suspendel-a.

47)—*Apontar!*

Em todos os casos, pratica-se o seguinte:

a) leva-se o pé direito para a rectaguarda e para a direita, de modo que o calcanhar direito fique a sessenta centímetros do esquerdo;

b) ao mesmo tempo, os braços impellem a arma em posição horizontal para a frente e depois as duas mãos—principalmente a esquerda—apertam a chapa do coice sobre a articulação do hombro direito, para diminuir o effeito do rectio;

c) levanta-se o cotovelo direito, de modo a ficar o seu antebraço horizontal;

d) o cotovelo esquerdo ficará bem por baixo da arma, formando uma forquilha, para melhor supportar o peso da arma;

e) inclina-se a face direita para a arma, tanto quanto baste para se fazer uma pontaria; por uma das ranhuras da alça, faz-se passar a vi-

sada, procurando-se pôr na mesma linha o ponto de mira e o objecto que serve de alvo;

f) o cano, sempre que se empregar a alça, estará voltado para cima e o corpo pesará egualmente, sobre ambas as pernas, levemente curvas. O peito ficará um pouco avançado.

48)—*Fogo!*

Aperta-se com força e com o dedo indice, a tecla do gatilho.

Depois a arma irá ou ao hombro ou á posição de braço—arma e, em seguida, a segunda fileira dará um passo lateral á esquerda.

Depois da voz de—apontar—si não for mais preciso fazer fogo, dará o instructor a voz seguinte.

49)—*Retirar—arma.*

A essa voz, as mãos, na mesma posição, retiram a arma, ficando o delgado fortemente apertado ao quadril, pela mão direita e a bocca da arma na altura dos olhos e seguir-se-á: extrahir cartuchos.

50) *Extrahir cartuchos.*

Abre-se a culatra e calca-se em seguida, com o pollegar da mão direita no retém do carregador afim de fazer saltar o carregador com os cartuchos que nelle ainda houver; feito isso, fecha-se a culatra.

AUGUSTO CARVALHO.

Museu Escolar

(Continuação)

CAIXA DE LICÇÕES DE COUSAS

Tradução do questionario explicativo em francez

O FERRO

— Examinem bem todos os objectos que vocês veem aqui, começando por este; nomeiem-me os mesmos e expliquem-me para que servem.

(A professora terá o cuidado de collocar sobre a mesa de demonstração uma penna, agulhas, um parafuso, pregos etc. A medida que as creanças forem nomeando cada um desses objectos, lhes fará explicar o seu uso.)

— E todos esses objectos que acabam de nomear-me de que são feitos?

— De ferro.

— E a folha de minha faca de que é?

— De aço.

— A relha dos arados, os enxades, suas pequenas enxadas, suas grades, de que são feitos? (Faça nomear o maior numero possível de objectos).

— Onde se encontra o ferro?

— Vocês pensam que se encontram na terra pedaços de ferro como este? (A professora mostra um pedaço de ferro fundido).

— Não, meus meninos, o ferro que se encontra na terra está misturado com pedras ou outros corpos, esse ferro misturado com outros corpos chama-se minério de ferro.

— Que é minério de ferro?

— E' ferro misturado com pedras ou outros corpos.

— Aqui está um pedaço de minério de ferro, examinem-no bem; vocês veem que teriam tido dificuldade em reconhecer que é ferro, si eu não vos tivesse dito.

— Sabem vocês como se faz para separar o ferro que se encontra no minério, de todos os outros corpos?

— Colloca-se em fornos de tijolos muitos grandes e muitos altos, pelo que se chamam altos fornos, um pedaço de mineral e carvão de pedra. Quando está muito quente o ferro contido no mineral se derrete e fica liquido.

Esse ferro em estado liquido corre por aberturas preparadas no alto forno. O ferro assim preparado se chama—ferro fundido.

— Com o ferro fundido se fazem canos para agua, gaz, forninhos, utensilios de cosinha, estufas etc., porque o ferro fundido é bastante fragil, não tendo a resistencia precisa para a feitura dos instrumentos de trabalho, como os que me hão nomeado; para dar-lhe a tenacidade necessaria é preciso recozel-o e batel-o com grandes martellos. Quando o ferro fundido é trabalhado assim, passa ao estado de ferro; aquecendo-se o ferro em uma forja, pôdem-se-lhe dar todas as formas que se queiram.

Puxa-se-o em feira, obtendo-se fios compridos como os que vocês veem aqui e que se chamam...

— Fios de ferro ou arame.

— Reduz-se em laminas delgadas como estas; estas laminas delgadas de ferro chamam-se chapas. Co-brindo-se essas chapas com uma camada de estanho, dá-se-lhes uma côr branca e se chama o ferro assim preparado — folha de Flandres ou lata.

— Qual a medida de capacidade que se faz com a lata?

— O litro, para medir o leite.

— Fazem-se muitos objectos com folhas de Flandres; digam-me alguns.

AÇO

Disseram-me que as folhas do meu canivete bem como estas agulhas, são de aço; os canivetes, navalhas, tesouras, agulhas e uma grande quantidade de pequenos instrumentos delicados são de aço, não é verdade?

— Que é pois o aço? E' tambem ferro ao qual se addiciona uma certa quantidade de carvão. O aço tem o mesmo aspecto que o ferro?

— Qual a côr do aço?

— O aço é mais brilhante, mais branco e mais forte que o ferro; por isso se fazem com elle todos os instrumentos destinados a cortar e a talhar.

(Nomeiem os mais usados desses instrumentos: tesouras facas, canivetes, navalhas, etc.)

O COBRE

Para que serve o cobre?

— Olhem ao redor de si edigam-me todos os objectos feitos de cobre e que estão aqui na classe.

— Qual a côr do cobre?

— Ha cobre amarello e cobre vermelho.

— Que é que está aqui sobre a mesa?

— Um pedaço de cobre amarello e outro de cobre vermelho.

— Qual o cobre que se emprega na fabricação das caçarolas?

— O cobre vermelho.

— De que é feito o feicho de minha carteira?

— De cobre amarello.

— Onde se encontra o cobre?

— Na terra.

— Sim encontra-se o cobre na terra, mas assim como vocês veem aqui?

— Não, encontra-se, como o ferro, em estado de minerio, isto é, misturado com outros corpos. Aqui está um pedaço de minerio de cobre; de que côr é?

— E' verde.

— O cobre em estado de minerio é verde; só fica vermelho ou amarello, depois de fundido.

— O cobre é prejudicial á saúde, ou perigoso?

— Quando os utensilios de cobre não são limpos ou areados com cuidado não se fórma na superficie uma substancia verde chamada?..

— Verdete ou azinhavre.

— O azinhavre é um veneno; forma-se sobre o cobre, quando este é exposto á humidade. Vocês disseram-me que as caçarolas são de cobre, por isso é preciso que ellas se conservem bem limpas, pois o pó e a humidade do ar é que fórman o azinhavre.

— Deve-se pôr na bocca alfinetes ou outros objectos de cobre?

— Pondo-se na bocca alfinetes ou outros objectos de cobre, corre-se o risco de estragar os dentes ou de ferir os labios. Além disso, o cobre tem um cheiro desagradavel.

— Quando se tem necessidade de pegar em cobre é preciso depois lavar as mãos com agua e sabão.

— Falámos do estanho; onde se encontra o estanho?

— Qual a côr do mineral do estanho?

— E' escura.

— Que se faz com o estanho?

— Qual a medida de capacidade que serve para liquido e que se faz de estanho?

— O litro, que serve para medir o vinho.

— Derretendo-se junctos cobre e estanho obtem-se uma liga chamada bronze. E' com o bronze que se fazem moedas, sinos, canhões, bellas estatuas, etc.

COMBUSTIVEL — ILLUMINAÇÃO

No inverno, quando faz frio, á noute não é necessario fazer fogo e luz?

— Com que é que a gente se aquece?

— Com lenha ou carvão de pedra.

— Emprega-se sobretudo o carvão de pedra que custa menos que a lenha e produz mais calor. Onde se encontra o carvão de pedra?

— Para se cozinhar emprega-se sempre carvão de pedra ou lenha. Não se emprega tambem outra especie de carvão que se chama...

— Carvão de madeira.

— Por que essa especie de carvão se chama carvão de madeira?

— Porque é feita de madeira.

— Com que é que a gente se illumia?

— Com rôlos, azeite, kerozene, velas, etc.

— Com que é que se fabrica o azeite para queimar?

— Fabrica-se com diversos grãos, fructos oleaginosos, isto é, que contem azeite, e principalmente com estes grãos que vocês veem e que se chamam grãos de colza. A colza é uma planta que se cultiva nos campos e que dá bonitas flôres amarellas.

— Com que que se fazem as velas ordinarias?

— Com gordura ou sebo.

Póde-se fazer a vela de sebo com qualquer gordura, porém se prefere para este uso a gordura de ovelha, que se chama sebo.

— Não se póde tambem fazer vela com outra substancia?

— Sim, com cêra.

— Onde se encontra a cêra?

— E' feita pelas vespas.

— Que é que tenho nas mãos?

— Um pedaço de cêra.

— De que côr é esta cêra?

— E' amarella.

— Entretanto, parece-me que todas as velas são brancas. Como se póde fazer velas brancas com cêra amarella.

— Vocês estão enganados. Antes de se fabricarem as velas, branqueia-se a cêra, o que se póde fazer de diferentes modos. O mais simples consiste em cortar em pedaços mui delgados e deixal-os expostos ao sereno, durante as noites de verão.

— Vocês disseram-me tambem illumiar-se com petroleo?

— O petroleo é um producto mineral, o que quer dizer que se encontra na terra. Ha fontes de petroleo como ha fontes de agua quente. Essas fontes ou poços encontram-se geralmente na America.

— O petroleo é perigoso?

— Sim o petroleo é perigoso porque inflamma-se; de maneira que as creanças não devem mexer nos lampões, nem nas vazilhas que contem este precioso e perigoso liquido. Po-

de-se tambem allumiarse com gaz que é um producto da hulha.

O SABÃO

— Examinem bem o que tenho na mão, peguem-no, sinão o reconheçam com a vista; que é isto pois?

— Um pedaço de sabão.

— E' util o sabão?

— Para que é util o sabão?

(Faça nomear todos os usos do sabão na limpeza).

— O aceio é indispensavel?

— O aceio é indispensavel á saúde.

Em outra occasião lhes explicare. que não respiramos só pela bocca e pulmões mas tambem pela pelle; para que nossa pelle possa respirar é preciso estar perfectamente limpa. Nossas roupas devem tambem conservar-se limpas, nossos moveis e todos os objectos de que nos servimos, pois, a falta de aceio póde causar toda especie de enfermidades. Que devem fazer as creanças, pela manhã, antes de vir á escola?

— Que se experimenta quando se vê uma pessoa ou uma creança suja? Tem-se desejo de abraçala, de approximar-se della e apertar-lhe a mão?

JOAQUIM BRITO.

Geometria

24.ª LICÇÃO

Recapitemos o que dissemos no ultimo numero da «Revista», formulando as seguintes perguntas:

a) Que vem a ser área de um quadrilatero?

b) Como se acha a área de um parallelogrammo?

c) Qual é a formula que nos dá a área de um parallelogrammo?

d) Qual é o processo para se determinar a área de um quadrado?

e) Quantas bases tem o trapesio?

f) A área desta figura de que maneira se determina?

g) Qual a sua formula?

h) Porque se diz a *semi-somma* das bases?

i) Quantas especies ha de trapesio?

j) Quando se diz que o trapesio é rectangular?

k) Quando é symetrico?

l) Quando é irregular?

m) Um trapesio de 0,25 de altura, de 0,32 de base maior e de 0,50 de base menor, que área terá?

n) Qual é o triplo desta área?

o) Tenho um terreno de forma trapesoide. O lado maior é de 7^m,25, o lado menor é de 5^m,15, e sua altura é de 4^m,80.

Desejo saber o tamanho de $\frac{2}{3}$ de sua área.

p) Achar a área de um lozango de 0^m,22 de base e 0,15 de altura.

q) Determinar a área de um triangulo isosceles de 0,35 de base e de 0,40 de altura.

r) Achar o parallelogrammo do qual este triangulo é metade.

s) De um rectangulo que tem por base 2 metros e por altura $\frac{1}{5}$ do metro, deseja-se saber a área de um dos triangulos que nelle se formar.

t) Sabendo-se que um triangulo tem 0,25 de área e sabendo mais que sua altura é de 0,05, qual deve ser a sua base?

u) A área desta parede é de 0,05000; sua altura é de 0,50. Qual deve ser a sua base?

v) Transformar um triangulo em um rectangulo da mesma área.

x) Transformar um quadrado em um triangulo isosceles.

y) Transformar um rectangulo em um triangulo isosceles.

z) Com um triangulo rectangulo, construir um quadrado que tenha área dupla deste triangulo.

25.ª LICÇÃO

Façamos no quadro negro um polygono de 5 lados e diversos outros de 6, 7, 8, 9, 10 lados, etc.

Digamos que todas estas figuras se chamam *polygonos*, contando o porque assim se chamam.

Digamos mais que os polygonos, conforme o numero de seus lados, tomam as denominações de triangulo ou trilatero (3 lados), quadrilateros (parallelogrammo, quadrado, rectangulo, lozango, trapesio) (4 lados), *pentagonos* (5 lados), etc., etc.

Devemos mesmo ensinar os nomes especiaes dos polygonos até o de 20 lados, observando, entretanto, que podemos designar os polygonos pelo numero de seus lados, dizendo: polygono de 3 lados, de 4 lados, de 5 lados, etc. etc.

Mostremos ainda aos alumnos que os polygonos pódem ser rectilineos, curvilineos e mixtilineos, conforme já fizemos com os angulos e triangulos.

Assim tambem digamos mais que os polygonos pódem ser regulares e irregulares e procedamos de modo que um dos alumnos interrogados, diga:

—O polygono tal é regular porque tem todos os lados eguaes; ao passo que tal outro polygono é irregular porque seus lados são deseguaes.

—Que nota você, Cassio, quanto aos angulos do polygono regular?

—Noto que todos elles são eguaes.

—E quanto aos angulos dos polygonos irregulares.

—Nestes polygonos os angulos são de tamanhos diferentes.

—Bem. Saberá, você, Gaspar, me dizer porque os angulos dos polygonos irregulares são deseguaes.

—E nos polygonos regulares, Tito, porque os angulos são todos do mesmo tamanho?

—Muito bem. Una, Cicero, um dos vertices do polygono *abcdef* a

todos os outros vertices não consecutivos.

(Supponhamos na pedra traçado um polygono regular *abcdef*).

—Que aconteceu, Paulino?

—Sim, o polygono *abcdef* ficou decomposto em 4 triangulos eguaes.

—Una agora o vertice *A* (supponhamos que temos um polygono irregular *ABCDEF*) a todos os outros que não lhe sejam consecutivos. Que acontecerá?

—Teremos tambem 4 triangulos e neste caso deseguaes.

Façamos a mesma cousa com os polygonos de 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 lados, perguntando sempre em quantos triangulos ficaram decompostos estes polygonos.

Encaminhemos a licção de maneira que, por fim, os alumnos percebam que *um polygono terá tantos triangulos quantos forem os seus lados, menos dois*.

Só então, daremos a formula para se achar o numero de triangulos que deve ter um polygono.

Nt. = n - 2.

(Numero de triangulos (Nt.) é igual a (n) numero de lados menos (2) lados.

Sabido que o polygono póde ser decomposto em triangulos, facil é ensinar a avaliação de suas áreas.

Façamos perguntas analogas para se saber o valor, em angulos rectos, de um polygono, assim:

—Em quantos triangulos fica decomposto um polygono de 4 lados?

—Em quantos o de 5, o de 6, o de 7, etc.?

—Cada triangulo quantos angulos rectos vale?

—Bem. Logo o polygono de 4 lados, quantos rectos valerá?

—Porque?

—E o de 5, o de 6, o de 7, etc. quantos rectos valerão?

—Vejam agora que em todas estas figuras temos dois pontos comuns que nos irão dar a formula

para se saber o seu valor em angulos rectos—«o dobro de seus lados e menos 4.

—Respondam-me ás seguintes perguntas:

—Qual é o dobro de lados do quadrilatero, menos 4?

—Qual é o dobro de lado do pentagono, menos 4?

—Qual é o dobro de lados de hexagono, do heptogono, do octogono, etc., etc., menos 4?

—Pois bem, essas respostas 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, etc., são os valores em angulos rectos dos poligonos em questão.

Daqui podemos, portanto, concluir o seguinte:—*um polygono terá tantos angulos rectos, quantos o dobro de seus lados, menos 4.*

Sua formula será, pois:

Ar. (angulos rectos) igual a $2n$
(dobro de seus lados) menos 4.

Ar. = $2n - 4$.

Devia ser objecto da nossa lição seguinte, o processo para transformar polygono, por exemplo de 5 lados, a polygono de 4 lados e a triangulos, porém deixamos de fazel-o porque estes processos acham-se perfeitamente explicados na Geometria de Olavo Freire.

Alli tambem se encontrarão as regras para se construir triangulos e quadrilateros que deveriam constituir o seguinte do programma que estamos traçando para o ensino da Geometria nos nossos Grupos Escolares.

No proximo numero trataremos das linhas curvas em geral.

Capital—1.º—10—1903.

ANTONIO PENNA.

LITERATURA INFANTIL

LES REQUINS

(INÉDITA)

Que t'avons-nous donc fait, aucteur de la Nature
Qui, dans ton noir courroux, de tes cruelles mains
Jetas sans pitié l'homme à l'homme en pâture,
Peuplant le monde entier de voraces requins?

Un Monstre dévorant vint planer sur le monde ;
Aux requins tu livras le vaste sein des mers,
Nos cadavres pourris à la vermine immonde,
Aux aigles, aux vautours le royaume des airs.

Quand du Ciel viendras-tu, Sainte Miséricorde ?
Quand viendra parmi nous régner la Pitié ?
Quand ne verrons-nous plus au sein de la Discorde
La moitié des humains manger l'autre moitié ?

*
* *

Partout autour de nous, de sa gueule Céante,
Acharnée à sa proie, à l'homme malheureux
Par son Dieu délaissé, se dresse menaçante
De la Voracité la tête à l'air affreux.

*
* *

Il est un grand requin, à la gueule profonde,
De notre mer sociale affreux épouvantail,
Portant nom *Capital*, de digestion féconde,
Engloutissant bien fond l'infertile travail.

Um monstre fabuleux qu'on nomme *Paix armée*,
Qui se nourrit aussi d'autre monstre, *l'Impôt*;
L'impôt toujours croissant, la pieuvre affamée
Qui ne nous laisse, hélas ! que les os et la peau ;
Sous des milliers d'*oisifs* les villes gémissantes ;
La *Caserne* écrasant l'indigent laboureur ;

L'altière Hiérarchie aux pompes arrogantes ;
 De terres sans confins l'avare et dur *Seigneur* ;
 Le *Patronat* sans cœur, la *Commandite* impure ;
 Toutes les oppressions, tous les fléaux divers
 Qu'un flot de *Mandarins* et que la sale ordure
 Des inutiles *Gueux*, les vrais requins des mers,
 Vomissent sur les bas des couches prolétaires ;
 La *Fabrique* et l'*Usine* exploitant l'ouvrier,
 Sa femme et ses enfants attelés aux misères
 Et portant leur sueur, leur sang à l'usurier ;....
 Quel nom donnerons-nous, dans une langue humaine,
 A' tous ces ravisseurs, à tous ces vrais coquins ?
 Quel nom donnerons-nous assez pétri de haine ?
 Que sont-ils, Dieu Puissant, si ce n'est des requins ?

*
 **

Mais.... Suivons des requins les nombreuses espèces :

La *Mode* dévorant coquettes et coquets,
 Au *Jeu* le tapis vert conviant les Duchesses,
Monaco dévorant (ô splendides banquets!)
 Honneur et millions, souvent un mauvais père
 Le quel, nouveau *Saturne*, tripolant son honneur
 Dévore ses enfants avec leur pauvre mère
 Qui pour tout patrimoine ont seul le deshonneur !

*
 **

Mais voici se dressant, ravisseur hypocrite,
 Sur les trois Continents un Monstre séduisant,
 Doux, patte de velours, terrible... le *Jésuite*.
 Pieuvre universelle, à l'esprit malfaisant,
 Qui s'empare de l'or et des corps et des âmes,
 Monstrueuse araignée à l'énorme tissu
 D'une toile invisible on s'accrochent les femmes
 Par qui ces vieux requins, pour Jésus, ont reçu
 Richesse, autorité, puissance universelle ;
 Qui sur l'Eglise, sur les Pontifes Romains,
 Sur la Loi de Jésus, sur la Ville Eternelle
 Ont pu dicter long temps leurs décrets souverains,
 De l'Eglise éteignant les âges héroïques....
 Derrière la coulisse et le confessional
 Voyez menant l'action ces tout pieux cyniques,
 Poursuivant pas à pas leur vieux plan infernal,
 Lançant des *Réguliers* la pieuse avant-garde,
Barnabites, *Oblats*, cent bataillons de gueux....
 Aux Cours, dans les palais comme sous la mansarde
 On la trouve toujours : Ce sont eux, toujours eux !
 Requins tout mielleux, visage doux et rose,
 Façonnant la jeunesse à la Servilité ;
 Du riche agonisant, pour la Très Sainte Cause,

Guettant les millions qui dans l'Eternité
 Vaudront un Sauf-conduit, un Bref de délivrance
 Des flammes de l'Enfer un riche moribond !

O' mères, garde à vous ! Sauvez, sauvez l'enfance
 Du Monstre déguisé sous la peau du mouton.
 O' peuples, garde à vous !.. Ces corrupteurs des âmes.
 Emissaires du Mal, au nom du Tout-Puissant
 Ont soif de vos trésors, vos enfants et vos femmes....
 Opposons une dique au flot toujours croissant
 Des sinistres agents de toutes les tourmentes,
 De ces marchands du Temple où le fouet de Jésus
 N'est plus pour les chasser.... Sans cesse renaissantes
 Leurs légions sont partout.... Toujours chassés, jamais vaincus !

*
 **

Des modernes nations la marche ascencionnelle
 Vers l'avenir de Droit, de Justice et de Paix,
 Ce Chanaan promis, jusqu'à quand Serra-t-elle
 Entravée, aux efforts de leus nombreux forfaits ?

*
 **

Relevez-vous enfin, pour chasser cette engeance
 Du Temple profané de la Religion
 O' mânes sacro-saints de Nobrega, d'Anchiette...
 Viens, ô François Xavier fouetter ces pervers.
 O' peuples, garde à vous ! Oû gronde la tempête
 Là veille l'homme noir, squala, tigre des mers...

*
 **

Chasse à d'autres requins...

« Sans maître cette malle ?

S'écrie Bilboquet : elle est donc bien à nous !
Albion à Bilboquet empruntant sa morale,
 Voilà le grand requin !

Du pays des Indous

Au monde australien ; du Cap Bonne-Espérance
 Jusques aux bords du Nil, par le noir continent
 A' travers monts et lacs ; depuis le Saint-Laurence
 Jusques aux monts Rocheux ; de Chypre, en Orient
 Aux colonnes d'Hercule, aux bords fleuris d'Irlande,
 La vorace pieuvre, allongeant ses cent bras,
 Au coeur tout pétri d'or, à l'âme de marchande,
 En deux siècles avec le monde sous ses pas...
 Et nous verons un jour *John-Bull*... voler la Lune,
 Si la Lune n'a point par hasard d'habitants !
 Mais ni l'or ni le vol n'assurent la Fortune
 D'un empire, soit-il la Rome des brigands...
 Expansion, débouchés... forme coloniale,

Impérialisme anglais... horribles et vains mots,
Égoûts de métropole, vils égoûts d'ou s'exhale
Le vice, fange impure épanchée à longs flots!
Comment nommerons-nous Celle dont la bannière
Ne porte plus ces mots : Droit international ?
De quel nom appeler cette nation si fière ?
Ce nom... dites-le, vous, héros du Transwaal !

*
* *

Portons plus bas nos yeux : là, travaille sans trêve
L'ouvrier qu'on exploite, en un milieu malsain,
L'ouvrier qui ne voit de repos qu'en un rêve,
Qui n'a jamais le droit de manger à sa faim.
Le Dante en son Enfer ne plaça point l'Usine,
Car l'usine appartient au siècle du Progrès !
Sisyphé du travail, sans foi qui l'illumine,
L'exploité va glisser... au fond des cabarets.
Et l'exploiteur repu détourne le visage
Du pauvre dévoyé qui, pour tromper la faim,
Va se griser le soir, pour repousser l'image
De sa jeune famille où l'on manque de pain !

*
* *

Seigneur, de ces repus oh ! détournez la face :
Ils ont écu d'or à la place du coeur,
N'ayant d'humain, hélas ! qu'à peine la surface,
Oubliant que là haut il est un Dieu vengeur.

Aux parias du travail, Auteur de la Nature,
Daigne enfin envoyer un rayon de Pitié.
Au pinson dans son nid tu donnes la pâture :
Aux fils de l'ouvrier donne au moins la moitié...

*
* *

Au sein de la famille est le *Masculinisme*
Qui condamne la femme au régime servil.
De la Société le stupide organisme
Répudia la femme, objet pour lui trop vil.
L'ignorance autant que l'oppressive tutelle,
Voilà votre partage, ô nos filles, nos soeurs !
La femme émancipée est pourtant toujours belle,
Sans déflorer la vie et l'amour en nos coeurs !
Doux animal de charge, odalisque docile,
Objet d'utilité, pur objet de plaisir,
Voilà ton idéal, detracteur imbécile,
De Celle qu'à genoux nous devons tous bénir !
Un jour, qui n'est pas loin, la femme autant que l'homme
Etre humain, conscient, doué de liberté,
Qui sur toute douleur vient répandre le baume,

Verra régner sur nous sa personnalité ;
Au feu sacré du coeur puisant tout son génie
La femme vaut plus que tous vos raisonnements,
Que vos plus beaux discours les plus dignes d'envie,
Et son coeur régnera sur l'empire des temps.
Viendra peut-être un jour où l'homme s'agenouille.
Aux pieds de celle dont un sourire d'amour
Vaut le trône d'un Roi, prenant, lui, la quenouille...
Des choses d'ici bas, sera-ce le retour ?

*
* *

Les yeux en feu, sanglants, aux dents bien aiguisées,
Raidis l'un contre l'autre, à l'aspect menaçant,
Se dressent deux requins aux gueules embrasées,
Prêts à se dévorer, de rage bondissant :
La société d'hier, la société nouvelle,
Qui s'attendent sur pied, en ce siècle nouveau,
S'observant, possédés d'une haine mortelle...

Lequel succombera, sans les os et la peau ?

*
* *

Quand du Ciel viendras-tu, sainte Miséricorde ?
Quand viendra parmi nous régner la Pitié ?
Quand ne verrons-nous plus, au sein de la Discorde,
La moitié des humains manger l'autre moitié ?

HIPPOLYTE PUJOL.

OS PEQUENINOS

Eu sinto que do peito um jubilo se evola,
Mais suave do que um beijo em labios impollutos,
Quando os vejo passar — a esses pequenos fructos
Da arvore da vida — em caminho da escola.

Brinca-lhes o prazer nos bregeiros e astutos
Olhos. E então eu penso, ao vel-os de sacco :
« São mendigos de luz ! Andam pedindo a esmola
Do pão p'ra intelligencia, alegres, resolutos. »

O' sabios, que viveis buscando não sei qual
Fugitiva e subtil pedra philosophal,
Em mundos ideaes, utópicos, divinos —

Sabei que buscaes longe aquillo que está perto...
O sonho que sonhaes, sublime, está por certo
Na lucida instrucção daquelles pequeninos.

RENÉ BARRETO.

O avô mendigo

(Inédita)

Na praça de Cataluña—Barcelona.

Era uma noite limpida de julho!
Andava pelos ares divagando
Um magnifico luar!
Revolvía-se o povo com barulho.
Na lindíssima praça circulando
Com um tropego andar,
Eu vi, sahindo d'uma larga rua,
Approximar-se um velho, que trazia
Ao hombro uma criança.
Clara e loura, com a cabeça nua,
A dormir tão tranquilla, dir-se-ia
Um anjo que descança.
O ancião, coitado, era um mendigo
Encanecido, sujo, esfarrapado,
Que andava a dedilhar
As cordas de um violão já muito antigo.
Quantos annos assim tinha penado
Sem treguas, a cantar!

A negregada morte lhe ceifára
A deradeira filha, um certo dia,
D'um rebento ao nascer.
E desde então com amor se dedicára
Ao netinho innocente, que sorria
Sem ter o que comer.
Cantava trovas de tristeza infinda!
E com o roto chapéu elle esmolava,
Pedindo um só vintem,
Não para si, mas para a flôr tão linda
A cuja vida a sua consagrava
Ouviam-no? ... Ninguém.
Por levar ao hombro o pallido jasmim
Julgavam-no um avô desnaturado

Que não merece esmola.
Elle ja a vida consumindo assim,
E cada dia vendo o fim chegado
Sem nada na saccola.
Não era mais que um tronco carcomido
Sustentando com a seiva á parasita
Que nelle se implantára.
Já de ha muito tivera fallecido,
Si não fôra cuidar da criancita,
Que a filha lhe legára.

Doeu-se alguém ao ver tal desconforto!
Uma criatura rica e poderosa,
Uma alma nobre e séria,
Vendo um tão novo e o outro quasi morto,
Recolhe os dois ao lar, mui caridosa,
Tirando-os da miseria.
Nada lhes falta no palacio amigo....
A pompa e o luxo elles então partilham!
A flôr com viço crescea.....
Mas, o velhinho, vendo-a com abrigo
E o amor com que os nobres a perfilham,
Dentro em pouco fallece.

Assim tambem a arvore já annosa,
Cujo viver apenas consistia
Em outrem sustentar:
Quando lhe falta a parasita airosa,
Perde de todo as forças e a energia,
Indo em breve expirar.

Barcelona, Julho de 1903.

FRANCISCO VIANNA.

CONFISSÃO

(INÉDITA)

Eu, Benedicta de Mello,
Aqui do Grupo Escolar,
Agora um caso singelo
Em quatro versos revelo,
Agora venho contar...

No outro tempo, descuidosa,
(Devo dizer com franqueza,
Por ser a franqueza airosa)
Era um tanto preguiçosa,
Sem ver do estudo a belleza...

Assim é que, todo o dia,
Durante todo o verão,
Pouco estudava... não lia,
E, portanto, não sabia
Correctamente a lição.

Posso, entretanto, altaneira
Dizer em minha desculpa
Que, por ser dessa maneira,
Me atire a pedra primeira
Quem já não teve igual culpa!

Ora, num dia de gala,
Estando no meu brinquedo
Com e linda boneca Nhala,
Ouvi forte voz na sala,
E tive, pois, muito medo...

E ouvindo aquella voz cava,
Voltei-me logo... Com a breca!
Ninguém no logar estava...
E quem é que me falava?
Aquella minha boneca!

— «Aquella que não estuda,
Disse, «que bem não soletra,
De condição nunca muda;
Fica feia, boba, ruda,
Tola, enjoada... etc., etc...»

Foi desde então que applicando
Meus esforços a estudar,
Dos livros nunca largando,
Vivo sempre me adiantando
Aqui no Grupo Escolar...

B. OCTAVIO.

A LUZ É A VIDA

(INÉDITA)

«... E a luz illuminou a terra.»

RENE BARRETO.

A rósea Madrugada as cortinas descerra.
Surgiu o Sol.

« E a luz illuminou a terra... »

De gala se vestiu a natureza inteira.
No ar a passarada, alegre, prasenteira,
Saída o novo sol. Nos campos, nas florestas,
A pompa, o reluzir duma cidade em festas.
As flôres dos jardins, ha pouco inda orvalhadas,
Mostram o resplendor das côres variegadas.

Que bello é o sol! A luz é a vida do universo...
O mais perfeito ser, o ente mais perverso,
As plantas colossaes, as plantas pequeninas,
As aves da floresta, as flôres das campinas,
O rico do palacio, o pobre da cabana,
Tudo precisa luz.— Da luz a vida emana.

Tirar a luz do sol, as luzes das estrellas,
E' ver o mundo inteiro extinguir-se com ellas.

De ha muito a humanidade em uma idéa insiste:
Saber como se fez, e a causa por que existe
Aqui na Terra — a vida, e lá no céu — planetas.
Desde Newton, estudando attento alguns cometas,
Até Santos Dumont pairando no ar, sem medo,
Ainda ninguem poudé achar este segredo!
— Mysterio que proclama um Deus que nunca erra
E vive lá no céu a contemplar a terra...

E's tú, ignorancia, a noite tenebrosa
Que vem escurecer a estrada luminosa
Que vai da terra ao céu — essa estrada infinita —

— O' luzes da sciencia, ó santa luz bem dita,
Dictae á humanidade, envolta na Incerteza,
Qual a suprema lei que rege a natureza.

OCTAVIANO DE MELLO.

A consciencia

Caim com os cabellos desgrenhados, acompanhado de sua esposa e filhos, coberto com pellos de animaes, chegou, ao cair da tarde, ao pé d'uma montanha. Sua mulher e seus filhos disseram-lhe:

— Deitemo-nos no chão, e durmamos.

Caim não podia dormir: permaneceu acordado ao pé do monte. Levantou casualmente a cabeça e, no fundo dos negros céus, viu um olho enorme, aberto nas trevas, que o fixava.

— Estou muito proximo de casa, murmurou, estremecendo. E, despertando seus filhos e sua fatigada mulher, recomeçou a precipitada fuga.

Caminhava com a pallidez no rosto, estremecendo ao menor ruido, olhando constantemente para trás, sem descançar, sem dormir. Chegou ás margens do mar, ao paiz onde mais tarde se estabeleceu Assur.

— Paremos aqui, disse, porque este asylo é seguro; chegamos aos fins do mundo.

Mas, quando se sentava, viu nos sombrios céus o mesmo olho que o contemplava. Então, apoderou-se delle a vertigem.

— Escondei-me, gritou.

Os filhos contemplavam assombrados o pae, que estava fóra de si.

Caim, disse Jabel, pae dos que habitam o deserto sob tendas de pelles: muda para este lado a tua tenda.

E, depois de mudada, perguntou Tsilla, a loura menina, a filha de seus olhos, com voz doce como a aurora:

— Ainda vêz alguma coisa?

Caim respondeu:

— Ainda vejo o mesmo olho.

Jubal, pae dos que atravessam as aldeias tocando gaita e tambor, exclamou:

— Eu construirei uma barreira.

E construiu um muro de bronze, detrás do qual collocou a Caim.

E Caim disse:

— O olho ainda me fita.

Henoch accrescentou:

— E' necessario construir um circulo de torres tão formidavel que ninguém possa approximar-se delle. Edifiquemos uma cidade com a sua cidadella, e fechemol-a depois.

Então Tubalcain, pae dos ferreiros, construiu uma cidade maravilhosa. Enquanto a edificava, seus irmãos davam caça aos filhos de Enóc e de Seth. Si alguém passava por alli tiravam-lhe os olhos; de noite disparavam settas contra as estrellas.

O granito substituiu as paredes de pelles, as pedras estavam unidas umas ás outras com laços de ferro; parecia uma cidade infernal. A sombra das torres escurecia os campos visinhos; os muros tinham a espessura dos montes; sobre as portas gravaram-se as palavras: *Nem Deus passa.*

Quando tudo estava concluido, collocaram Caim no meio d'uma torre de pedra, e alli ficou inquieto e lugubre.

Meu pae, perguntou Tsilla com voz tremula, o olho desapareceu?

E Caim respondeu:

— Não, ainda o vejo!

E accrescentou:

— Quero viver debaixo da terra, como um morto sob o sepulchro. Ninguém me verá, nem eu verei coisa alguma.

Abriu-se uma cova, e Caim disse:

— Está bem.

Depois desceu só ao interior d'aquella sombria abobada. Apenas se assentou, e caiu a pedra que fechava o subterraneo, Caim levantou a cabeça e ficou aterrado: o olho estava dentro do tumulo, e fixava-o torvamente.

VICTOR HUGO.

O AMBICIOSO E A FORTUNA

(FABULA)

Certo individuo a quem a ambição torturava, Um dia, em que ao pezar maior expansão dava, A Fortuna invocou. Esta immediatamente Ante elle se apresenta e, com ar complacente, Sorrindo-se lhe diz: — Então? Que de mim queres? — O' sublime deidade! exclama o ambicioso, Tu, cuja phantasia é o maior dos poderes, O poder soberano ante o qual respeitoso E submisso se curva o universo em peso, Pois que a elle não ha dominio algum defeso; Tu, que esparges teus dons com magna exuberancia; Que, com prodigas mãos, derramas a abundancia; E cuja cornucopia inexgottavel, rica, Sempre a se despejar, sempre opulenta fica; Tu, que só por prazer, fazes com teus favores Do ser mais desditoso o ente mais feliz: Attende, ó Potestade, attende ao que te diz, Em supplica, o menor dos teus adoradores! Cumula-me dos bens e graças infinitas Que sóes dispensar quando essas mãos agitas. — Queres então ser rico?

— Oh! muito! sim; riquissimo!

— Bravo! Sabes pedir! Mereces um *bravissimo!*...

Pois bem; sou caprichosa e contentar-te vou.

Fecha os olhos — lhe ordena; elle, prompto os fechou.

A deusa avança um passo e, com a prodigiosa

Varinha de condão a frente lhe tocando,

— Pódes abril-os, diz.

Scena maravilhosa!

Transformação sublime a vista deslumbrando!

Era um rico palacio, extremamente bello,

Com tal luxo e primor adornado que vel-o

A mente deleitava. Explendida harmonia!

De vistoso setim, rica tapeçaria

As paredes forrava. O tecto era dourado,

Dourada era a mobilia e as grades das janellas,

(Pois todas tinham grades...); o soalho alcatifado.

Espelhos de crystal, sanefas, bambinellas,

Quadros, lustres .. enfim, tudo que imaginar

Se póde de mais lindo! Um quadro de encantar!...

.....

O nosso ambicioso, extatico, admirado,

Contempla-o sem cessar, em prazer engolfado.

O silencio quebrando, a deusa assim lhe fala:
 —Tudo isto que aqui vês e a vista te regala
 Desde já te pertence, é teu; pois te offereço;
 Mas uma condição, só uma, estabeleço:
 —Não sairás daqui.

Elle, que remirando
 Estava até então, nas grades reparando:
 —Oh! isto é uma prisão! —sobresaltado diz.
 —Mas, palacio ou prisão, que importa um simples nome?
 Aqui estarás tranquillo e viverás feliz,
 Sem jámais conhecer o que é frio, o que é fome.
 —Embora! Mesmo assim!... Mas o nome que importa?
 Importa muito, sim; vai nisso a liberdade.
 —Mas aqui poderás passeiar á vontade...
 Comtanto que não vás além daquella porta.
 —Isso nunca! Jámais! Não ha dom neste mundo
 Que pague a liberdade!... E, com olhar profundo
 A deusa contemplando, accrescentou: — Retiro
 O pedido que fiz. A pobreza prefiro
 Com minha independencia; embora por acaso
 Alguma cousa venha a soffrer...

— Neste caso...

A deusa fez um gesto e desapareceu.
 E com ella tambem o palacio encantado.
 Ao primitivo estado o nosso heroe voltou.
 Com a sorte, porém, ficou mais conformado,
 Curando-se por fim da *chronica* ambição.

A's vezes a fortuna é uma aurea prisão!

PEDRO DE MELLO.

Piracicaba.

NATUREZA!

Amo-te, ó Natureza esplendida e formosa,
 no calix do alvo lyrio e no botão de rosa.
 Amo-te na floresta immensa dos Tamoyos
 e na agua crystallina e pura dos arroyos!

Quando o sol apparece em fulgido oceano
 de chammas, de esplendor, magnificente, grande,
 um hymno de louvor esse astro soberano
 te canta e em explosões de alegria se expande.

E a neblina se eleva e fórma nuvens quando
 do solo se evapora a humidade e, mais tarde,
 um sol vivido arde,
 cae a chuva abençoada, a terra fecundando.

Então, oh Natureza, após fortes bramidos
 da torva atmosphaera em convulsões violentas,
 resplende o bello Azul, veem-se os prados floridos
 e em tua magna gloria e orgulho te apresentas!

O ar é luminoso, a passarada canta
 á beira dos caminhos,
 tremem á luz solar, numa alegria santa,
 no verdor do arvoredó, os delicados ninhos.

A luz, oh sim! a luz sobre o universo impera,
 é a luz que nos dá vida e os trigaes desenvolve.
 E' a luz que purifica a calma atmosphaera,
 por ella é que a materia á lei eterna volve!

Amo-te, ó Natureza, ó grande mãe sublime,
 da planta humida e chan, mais mesquinha e de rastros,
 até na luz serena e limpida dos astros,
 porque todo o universo o teu valor exprime.

Amo-te no insecto e na flôr, nos supremos
 transes de viva dor que nos afflige e corta!
 Tudo nos vem de tí e tudo te devemos:
 a magua que entristece e o amor que nos conforta.

Tu vives, grande Ser, immortal, pantheista,
 num só corpo immortal — o infinito Universo,
 O nada não existe — o que foge da vista
 na immensidade vai para sempre disperso!

Louvada sejas tu, ó Natureza altiva,
 nas convulsões do mar, nas estrellas serenas!
 Louvada sejas tu, sempre gloriosa e viva,
 que nos dá o prazer, que nos enches de penas!

Amo-te ó Natureza, ó grande mãe sublime!
 E's o grandioso ser donde a vida dimana,
 Evangelho immortal, sempre aberto, que exprime
 o Bem, condemna o Mal pela consciencia humana.

V. CRUZ.

*Os mestres de literatura infantil***JOSE' SELGAS**

A MODESTIA

(INÉDITA)

(Traduzido do hespanhol)

Pelas flores proclamado
Rei da campina virente,
Um lindo cravo encarnado
Deu principio ao seu reinado
A' primavera nascente.

Eram de fausta riqueza
As folhas assetinadas
Do manto de realza,
Que bordou a natureza
Com gottinbas irizadas.

A providencia primeira
(E o rei não se esqueceu della)
Era escolher companheira,
Do seu dominio a mais bella,
A mais pura e verdadeira.

O desenpenho da lei
Causou immensa delicia,
Pela numerosa grei.
E correu logo a noticia
Pelos estados do rei.

Em revolta actividade
Cada flor abriu o arcano
Da primaveril beldade,
Para prender a vontade
Do formoso soberano.

Cada qual teve o cuidado
De enfeitar-se para a festa
E amanheceu adornado,
Desde o campo até à floresta,
Do cravo o florido estado.

O rei, vendo tantas flores,
Com indecisão procura:
Umás teem bonitas côres,
Outras ricas em odores,
Todas com muita frescura.

E o rei caminha, caminha,
Sem saber qual escolher;
Parou vendo uma florinha
Que parecia que tinha
Receio de apparecer.

Porque te escondes, medrosa,
E não mostras tuas côres?
Não sabes que a mais formosa
Escolherei, e ditosa
Será rainha das flores.

Mais acanhada ainda a fôr,
Mas fremente de prazer,
Respondeu: O', meu senhor,
Quem sou para merecer
O vosso régio favor?

Replica o rei com doçura:
— Entre as flôres desta festa,
A que mais me agrada é esta,
Porque a melhor formosura
E' a formosura modesta.

Logo a brisa perfumosa,
Proclamou por toda a grei
Que a violeta candurosa
Era a esposa victoriosa
Escolhida pelo rei.

FLORIAN

O REI JUSTO

(PARAPHRASE)

Estava na caçada um rei do Oriente,
Um rei sabio, potente,
Um desses grandes reis cuja memoria
Conservã a historia,
Como exemplo real da magestade,
Da lei, e da equidade.

Sahiu a comitiva á madrugada.
Fora longa a caçada.
O sol ardia.
E em todo o longo dia
Não acharam nem agua, nem bebida
Com que molhar a bocca resequida.

Eis que avista á beira do caminho
Um misero ranchinho,
E ao redor um pomar de laranjeiras
E lindas tamareiras.
A fructa vermelhava na folhagem,
E a sêde da viagem
Pensou o rei saciar no mesmo instante
No pomar verdejante.

O rei bateu á porta da morada,
Chamou... mas nada.
Devia estar ausente o proprietario
No serviço diario.

Podia o rei colher o que quizesse,...
Não havia perigo que viesse
O dono a reclamar o prejuizo.

Mas no alto juizo
Do poderoso rei, como um lampejo
Maior que o seu desejo,
Formou-se um generoso pensamento:

Si naquelle momento
Desse elle o exemplo, a sua gente
Cahiria inclemente
Sobre o fresco pomar tão cubiçado
E o pobre proprietario confiado
Na lei e no direito,
Que se tinha ausentado satisfeito
Julgando a propriedade garantida
Ao vel-a destruida
Perderia a esperança
Perdendo na justiça a confiança.

R. PUIGGARI

FABULAS DE FLORIAN

(INÉDITA)

Sentindo-se morrer, um rico lavrador
mandou chamar seus filhos junto ao leito,
e lhes falou então deste teor:
— Ouvi-me e tomae bem tudo isto a peito:

« Que a nossa herdade nunca vá parar
« a mãos extranhas. Ella occulta e esconde
« riquissimo thesouro, num logar
« que fica... não sei onde.
« Assim, quando chegar o mez de Agosto,
« Excavae, revolvei bem toda a terra;
« que, fazendo-o com animo disposto,
« achareis as riquezas que ella encerra.
« Mas não vos chegue rapido o cansaço,
« Nem fique sem cavar, nenhum pedaço!

Assim fizeram. Fallecido o velho,
seguiram logo os filhos seu conselho.
E aqui e alli, por toda a parte em summa,
Não ficou, sem cavar, porção alguma.
E de tal modo foi que, desta feita,
cresceu mais de cem vezes a colheita.

Dinheiro não se achou. Está bem visto
que não havia ouro.
— Que quiz o velho então dizer com isto?
— Que o trabalho é um thesouro.

RENÉ BARRETO.

MINHA LYRA

CANÇÃO

(INÉDITA)

Creança! ouve e admira
Nas cordas de minha lyra
Estas bellezas sem par...
Foi vendo as nossas campinas
Tão ricas de essencias finas
Que a emoção me fez cantar!

Dependuro-me dum galho
Que me roreja de orvalho,
E como então sou feliz!
Tudo me encanta e me assombra
Vendo a esmeralda da alfombra
A meus pés, como um tapiz!

A estupenda matta virgem
Quasi me causa vertigem,
Tanta a opulencia e o vigor
Com que, junto dos arbustos,

Cresem os caules robustos
Na força da seiva em flôr!

E essa eterna primavera
Que entorna o riso e abebera
Os corações só de amor,
E' aquella ainda que assoma
Nos prados, cantando o aroma
E a symphonia da côr!

Fôra as pompas! fôra os faustos!
Sorvamos antes, aos haustos,
O oxygenio do sertão!
Oh! incorre até num crime
Quem á vida e ao sol se exime
No seio azul da amplidão!

Creança! ouve e admira
Nas cordas de minha lyra
Estas bellezas sem par...
Foi vendo as nossas campinas
Tão ricas de essencias finas
Que a emoção me fez cantar!

ANTONIO PEIXOTO.

HYMNOS ESCOLARES

CANÇÃO

Dormi, travessas criancinhas:
Já estão dormindo as andorinhas!
Além o sol deitou-se.
Dormi, dormi uns somnos leves;
São no verão as noites breves
De uma calma tão doce!

Dormi, dormi, que a noite veiu;
Dormi sem medo, sem receio,
Em vosso meigo asylo!
Dormi, dormi, que a passarada
Dará o signal da madrugada
Com melodioso trilo.

Dormi no leito perfumado,
No seio puro, idolatrado,
Do lar amigo e terno.
Por nós constantemente vela,
Como no céu brilhante estrella,
O santo amor materno.

Dormi, travessas criancinhas;
Já estão dormindo as andorinhas!
Além o sol deitou-se.
Dormi, dormi, uns somnos leves;
São no verão as noites breves,
De uma calma tão doce!

R. PUIGGARI.

Berceuse

CANÇÃO

MUSICA DE ANTONIO CARLOS

LETRA DE R. PUIGGARI

Andante espressivo

Dor - - mi, tra -

ves-sas cri - an - ci - - nhas; Já es - tão dor -

min - do as an - do - - ri - - nhas A - lem o sol dei -
 tou - se Dor - mi, dor - mi uns som - nos le - ves;
 São no ve - rão as nou - tes bre - - - ves

Affrettando e crescendo um poco

Allargando e dim.

D'u - ma cal-ma tão do - ce! Dor - mi, dor -

mi que a nou - - te vei - - - o!

Dor - mi sem me-do, sem re - - cei -

The musical score for page 480 consists of three systems. Each system includes a vocal line in G major and a piano accompaniment. The first system has a vocal line with a triplet of eighth notes and lyrics 'D'u - ma cal-ma tão do - ce! Dor - mi, dor -'. The piano accompaniment features chords and a bass line. The second system has a vocal line with a triplet of eighth notes and lyrics 'mi que a nou - - te vei - - - o!'. The piano accompaniment continues with chords and a bass line. The third system has a vocal line with lyrics 'Dor - mi sem me-do, sem re - - cei -'. The piano accompaniment concludes with chords and a bass line.

o Em vos - - so mei - - - go a -

sy - - - lo Dor - mi, dor -

mi, que a pas - sa - - ra - - da Da - rá o si -

The musical score for page 481 continues from page 480. It consists of three systems. Each system includes a vocal line in G major and a piano accompaniment. The first system has a vocal line with lyrics 'o Em vos - - so mei - - - go a -'. The piano accompaniment features chords and a bass line. The second system has a vocal line with lyrics 'sy - - - lo Dor - mi, dor -'. The piano accompaniment continues with chords and a bass line. The third system has a vocal line with a triplet of eighth notes and lyrics 'mi, que a pas - sa - - ra - - da Da - rá o si -'. The piano accompaniment concludes with chords and a bass line.

contrarias caracterizam o seculo. Qual triumphará? O cosmopolitismo nivelador ou o exclusivismo nacionalista? E' um dos grandes problemas que seculo XIX lega ao seu successor.

* * *

Um revolucionario de 1792, si hoje resuscitasse, ficaria surprehendido e espantado com a politica territorial da Europa, e mais ainda com o seu estado social.

Os homens da Revolução acreditavam que tinham abolido todos os pri-

do industrial não é coisa nova — nada é novo em absoluto; mas os seculos anteriores só conheceram o esboço do phenomeno social que se generalizou em nossos dias. A egualdade theorica, introduzida nas leis, nos direitos civis e politicos, nas relações usuaes, tornou mais insupportavel a enorme desigualdade de gozos, as distincções praticas entre ricos e pobres, o privilegio daquelles que podem tudo comprar.

Assim, no solo nivelado ha cem annos pela philosophia, as applicações da sciencia tornaram a crear

positado em seu berço.

Os Francezes de 1789 tiveram um bello sonho:—a fusão de todo o genero humano na liberdade, na fraternidade, na concordia; uma republica universal em que os cidadãos emancipados, governados só pela razão, não mais conheciam nem senhores nem fronteiras. Bem depressa obrigados a tomar as armas para propagarem este novo *Islam*, acolhidos com enthusiasmo pelos povos que libertavam, os apóstolos conquistadores semearam suas idéas em todos os

XVIII pela Europa tão ardente mente nacional, mas tão profunda mente dividida do seculo XIX.

Esta reacção imprevista produziu todos os seus effeitos na segunda metade do seculo. Sobre as ruinas das pequenas tyrannias feudaes, destruidas pelo canhão revolucionario, grandes Estados se formaram; um movimento irresistivel reuniu em seus quadros os membros separados das grandes unidades historicas — Italianos, Germanos, Slavos, Anglo-Saxões. Ao lado dessas poderosas aglomerações, a mesma aspiração de vida separada

per-fu - ma - do, No sei - o pu - ro ido - la -

trel - - - la, o san - to a - mor ma -

Co-mo no céu bri-lhan-te es-

mi no lei-to

ter - - - no.

Dor - - mi, tra - ves - sas cri - an - ci - nhas

Já estão dor - min-do as an-do - ri - nhas A -

lém o sol dei - tou-se; Dor - mi, dor - mi, uns som-nos

Affrettando um poco

le - ves; São no ve - rão as nou - tes

Allargando e dim:

bre - - ves Du - ma cal-ma tão do - ce! Dor -

mi! Dor - mi! Dor -

mi!

mf *p*

mf *pp*

ppp FINE

Hymno Emilio Mario

(MARCHA EM CLASSE)

I

Camaradas! Desfilemos!
Na vanguarda brasileira
A victoria proclamemos
De nossa altiva bandeira...

CÔRO

Ao combate companheiros!
Pela Patria grande e forte,
Com bravura, sobranceiros,
Luctaremos té a morte.

II

Avancemos no caminho
Da conquista do futuro;
Afaguemos com carinho
O progresso que é seguro.

CÔRO

Contra os bandos fribusteiros
Não tememos nossa sorte,
Com bravura, sobranceiros,
Luctaremos té a morte.

III

Patriotas! Exultemos
Deste ardor que nos inflamma!
Pois o Grupo em que aprendemos
O civismo assim proclama!

CÔRO

Pela Patria! Granadeiros
Aguerridos, em cohorte,
Com bravura, sobranceiros,
Luctaremos té a morte.

IV

O clarim toca, sentido!
Camaradas! perfilar!
Batalhão, nunca vencido
Para a carga preparar!

CÔRO

Este brado de guerreiros,
Echoará de sul a norte!
Com bravura, sobranceiros,
Luctaremos té a morte.

J. BITTENCOURT.

Hymno EMILIO MARIO

MARCHA EM CLASSE

Musica do professor José Carlos Dias

LETRA DE J. BITTENCOURT

PIANO

Andante

f

CANTO

f

Ca - ma - - ra - - das Des - - fi -

PIANO

le - - - mos *p* Na van - - guar - - da bra - si -

lei - - - ra *f* A vic - - - to - - - ria

pro - - - cla - - - me - - - mos De - -

rall.

nos - - sa al - - ti - - va ban - - deira

Côro

Ao com - - ba - - te! Com-pa

nhei - - ros! Pe - la Pa - - - - tria

re - mos gy - - re - - mos

gran - - de e for - - - te *ff* Com bra-

vu - - - - ra *f* so - bran - - cei - - ros

p Lu - cta - - - re - - - mos té a

a - - - - ves Vo - -

A Abelha

(PEQUENA VALSA)

Letra de Hilario Ribeiro

Musica de João Gomes Junior

Valsa lenta

CANTO

PIANO

pai - - - ram gy - - -

re - mos gy - - re - - - mos

rall

no ar a - - zu - - la -

a tempo

3

do A - - - de - jam ae

a - - - ves Vo - -

- am can - - tan - - do gor -

4

ge - - - ios su - a -

ves A - - - be - - lha in -

Fine

que - - - - ta Por

ci - ma das flo - - - res

Vol - - - - te - - ia in - cons - - - tan - - - -

te - - - - sor - ven - - do os o -

lo - - - - res A - - - -

be - - lha in - que - - - - ta

Por - - - - ci - ma das flo -

res Vol - - - - te - ia in - cons -

tan - - - - ta - - - - te sor - ven - - - - do

os o - - - - lo - - - - res

D.C. ⊕
al Fine

68

DIVERSOS

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO SOLÉNNE DE 22 DE ABRIL DE 1900, NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, PELO DR. ALFREDO NASCIMENTO, ORADOR OFFICIAL.

II

Parte histórica

Alguns annos decorreram; e, mar em fóra, abrindo as velas ao arfar dos ventos, roteiam através da vastidão do Atlantico as náos de Alvares Cabral, cortando as aguas ainda virgens do oceano cheio de mysterios, cujos limites invisiveis se dilatam á medida que avançam para o horizonte, que foge sempre.

Longos dias se succedem, superpondo-se uns aos outros na monotona cadencia da vida do marinheiro, isolado, entre o céu e o mar, embaçado pelo bater das vagas, pelo harmonico zunir dos ventos e o cadenciar do ranger das vergas ao peso do velame, aberto como gigantescas azas cortando a amplidão.

Por sobre a amurada, extendendo a vista pela esteira infinda de espuma que deixa após, a marinhagem remonta-se em pensamento até á Patria, de onde partira por entre festas e bençãos solennes, presagiadoras de deslumbrante exito da empreza em que se empenhava; depois, alongando cobiçosos olhares pela prós

cortantes das veleiras náos, via, ampliadas pela imaginação ardente e sonhadora, essas plagas fantasticas das Indias, a que a sêde do ouro a impellia.

No emtanto, quem pudesse penetrar no recesso dos pensamentos intimos do Almirante, leria, talvez, ahí o plano premeditado de desgarrar para o poente, seguindo mais para o sul a mesma róta de Colombo.

Si Portugal, empenhado em achar a estrada oriental das Indias, firmando-se em estudos sérios e profundos e conquistando-a palmo a palmo, negára credito ou recusárase a acceptar os planos do Genovez, quando elle era apenas um sonhador, assim já não succedia quando, voltando triumphador da sua empreza, elle abria á Hespanha os mares occidentaes, onde viçosas terras se alastravam, na pujança inegalavel da natureza tropical. Nessa epoca por certo não se adivinhára ainda o que valia o achado de Colombo; nem elle mesmo, desembarcando no archipelago das Antilhas, presentira, ao menos, o colosso que dahi se alongava até um e outro pólo da terra. Sabia, por certo, que não era essa a India dos seus sonhos; mas acreditava pelos seus calculos, pela sua concepção, pelos elementos todos de que dispunha, que havia chegado á Asia, que havia resolvido o seu problema, e que, viajando para mais além, na mesma direcção do poente,

iria abordar emfim á cobiçada Cy-pango.

Outra não era a idéa que as suas descobertas radicavam na Europa; e, no espirito dos Portuguezes, como no coração de D. João II, que todo inteiro se devotára a essa causa, nasceu a duvida e surgiu o despeito ou o remorso, por haver deixado escapar-lhe das mãos essa prenda, que primeiro lhe fóra offerecida. Entretanto, em novas e repetidas explorações, Colombo nada mais achava que não fossem regiões agrestes e selvagens, em completo contraste com as famosas riquezas e esplendrosas pompas com que se idealizava a India.

Nesse interim morria D. João II, e logo depois ao seu afortunado successor cabia a gloria de colher os fructos de tão longos estudos e tão acurados labores, pois que, caminho do oriente, o Gama chegava emfim a essas plagas; e isso, porventura amesquinhando as descobertas do Genovez, fez eclipsar-se-lhe o brilho ante o deslumbramento dos resultados obtidos pelo Almirante portuguez.

No emtanto Colombo continuava a buscar no mesmo rumo a passagem para a India; e no seu rasto exploravam-lhe os mares ou planejavam segui-lo outros aventureiros ouzados que marchavam agora mais firmes porque a estrada estava aberta.

E assim, já em Janeiro de 1500 Vicente Yañez Pinzon, fazendo rumo para o sul descobria pontos do territorio brasileiro, affirmando mesmo que chegara a avistar a foz do Amazonas. Mas todas estas successivas descobertas em torno do ponto a que chegara Colombo eram apenas mallogros, porque o objectivo era sempre passar além, e as terras novas e selvagens embargavam a marcha como invencivel barreira e irremovivel obstaculo.

Mas não seria possivel contornar esse obstaculo, continuando a avançar para o sul? O plano realizado mais mais tarde por Fernão de Magalhães não, estava na mente dos mareantes, como importante problema da possivel solução? Vasco da Gama, trazendo novas noções e valiosos registros no roteiro de sua viagem, mais avolumou essa idéa, firmemente implantando a convicção de que navegando nesse rumo certamente se encontrariam terras; e suas instrucções ministradas a Pedro Alvares Cabral, que com uma esquadra de 13 navios, a 9 de Março de 1500 partia do Tejo a continuar-lhe as conquistas no oriente, eram de natureza a desviar-o largamente para o alto mar, francamente atirando para o poente na latitude das costas de Guiné.

Haveria intento ou resolução firmada de seguir nesse rumo em busca de novas descobertas? Seria premeditação do Gama, de Cabral ou do Monarcha, de todos ou de algum delles a tentativa nessa outra direcção? Ficariam, por acaso, a caminho, no roteiro preestabelecido, as terras a que veio aportar a esquadra de Cabral? Seguindo as instrucções do Gama, que ordenava nas declinações de rumo, tomar a direcção de sul-sudoeste, correndo a bom-bordo para o largo, quando soprassem ventos contrarios até á latitude do Cabo da Boa Esperança, viria Cabral pela fatalidade deste rumo a tocar a estas plagas sem dellas cogitar, ou buscaria as terras por ahí presentidas por aquelle Almirante a 22 de Agosto de 1497, quando tateava encontrar pela pôpa vento favoravel que o levasse ao oriente?

Corroidos pelo tempo, ou de outro modo destruidos, perderam-se infelizmente para a Historia o roteiro e as instrucções dessa viagem, roubando-nos assim a fatalidade os do-

cumentos o ue poderiam comprovar os factos, respondendo a todas essas interrogações. Apesar disso, entretanto, tudo leva hoje a riscar da Historia a lenda do arrebatamento involuntario da esquadra pelas desconhecidas correntes oceanicas, fazendo suppôr com todo o fundamento que Cabral não estava desviado do rumo que seguia consciente, quando divisou no horisonte o cabeço de um alto monte em territorio que é hoje o Estado da Bahia.

Era no cahir da tarde de 22 de Abril de 1500; o calendario christão marcava então a celebração da Paschoa, e dahi o nome de monte Paschoal dado a esse primeiro ponto culminante da terra, que foi logo chamada de Vera-Cruz.

No dia seguinte as náos lançavam ferros a meia legua da costa e a 25 ancoravam em vasta bahia, que o Almirante denominou Porto-Seguro.

Pujante de vida, na magestosa opulencia da flóra tropical, ostentava-se alli em soberbo panorama a inegualavel natureza virgem, que ia servir de palco ás novas scenas do drama humano que a civilização elaborava. Desvendado ao mundo, ao correr pelas mãos de Cabral o véu que até então o occultára, o Brazil nascia para a humanidade, recebia em seu seio o primeiro germen da civilização aryana, e com elle o baptismo de suas crenças, vendo erguer-se em seu sólo, pela primeira vez pisado pelos Europeos, a cruz de Christo, a que deveu o seu primeiro nome e ante a qual o Almirante tomou posse solenne de todo este vasto territorio em nome da corôa portugueza.

Estaria realizado, com jubilo para todos, o objectivo da empreza? Não, certamente, porque ainda não era a India que se encontrára; e mais um paiz selvagem, mais uma ilha qualquer, como ao Almirante pareceu, de nada valeria ás glorias maritimas

em que todo o Reino se empenhára. A 1.º de Maio, Pero Vaz Caminha, em longa epistola a El-Rei D. Manoel, escrevia a primeira pagina da nossa historia, dando conta do descobrimento que se fizera dessa ilha de Vera-Cruz; Gaspar de Lemos partia logo depois para a Europa, a levar-lhe essa nova, e Cabral, deixando em terra dous degradados e dous grumetes que de bordo lhe fugiram, a 2 de Maio abria as velas da esquadra e aproava para o oriente, seguindo pelo caminho do Gama, a vencer e subjugar a zamorin de Calicut.

Não se representára á mente de Cabral, como jámais se representou á de Colombo, a grandeza de sua descoberta. Ellas não puderam avaliar o inestimavel thesouro que a natureza lhes deparára; não souberam ver que essas terras formavam um novo mundo; e só alguns annos depois, quando Balbôa avistou da cordilheira dos Andes as ondas do oceano Pacifico, e, descendo a encosta, entrou por elle a dentro, tomando posse dos seus dominios para a coroa de Hespanha, foi que se desfez a crença de que as plagas do Colombo eram nas costas indianas.

Descoberto assim o Brazil e com elle successivamente todas as outras regiões da America; transposta pouco depois a extremidade sul do continente e sulcadas as aguas do Pacifico pelas quilhas dos náos de Fernão de Magalhães, a descobrirem novas terras para as bandas das antipodas da Europa, ultimou-se, emfim o grande feito da humanidade nessa epoca assombrosa da Renascença, quando, em 1522, chegava á Hespanha, com as velas enfunadas pelos ventos do oriente, a caravela *Victoria*, tripolada apenas por 18 homens sob o commando de Sebastião d'Elcano.

Tres annos antes ella dahi partira, caminho do occidente, incorporada a mais quatro navios ao mando de Magalhães.

Perderam-se estes na expedição longinqua; perdera-se o chefe, sacrificado ao anthropophagismo dos selvagens de Sandwich; perdera-se quasi toda a tripolação de mais de 200 homens, mas a caravela subsistente circumservera o mundo, e com a prôa onde se havia gravado o nome symbolico e propheticamente de *Victoria* abria nos mares desconhecidos o primeiro sulco da longa estrada por onde a raça predestinada iria arrotear por entre todos os povos o facho da civilização.

Com este facto, sobre todos notavel, está concluida a grande obra da epoca e aberto o palco immenso para as scenas futuras da humanidade. A expansão crescente dos aryas, alastrando-se por sobre o continente europeu, fazia-os transbordar para além dos seus limites acanhados; a Capital do mundo, o centro de todas as actividades sociaes, deslocava-se cada vez mais para o poente; ondas humanas immigravam para as novas terras que lhes abriam seu seio uberimo e ainda virgem; começavam a germinar em todos esses pontos, até então desconhecidos do planeta, os germens que a civilização semeava ás mãos cheias, preparando nacionalidades futuras, que acabariam por fazer do oceano Atlantico o mar central, como fôra até então o Mediterraneo, e lançando para mais longinquo porvir os fundamentos de uma grandeza, digna de receber da velha Europa o sceptro da suprema hegemonia, que ella herdara, em remotas éras, do exausto oriente.

Eis ahi, na singeleza da narração historica da descoberta da nossa Patria, a significação desse importante acontecimento na historia da humanidade.

Occupados com as grandes questões da vida na Europa, mal se importavam os homens da epoca com essas agrestes regiões transmarinas, habi-

tadas sómente por povos selvagens de raças inferiores; apenas aventureiros, ávidos de renome ou cobiçosos de ouro, percorriam essas costas, internavam-se pelas suas mattas e subiam os seus rios, colhendo por toda a parte o que, á farta, lhes offerencia a prodiga natureza; e assim ia sendo explorado o novo mundo. Conquistadas á natureza agreste; conquistadas ao gentio selvagem, que lhes habitava as brenhas, ou, como no Perú e no Mexico, aos povos mais cultos que, desconhecidos da Europa, ahi viviam de ha muito, tendo até perdido a memoria de sua origem ou de suas remotas immigrações das bandas do occidente, as terras da America foram sendo pouco a pouco povoadas pelos representantes da nobre raça aryana, e dia a dia remetiam para a Europa as inextotaveis riquezas do seu seio.

O Brazil muito tempo abandonado, porque toda a attenção de Portugal convergia para as Indias dos seus eternos sonhos, foi por alguns annos apenas assim vagamente visitado por um ou outro aventureiro, que para aqui vinha catar-lhe as migalhas das suas riquezas naturaes. Mas, emfim, chegado foi o momento em que para elle voltaram-se os olhos do governo portuguez, satisfeito por ver attingir ao apogeu da prosperidade a sua soberania no oriente, onde já Affonso de Albuquerque firmára o vasto imperio que se alastrava pela costa do mar indico, desde o Cabo da Boa-Esperança até Malaca, e pela costa de Kambay até Macáo, nas fronteiras da China, desenvolvendo o commercio e mandando para Europa, pelo caminho que traçára o Gama, as riquezas e preciosidades da Asia, o que fôra até então o monopolio de Veneza. A D. João II, o *Príncipe perfeito*, que tudo fizera para realizar estas grandes conquistas, havia succedido D. Manoel, o *Venturoso*, tendo a fortuna de assistir a todas

essas apotheeses de tantos annos de labor e a todos os triumphos de tão penosos esforços. A elle succedera finalmente D. João III, o *Rei colonizador*, que se empenhou na conquista pacifica das terras com que Portugal se enriquecera, e iniciou para isso a methodica colonização dos seus vastos dominios na Africa e na America, implantando-lhe assim os elementos de futura prosperidade e de real engrandecimento.

Adoptado o systema do enfundamento territorial para a constituição politica da colonia, todo o littoral explorado do Brazil foi repartido em capitancias hereditarias, cujos donatarios, munidos a principio de poderes soberanos, de que alguns não tardaram a abusar, foram submettidos em 1549 a uma centralização administrativa representada por um Governador Geral, cuja séde ficou sendo na Bahia.

Durante essa primeira phase da vida colonial incipiente, a despeito de quantos embarços surgiam, a seiva da vida infiltrou-se por todo o organismo da nova terra e em breve, ao longo da costa, esboçavam-se os delineamentos de uma nação e os rudimentos de futuras cidades, accentuando-se desde logo nesses focos esporadicos do vasto littoral alguma cousa que traduzia mais solidos fundamentos e mais harmonica orientação, do que a que se mostrava nas centralizações colonias que as levas de immigrantes hespanhóes iam fundando ao acaso pela costa do Pacifico e pela America Central.

Depois chegou a vez da exploração dos sertões. A cobiça de buscar ouro, que se advinhava existir nas entranhas desse rico torrão, levou os exploradores ousados a entranharem-se pela vastidão das terras que do mar se alastram por ahi além, e então o Europeo teve de mais directamente enfrentar com o selvicola o senhor da terra que elle pisava

como conquistador. Ahi, como em toda parte, e como sempre, em todos os dominios da natureza, travou-se então a luta implacavel pela vida, devendo fatalmente findar pela victoria do mais forte e pela sobrevivencia do mais apto. E no caso vertente o mais apto era sem duvida o representante da raça superior, acrisolada pela selecção de tantos seculos, dessa que vinha abrindo caminho por entre tudo quanto encontrava, dessa perante a qual deveriam fatalmente desaparecer todas aquellas que lhe fossem ethnologicamente inferiores. Por isso, entrando pelos sertões, em bandos a que chamavam dos bandeirantes, os immigrados de além-mar iam dar caça aos selvagens, subjugal-os, vencel-os e trazel-os como escravos a fornecerem braços aos labores agricolas das colonias que se desenvolviam.

Seguindo outro plano, os padres jesuitas, cuja ordem acabava de ser fundada, instituam suas *missões* e seus *collegios*, buscando pela catechese desses selvagens chamal-os aos aldeamentos, visando organizar estados ou nações jesuitas, como o fizeram no Paraguay. Introduzidas no Brasil desde a época do seu primeiro Governador Geral, as *missões* dos jesuitas, a partir do primeiro estabelecimento de Anchieta em Piratinim, alastraram-se por todo o territorio, e sob certos pontos de vista, util e proveitoso foi o seu papel e sobremaneira importante a sua coadjuvação nesse inicio da conquista da terra; porém depois, crescendo-lhes o dominio e reclamando para as suas aldéas e fazendas todos os gentios, não tardaram a abrir conflicto com os colonos e auctoridades civis, ameaçando mesmo sacrificar a livre expansão daquelles pela carencia de braços, si o trafico da escravatura africana não tivesse vindo, como triste necessidade da época, facilitar a colonização europeá ao lado dos aldeamentos

dos indios, explorados e dominados pelos jesuitas.

A despeito disso, a despeito das guerras com os selvagens, a despeito das luctas com os francezes que, em 1555, tentaram estabelecer-se no Rio de Janeiro, de onde dez annos depois foram expulsos por Mem de Sá, fundando-se então nas margens da Guanabara a futura Capital do Imperio que se formava, a despeito de todos esses embarços, a colonização caminhava a passos largos, mormente no sul, onde os Paulistas, internando-se em longinquas expedições, iam avassallando os territorios de Minas-Geraes, Matto-Grosso e Goyaz, cujas primeiras povoações foram obra sua, e chegando como bandeirantes até ás capitancias do norte e até o interior do Pará.

As conquistas e colonizações officiaes vinham em auxilio desse trabalho dos sertanejos bandeirantes e dos missionarios jesuitas; e por meio de expedições guerreiras, para bater os gentios, fundar povoações e levantar fortalezas, foram alastrando o dominio europeu através das regiões de Sergipe, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará Maranhão e Pará, tomando tomando rumo opposto a partir do meiado do seculo XVII, em que se empenharam então todos os esforços em povoar Santa Catharina e rio Grande do Sul, visando-se alcançar como limite meridional do Brasil a margem esquerda do Rio da Prata.

Assim crescia o mundo de Cabral. De dia a dia o colono europeu avançava mais um passo, e deante d'elle recuava o selvicula incapaz de uma incorporação civilizadora, e fadado, portanto, a desaparecer ante o invasor.

E a zona a explorar extendia-se por ahi além. O territorio abrangido pela possessão portugueza é com ve-

zes maior do que Portugal e quasi tão vasto como a Europa inteira! Cada um dos grandes centros que se vão formando pôdem conter em seus limites as maiores nações do velho mundo. Qualquer dos territorios do Pará, Goyaz, ou Minas Geraes contem em si folgadoamente os grandes reinos da Hespanha, França, Alemanha ou Austria. O Amazonas é maior que o vasto Imperio da Persia e Matto-Grosso quasi tão grande como elle. O Ceará é mais vasto que Portugal, e os menores territorios, como Parahyba, Santa Catharina, Rio de Janeiro ou Alagôas, são maiores que a Grecia e a Dinamarca. A Italia inteira caberia no Piauhy. A Gran-Bretanha com a Irlanda, a Noruega, a Prussia, a Turquia ou o Japão, largamente caberiam na Bahia, no Maranhão, em Minas, Goyaz, Pará ou Matto-Grosso e todos juntos não cobririam a superficie do Amazonas!

Em toda parte as dimensões se medem por centenas de leguas; as planicies extendem-se a perder de vista; as montanhas elevam-se a topetar com as nuvens e formam massas graniticas de assombrosa grandeza; nas cordilheiras contraes e occidentaes dos sertões, e do alto, rolam em cachoeiras frementes os affluentes infados do grandioso Paraná, do soberbo S. Francisco e do maggestoso Amazonas, a maior caudal do mundo, o gigante que derrama suas aguas no Atlantico, abrindo a foz hiante de 70 leguas de largo e entrando pelo oceano a dentro até 30 leguas da costa!

Todos os climas, todos os productos, todos os accidentes geographicos, todas as riquezas naturaes imaginaveis, tudo encontram os exploradores, que avançam, primeiro de arma em punho, batendo os gentios, descobrindo o terreno, cortando as florestas, cultivando a terra, construindo a casa, fundando a aldeia, e constituindo um futuro nucleo de prospera cidade, e ao lado d'elle, um outro e outro mais.

Mas, sempre para além, estendem-se mais e mais sertões a conquistar, tão vasto e infinito sendo esse colosso que, ainda hoje, quatro seculos decorridos, ha extensões enormes onde o Europeu não pisou, e florestas virgens em que ainda ninguem penetrou; e, mesmo sem precisar ir aos confins do Amazonas ou de Goyaz, mesmo aqui bem perto dos pontos povoados, em S. Paulo, um dos mais prosperos e dos mais explorados Estados, temos grande parte de territorio em brenha agreste e inculca, onde vive na nudez primitiva uma densa população de aborigenes, occupando uma área quasi tão grande como a Italia e capaz de conter população superior a vinte milhões de habitantes.

Luctando, embora, o selvagem recua foragido perante a civilização que avança e a floresta abriga-o em seu seio e acalenta-o na magestade pomposa da sua grandeza sem rival. Indolente, a viver da pesca, da caça ou da guerra; nú, vagueando na mata, com a pelle bronzeada, os olhos obliquos, o craneo esguio, o olhar prescrutador, o ouvido attento, apparece por entre a emaranhada ramagem verde-negra, na pista da onça mosqueada, de cuja pelle vai fazer um manto e de cujos dentes vai fazer ornatos; com certa flexa, que do arco desprende o braço forte, atira á ave que paira nas alturas, ao peixe que vem á flor das aguas, á anta que corre pelo arvoredor ou atravessa a nado a correnteza. Filho das selvas, não o assimila a civilização e mal o podem contera sujeição pacifica dos missionarios e a escravidão dos bandeirantes. Chama-o para seu seio a floresta que elle disputa ao invasor, e a floresta é aqui o templo mais faustoso da natureza que, prodiga, ali vasou todos os seus dons.

E, por entre toda essa riqueza, os rios rolam diamantes e gemmas preciosas, as montanhas encerram os mais

custosos mineraes, e no seio da terra alastram-se os veieiros de ouro, que a cobiça humana fareja por toda parte!

Instrucção Publica

D'A *Epocha*, o magnifico periodico academico, transcrevemos o artigo abaixo, duplamente apreciavel pelo bom senso e correcção da fórma.

E' seu auctor, Cardozo de Mello Neto, nosso talentoso ex-discipulo e prezado amigo.

A' sua illustrada redacção os nossos sinceros agradecimentos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA

O deputado sr. Fontes Junior acaba de apresentar á consideração da Camara um projecto de lei tendente a modificar a actual organização do ensino publico em S. Paulo.

O projecto póde ser encarado sob dois aspectos: reducção dos vencimentos dos professores; modificação no methodo de ensino actualmente em vigor em nossas escolas publicas.

Visto quer por um, quer por outro desses lados, o projecto não tem razão de ser.

Digamos porque.

O fundamento da proposta da reducção dos vencimentos do professorado publico está (para o sr. Fontes Junior) na diminuição das rendas do Estado, consecretario logico da crise por que passa todo o Brasil.

Esse argumento colheria, si — 1.º, o córte fosse proporcional, de uns tantos por cento sobre os vencimentos actuaes (que, aliás, são insignificantes), e — 2.º, a medida fosse geral, isto é, si apanhasse todo o funccionalismo, nos variados ramos do publico serviço.

Não é, porém, o que se verificaria. Nem a diminuição nos vencimentos

dos professores obedece a uma regra, a um criterio uniforme; nem o sacrificio que se pretende impôr á benemerita e sempre tão mal comprehendida, classe representa uma providencia de caracter geral.

As Secretarias de Estado, por exemplo, continuam a regorgitar de empregados, dos quaes os menos graduados — os amanuenses, méros copistas — têm vencimentos annuaes superiores áquelles a que se pretende reduzir os dos professores de *Escolas-Modelo*...

E ha melhor que isso: emquanto se acha justo deixar os educadores da infancia reduzidos a vencimentos que baixam até ao extremo de 150\$000 por mez, propõe-se um augmento geral no soldo dos officiaes e praças da força publica, na qual um *tenente* vac ter vencimento igual a um professor, com exercicio em *Escola Complementar*!...

O projecto visa, outrossim, modificar, ou, antes, substituir o actual methodo de ensino.

Para chegar á conclusão de que o methodo de ensino ora seguido precisa ser alterado, o sr. Fontes Junior parte do supposto de que hoje se ensina muito e se aprende pouco. «E' preciso ensinar menos e aprender mais», affirma emphaticamente o auctor do projecto.

Provas da inverdade dessa asserção existem aos punhados. Não são palavras que buscamos, são factos. Não appellamos para os estrangeiros instruidos que nos visitam e que affirmam ser a nossa instrucção primaria igual ás melhores existentes nos paizes de cultura mais adiantada; nem para os nossos patricios de outros Estados, cuja maior aspiração, tantas vezes e tão sinceramente confessada, seria poder imitar-nos.

Appellamos para os factos que ali estão, e que não poderão ser contestados. E, dentre tantos, bastaria citar um da mais elevada si-

gnificação — a *Revista de Ensino*, essa publicação esplendida, verdadeiro modelo no genero, fructo exclusivo do esforço intellectual de professores publicos.

Mas... fiquemos por hoje aqui.

O projecto está em mãos dos srs. deputados. Entre elles muitos ha que collaboraram para que o ensino publico tenha attingido o elevado nivel que é hoje nosso legitimo orgulho. A esses é que cabe o imperioso dever de impedir que se destrúa em duas pennadas um trabalho em que se têm gasto dedicação e esforços quasi sobrehumanos.

Nas mãos de todos está a sorte da obra grandiosa de Cesario Motta, de Caetano de Campos: tão grandiosa, que por si só teria valor para resgatar todos os erros da Republica.

CARDOZO DE MELLO NETTO.

As raças e a concurrencia economica

De um estudo do dr. Julio Wolf, professor na Universidade de Breslau, extrahimos o seguinte:

A questão de raça domina os prospectos de concurrencia no mercado internacional. De outros pontos de vista fala-se em *inferioridades* psychicas, que manifestamente existem tambem no terreno economico. Não quer isto dizer que a raça por si só decide do bem e mal estar dos povos. Quando é approximadamente igual o valor das capacidades ethnicas, manifestamente são outras as forças que desempatam. Tambem qualquer raça não é só o producto de mistura de sangue, mas a adaptação a factores externos. Tem-se dito muitas vezes que o Norte-Americano está se indianizando, que o Bretão está constituindo em Australia um typo sobre si. Que um clima póde fortalecer ou

deprimir os nervos, é facto de que pôde dar testemunho qualquer europeu viajado. Mas, comparado com outros agentes e sob igualdade de circunstancias, é a raça, isto é, o *sangue*, o mais importante, em geral o elemento decisivo.

Isto nos mostra também a historia do commercio, desde os antigos Phenícios, passando pelas republicas italianas, aos Hollandezes, Arabes e Bretões. A intelligencia semitica dos Arabes, hoje e desde muito tempo, assim como a dos Phenícios na antiguidade, fez tributarias grandes regiões da Asia e Africa. O *canale grande*, nas mãos de alguns nobres da pequena, mas orgulhosa Veneza, deu outr'ora passagem ao commercio do mundo, transportando mercadorias do Oriente para o Occidente, comparavel ao isthmo de Suez. Antes dos Ingleses terem assumido a consciencia de si, algumas centenas de mercadores hollandezes dominaram no mar de maneira muito mais exclusiva que hoje os Bretões, e um pouco mais tarde um punhado de Ingleses subjugou o imperio enorme da India Oriental: sempre um pequeno numero de homens de raça, um escol de character ou de espirito! E ainda hoje decide a quantidade de taes homens de raça dentro da nação de sua posição economica no circulo dos povos!

Relanceando a historia da humanidade durante os cinco millenios approximados em que existe historia escripta, percebe-se, não sem espanto, que os povos politica e economicamente dominadores, têm mudado de lugar, e as qualidades de dominio passado de um a outro povo. Temos um periodo historico dominado por Semitas: foi o primeiro. Seguiu-se outro periodo, a que os Hellenos deram cunho espirital e Roma cunho politico; foi o segundo, a era greco-italica. Succedeu-lhe outro em que assumem a hegemonia espirital

ou politica os povos chamados latinos, mas não de todo limpos de mistura germanica: Italia, Hespanha e França. E vem finalmente um periodo que de modo muito mais exclusivo que o que precede pertence aos povos germanicos: Hollandezes, Bretões, Allemães, afinal, Norte-Americanos.

As terras do Euphrates e do Tigris apenas apresentam hoje vestigios da cultura universal de que outr'ora foram representantes; para a moderna Hellade e sua posição no circulo das nações, para a actividade dos netos de Platão e Aristoteles, Homero e Sophocles, importa mais a colheita annual de passas que qualquer momento da civilisação; também a Italia e a Hespanha, a propria França retrahiram-se do papel que outr'ora representaram.

A' vista deste facto, é natural inquiria o ethnologo, se não defrontamos aqui uma *migração* da capacidade decisiva de um para outro povo, de uma para outra raça! Será a raça de facto o elemento preponderante? A marcha da historia parece não confirmal-o, pois, ora esta, ora aquella raça conquista a palma na porfia agitada.

Não fugiremos á solução do problema assim formulado, dizendo que os povos no decurso do tempo têm mudado o typo de sua raça. De facto assim é: Assyria e Babylonia em parte se tornaram desertos e os habitantes destas terras hoje são meios Mongoes. O Helleno de outr'ora não é mais Helleno, porém Slavo, e em parte Mongoloyde. Mas ainda restam os italianos e os hespanhóes, que certamente não mudaram essencialmente de sangue depois da era de seu apogeu e, entretanto, se tornaram outros quanto á capacidade especifica. Deve-se por isso jogar fóra a theoria de raças? De certo que não. Manifestamente deparamos aqui certos phenomenos de degenerescencia ou cansaço, quaes se observam no mundo

vegetal ou animal, phenomenos de ligeiro retrocesso analogos ao que se nota nas especies que já deram o que podiam.

Hoje o mundo pertence aos Germanos, que estão a ponto de conquista-lo. Qual, porém, das terras germanicas será melhor succedida em seus esforços?

Grã-Bretanha tem retrocedido um pouco. Comparada com ella, Allemanha parece a rival feliz, mas Allemanha e a totalidade das nações industriaes estão ameaçadas pela America do Norte. Examinemos as bases ethnicas do combate que aqui se trava.

Inglaterra conquistou a sua posição mundial no mar lutuoso com os Neerlandezes; esta posição, sua supremacia commercial e industrial, indubitavelmente deve em primeira linha a certas qualidades pessoas da raça. Como a raça ingleza chegou a ser o que é hoje, nem mesmo Macaulay o soube dizer, o maior historiador nascido na ilha. Como, porque e quando sumiu-se em Inglaterra a differença entre Normandos e Saxões, entre senhores e escravos, é problema ainda a resolver. «Em nenhum paiz, julga Macaulay, mais exacerbou-se a inimidade de raças do que na Inglaterra, em nenhum esvaeceu-se tão completamente. Em tempo de Ricardo I a praga commum de um fidalgo normando era: *Antes seja eu um inglez*; e sua resposta habitual quando picado era: *Toma-me o senhor por um inglez*? O descendente de taes fidalgos cem annos mais tarde orgulhava-se com o nome de inglez.»

Da mistura de sangue nascêra aqui um povo de senhores. Que a Inglaterra conquistou economicamente o mundo é bem sabido. Ainda hoje, descida já um pouco da altura eminente em que acampava ha alguns decennios, entra com 3/4 de toda a marinha do globo, a Allema-

nha com 1/12; dos fusos da terra possui quasi a metade, isto é, 46 milhões, a Allemanha 8 1/2 milhões.

O Inglez é singelo e, entretanto, possui horizonte vasto, apega-o á realidade e vai do particular para o geral. Raramente transviado pela fantasia, indicou o exemplo ao socialismo apenas um cantinho modesto na ilha. E' realista mesmo em todas as questões que em nenhum outro paiz, são tractadas sem se invocar o ideal. Na petição de direitos endereçada a Carlos I exprimiam-se o Parlamento: «Vossos subditos, Senhor, *herdaram* esta liberdade. Não por principios abstractos, não por direitos de homens, mas como direitos do Inglez, como *herança* de seus pais a reclamam.»

Estas qualidades de raça produziram em Inglaterra os conquistadores coloniaes, os commerciantes regioes. Hoje no mercado internacional constituem também um momento da fraqueza da Inglaterra. O Inglez obstinado não se adapta aos desejos da freguesia como por exemplo o Allemão. Recentemente noticiavam os jornaes commerciaes que os Argentinos precisavam de machados de uma fórmula particular, de certas dimensões, como se usa alli. Ao pedido de offertas respondeu o Inglez que os machados por elle fabricados eram certamente superiores, e os Argentinos podiam escolher os que lhe conviessem; respondeu o Allemão que tivessem um pouco de paciencia, que iam construir machinas apropriadas ás dimensões e fórmulas dos machados que queriam, que então seriam fornecidos exactamente como os desejavam. Deste modo, em consequencia da pequena capacidade de accommodações, do nenhum interesse pelos desejos particulares, nem sempre razoaveis dos compradores, perde a Inglaterra parte da clientela.

Mais rapidamente que a ascensão da Inglaterra ás alturas que até bem pouco occupava, deu-se a da Allemanha, e mais rapidamente ainda a dos Estados Unidos. Tanto mais admiravel é o surto da Allemanha por ser devido aparentemente não á expansão, mas á conversão do genio nacional. Hoje, que as condições se transformaram tão profundamente, difficilmente se acreditará a conta em que era tido o Allemão ha cem, mesmo ha cincoenta annos. «Emquanto, porém, os Allemães se atormentam na solução dos problemas philosophicos, disse Goethe em 1829, riem de nós os Inglezes com sua grande razão pratica e ganham o mundo.» O conhecido viajante Campe conta um episodio do anno de 1790 caracteristico do apreço em que eram tidos os Allemães. Estava então em França e foi um dia á Assembléa Nacional. Entre as cousas recebidas encontrava-se um livro dedicado á Assembléa Nacional sobre a navegação, escripto e enviado por um Allemão. «Quando o Secretario, conta Campe, pronunciou a palavra allemão, a assembléa disparou em gargalhada. Para aquelles senhores era tão ridiculo que um Allemão escrevesse um livro sobre navegação, como se um Groenlandez ou um Hottentote escrevesse um livro sobre a opera.» Hoje a Allemanha entra na frota commercial do mundo com 9,9 %, a França com 3,9 %. A estrella da Allemanha subiu, a de França baixou. Como meia explicação desta troca de lugares opinou uma vez Bismarck que a revolução de 1789 fizera dos Francezes outro povo, subordinando o elemento germanico ao elemento celtico. Dizia ao mesmo tempo o Chancellor que a Hespanha esteve de cima emquanto predominou o sangue godo, do mesmo modo que a Italia emquanto os Germanos representaram o papel principal nas partes septentrionaes.

A conversão da Allemanha, da ideologia para a realidade, primeira condição do agir consciente, liga-se ao nome de Bismarck, verdadeiro educador do novo allemão, e aos successos de 1870—1871. Certas qualidades dos allemães tinham ficado latentes desde a guerra dos trinta annos, que agora brotaram de novo. Parece á primeira vista espantoso que este despertar partisse da Prussia, trecho da Allemanha além do Elba, out'ora slavizada. Aqui verifica-se que a colonização para esta apurou nos allemães qualidades de raça semelhante ás do norte-americano do nosso tempo. Um dos melhores conhecedores da historia e do genio allemão, Karl Lamarecht, tem certamente razão quando diz que «incontestavelmente o tino para organização é maior a Éste que a Oeste. Quando chegaram a Éste e o povoaram, os allemães transportaram, por assim dizer, as condições occidentaes a uma tabula rasa. Alli nada existia que estorvasse proceder em linha recta, systematicamente. Por isso o tino para organizar e tudo que com isso anda annexo, é em alto gráo proprio ao Oriente colonial.»

A tendencia para o grande está assim no sangue allemão oriental, do mesmo modo que no dos hanseatas, cuja tabula rasa foi o mar. Comtudo, esta feição era patrimonio apenas de um numero limitado, não chegava para a massa. Bem commum a todos, a qualidade especifica dos allemães, eram outros: o sentimento do dever, a fidelidade á tarefa assumida, já glorificados por Tacito.

Estas duas qualidades constituem ainda hoje a grandeza dos allemães, e é a segunda dellas, que os faz rivaes afortunados dos inglezes. O conhecido economista francez Blondel fixa a questão que estamos examinando nos seguintes termos: «Sua

estricta vontade de accomodar-se á necessidade alheia, sujeita-se a cada gosto, desenvolve no allemão uma vigilancia que não cansa, que não lhe deixa escapar nem uma probabilidade de encomenda.» Outros falam por isso de *lados pequeninos* do character allemão, e querem explicitar-os pela dura escola em que correu o passado da Allemanha. Mas no essencial trata-se aqui da consciencia do dever. Os proprios inglezes cabalmente têm reconhecido. Recentemente Hicks Beach, ministro da Fazenda em Inglaterra, affirmou: «Póde-se dar a um joven inglez a mais excellente educação, e todavia elle será excedido pelo joven allemão em diligencia, devotamento á profissão e cumprimento attento de deveres.»

Diligencia, devotamento á profissão, cumprimento attento de deveres! Assim, ainda aqui, comparando a Inglaterra e a Allemanha, vemos no fim o homem, no homem o sangue e a criação, isto é, a escola da historia das condições de natureza exterior decidindo da capacidade de acção e do successo.

Que a Allemanha em muitos terenos começa a levar vantagem á Inglaterra é, portanto, seguro. Entretanto, não cantaremos no côro dos que vêem já a Inglaterra distanciada pela Allemanha. Ha hoje a tendencia de depreciar a potencia moral, espiritual e economica da ilha á vista da pouca força physica revelada na ultima guerra.

De elementos inglezes e allemães, nasceu a prestabilidade da união americana. Aqui a ascensão em um salto — da inferioridade para a superioridade industrial deu-se de modo inteiramente inesperado. Ha vinte, mesmo ha dez annos, as despesas de producção dos fabricados americanos eram mais altas consideravelmente mais altas, do que na Inglaterra e Allemanha. Que a America

em prazo apreciavel poderia produzir ferro barato de modo a competir com a Inglaterra, difficilmente o acreditaria alguém em 1890. Mas já em 1900 podia predizer a repartição de estatística dos Estados-Unidos: «Como as despezas da producção de ferro na Europa crescem com as despezas crescentes da extracção de mineraes e as despezas na America vão baixando, póde não estar longe o dia, si é que já não chegou, em que as despezas de producção na America determinarão o preço do ferro no mercado universal. E' necessario apenas o abaixamento do frete marítimo, para tornar a America senhora dos mercados estrangeiros.» Tal a opinião official: Carnegie, o Krupp americano, completa assim: «A nação que faz aço mais barato tem as outras a seus pés. O aço mais barato significa os navios mais baratos, as machinas mais baratas, e mais baratos os mil e um artigos a que o aço serve de base.»

São conhecidas as enormes energias ethnicas que animam o americano: a tenacidade, a intrepidez, o arrojo. E' claro que as felizes condições exteriores foram tambem aqui de maxima importancia para o desenvolvimento das capacidades. E' sabido como o operario europeu na America se americanisa, ao passo que o operario americano em sólo europeu deixa logo de trabalhar como um americano. Em quão alto gráo, porém, importa a raça para a natureza particular do progresso americano, resulta do facto que o perigo americano no terreno industrial ameaça principalmente aquelles productos, cujo preparo é dominado por trusts. Apurou-se que não menos de tres quartas partes das exportações industriaes da União constam de mercadorias produzidas por trusts ou agremiações semelhantes: o capital empregado em trusts orça nominalmente agora em não menos de 40

milhares de milhões de marcos. Os trusts, em geral, são criação de alguns grandes capitalistas.

Si isto adduzimos é também para mostrar como aqui uma capacidade particular representa papel decisivo.»

A America formou para si um typo de capitalista emprehendedor, que lembra nitidamente o typo germano primitivo, tal qual o encontramos na historia e na civilisação scandinavas.

«Kiartan, conta Kheden, um dos mais famosos mercadores, era de sangue real. Thorkill Eyolfsson, chamado pelo Saga de Laxdœla homem bravo, de geração nobre, era um dos mais famosos mercadores. Thorstein declarou que a mercancia lhe parecia dar maior brilho e ornamento que a bravura. Muitos fizeram-se famosos como mercadores de grosso trato, taes por exemplo Thorhall, pai de S. Thoreh, Bispo de Skalbolt, Odd Ofeigsson, Aulver e Asmund.» O capitalista de empresas americanas é feito como aquelles Vikiugs: é, como elles, o primeiro aventureiro do mundo.

Quem negará que a liberdade politica e social absoluta na America, a falta de classes e preconceitos, o facto de que qualquer vale o que faz e não o que outros fizeram para elle, assim como o magnifico patrimonio natural vêm em auxilio da iniciativa mercantil e dão-lhe a base para a actividade? Entretanto, sem aquelle espirito mercante enraizado no sangue, nunca a America se teria tornado no que é. Quando presidia a Repartição do Commercio inglez, a 23 de Novembro de 1897, declarou Ritchie: «Por mais que devamos temer a concorrência da Allemanha, dez vezes mais perigosa é a dos Estados Unidos da America do Norte.» E tres dias antes o Conde Goluchowki Ministro austro-hungaro do Exterior, dissera: «O seculo XX annuncia-se para a Europa como seculo de lucta pela existencia no terreno politico-

commercial, e os povos da Europa devem se unir para defender com exito as premissas sobre que assenta sua força vital.»

Desesperada não se pôde chamar a posição de tão potentes imperios como a Inglaterra e a Allemanha em frente á America.

Muitos dos receios manifestados em nossos dias passam além do alvo. Mas a posição occupada por estes imperios está seguramente abalada pela União, e uma das tarefas do futuro proximo será achar meios de protecção e defesa contra aquelle Estado, cuja grandeza nasceu da mistura de sangue teutonico e britanico.

O DEVER

«O auctor de tudo nos indicou os nossos deveres, com um cuidado incessante, e facilitou-nos, com grande profusão, os meios de satisfazê-los.»

G. DE MAGALHÃES.

O dever se nos impõe desde os mais tenros annos da nossa vida, até á nossa sahida deste planeta. Apresenta-se-nos sob diversos aspectos, entre os quaes—o dever para com os nossos semelhantes, superiores e inferiores e o dever para com o Creador.

A Historia legou-nos bellissimos exemplos do dever, registrando os nomes de varões illustres, que até á custa do proprio sangue dignificaram esse grandioso sentimento, que se impõe a todo o ser racional.

Onde quer que exista poder administrativo, ahí está o dever, que se deve caracterizar pela dedicação, pelo zelo, afim de que os seus effectos sejam reaes, positivos, isto é, aproveitem á collectividade dirigida.

O dever, como bem disse José Bonifacio, abrange toda a existencia do homem sobre a terra.

Começa no lar, pela reciprocidade de obrigações especiaes entre paes e filhos.

Na escola accentúa-se a carreira das nossas acções; alli vamos, dia a dia, aprendendo, cada vez mais a venerar e a amar o cumprimento do dever.

De modo semelhante ha os deveres entre os esposos, assim como os dos empregados para com seus patrões.

Fóra do lar existem então os deveres que os homens têm para com a sociedade.

A consciencia permanente do nosso dever é a mais real prova do nosso caracter.

Si pouco nos importarmos com o dever seremos, vacillantes e cairemos ao primeiro sopro da adversidade; emquanto que, compenetrados desse elevado sentimento, os mais fracos tornar-se-ão fortes e cheios de coragem para arrostar as tempestades da vida.

Deante disto, qual será o homem que não queira bem cumprir os seus deveres?...

O dever é uma obrigação que deve ser abraçada por todos que quizerem evitar o descredito e a bancarrota moral; é uma obrigação, uma dívida que se pôde pagar unicamente pelos esforços voluntarios e pela firmeza em nossas acções.

Assim como a terra, para cobrir-se de flores e de fructos, precisa ser rasgada pelo arado ou revolvida pela enxada; assim como o céu se entristece, carregando-se de nuvens e vapores, antes de deixar cair a chuva que produz a abundancia, assim devemos nos submeter a toda a sorte de soffrimentos, sempre que tal for necessario para que seja uma realidade o cumprimento do nosso dever, visto ser este o fructo mais apreciado que o homem civilizado pôde possuir.

Não cumprir o dever é romper os laços que nos unem aos preceitos moraes — o que trará como consequencia a cegueira e o crime.

BENEDICTO MARTINS.

A evolução economica do XIX seculo

Aprecia nos seguintes termos *L'Indépendance Belge* um livro que o Sr. M. Canderlier, publicou recentemente, acompanhando de modo preciso e documentado as consequencias sociaes dos progressos das sciencias applicadas á industria durante o ultimo seculo.

«Nesse excellent livro, muito meditado, o auctor, resumindo com numerosos algarismos os resultados obtidos nos principaes paizes, mostra com exactidão como foram todos os ramos do trabalho successivamente revolucionados desde o começo do XIX, seculo pela invenção das machinas e das ferramentas.

Esses abalos, diz o Sr. Canderlier, deram em resultado um periodo de desequilibrio, tanto mais violento quanto faltavam á producção, consideravelmente augmentada, outros escoadouros além dos antigos mercados. Era o excesso da producção em meio da miseria das massas, salarios depreciados até á miseria, luctas desesperadas entre a machina e o trabalho manual, crises economicas repetidas.

Só se estabeleceu o equilibrio depois do desenvolvimento dos meios de transporte, permittindo o accesso a novos mercados, a principio pela mais facil penetração nos europeos de todos os grandes paizes europeos e depois pelo ganho de algumas novas zonas para a venda nas duas Americas, na Australia, nas Indias e no Extremo Oriente.

A Inglaterra graças á sua poderosa marinha de commercio, aproveita-se dessas conjunturas mais do que todas as outras nações e goza de uma prosperidade economica sem rival até 1880.

E' só quando se estabelece o equilibrio entre a produção e o consumo que os novos moldes industriaes apresentam todos os seus effeitos e começam a desenhar-se, cada vez mais claramente, todos os progressos assignalados no correr do nosso trabalho.

A alta geral dos salarios industriaes, arrastando comsigo os salarios agricolas;

A diminuição do tempo do trabalho em toda a grande e média industria;

A baixa de preço dos productos das fabricas;

A diminuição dos lucros industriaes, tomando o mesmo caminho que as rendas do Estado, a taxa respectiva, a das hypothecas e a das obrigações;

E, enfim, acontece que a mulher e a criança, cujo trabalho mais simples é mais facilmente substituído pela machina, abandonam, pouco a pouco a officina para voltar ao lar e á escola.

Este ultimo resultado, assim como a diminuição de trabalho não são fructo exclusivamente da evolução industrial. Forças moraes contribuíram para isso: a intervenção mais activa da justiça e da equidade nas leis, assim como a pressão dos syndicatos e dos agrupamentos operarios. Esses agrupamentos, que iam pouco a pouco até á violencia durante o periodo cahotico, em que a sua miseria os havia exasperado até á revolta armada, inclinam-se á medida que as circunstancias economicas vão melhorando para os meio pacíficos e conciliadores. Este movimento de paz originou-se primeiro na Inglaterra, onde a grande industria havia en-

contrado, antes da do continente, condições prosperas; os Estados Unidos seguiram o mesmo caminho pelos mesmos motivos; mas ali foi a estrada de ferro abrindo ao espirito emprehendedor enormes espaços de terras virgens e férteis, e todas as suas riquezas do sub-sólo.

Os salarios, graças a essas circunstancias propicias, elevam-se muito mais rapidamente nos Estados Unidos e na Inglaterra do que sobre o continente europeu, e os conflictos industriaes ali se decidem, sobretudo, pelo arbitramento.

Além disso, as suas reuniões operarias, muito mais antigas, são também mais numerosas, mais ricas e mais disciplinadas. A organização do proletariado industrial anglo-saxonio tem quarenta annos de antecedencia sobre a do continente europeu. A escala mobil dos salarios é applicada na Inglaterra a tres grandes agrupamentos: os metalurgistas na Escocssia, os algodoeiros do Lancashire, os mineiros do paiz de Galles.

Em época recente o espirito revolucionario dos agrupamentos operarios do continente, depois de ter provocado espantosas explosões, applica-se cada vez mais á organização legal: cooperativas e syndicatos.

Esse novo espirito encontra a sua expressão na resolução do Congresso Socialista de 1900, em Paris, condemnando os meios revolucionarios e promovendo a organização politica e economica do proletariado e a sua regeneração physica e moral.

Essas tendencias pacíficas se accentuaram á medida que se foi tornando mais claramente manifesto que o proletariado, tanto ao menos como o capital, recolhe beneficios da evolução industrial.

Os factos, que agrupamos, demonstram bem até que ponto os recolhe. No Reino Unido, a situação do operario industrial melhorou na proporção de quasi 100 a 330; na Belgica,

na proporção de 100 a 270; em França, na proporção de 100 a 200. Essa inferioridade relativa nos progressos do operario francez prende-se ao regimen proteccionista. O trabalhador industrial paga os direitos protectores em proveito do aldeão.

Além desses progressos consideraveis, e sendo certo que não havia, ha cincoenta annos, quasi nenhuma instituição de soccorro ou solidariedade protectora, hoje ha legião dellas e tendem a se tornar a norma legal. Numerosas officinas têm organizado caixas de pensão e de reforma, soccorros aos enfermos, empregos, lavanderias, escolas de adultos e de creanças; habitações baratas.

E tudo segue, mais ou menos e cada vez mais, o mesmo caminho. A officina, que era, ha cincoenta annos, sordida e lugubre como uma prisão de forçados, torna-se de dia a dia higienica e clara, espaçosa e asseada; começam a instalar-se nellas vestiarios, refeitórios, salas de banho, e isso em todo o continente, como se faz nos paizes anglo-saxonios; o tempo do trabalho diminue lentamente e continuará a diminuir. E' para desejar que se introduza também na Europa continental a pratica das férias annuaes, que dá aos operarios inglezes e americanos de dez a quinze dias para passeios, gozando de toda a liberdade e da dança de ares. Cada vez se torna mais preciso que o operario seja tratado como homem e que possa viver como vivem os outros cidadãos. Só assim ficará elle plenamente satisfeito com as condições que impõe a industria; só assim também chegará a comprehender que os seus interesses e os dos patrões são solidarios; e que, praticando a maxima dos syndicatos: —o minimo de trabalho no maximo de tempo, elle enfraquece o seu paiz, comparado com o mundo anglo-saxonio que pratica sempre, e cada vez mais, a maxima inversa. A evolução

mostra a exactidão da lei de Schaltze-Gavernitz, que a qualidade do operario, mais do que o seu salario, torna-se, em industria, o factor preponderante. O esforço dos Estados europeus e dos agrupamentos operarios deve, pois, tender principalmente para melhorar as condições physicas, moraes e intellectuaes do seu mundo de trabalhadores.

Infelizmente, á medida que os salarios se elevam, observa-se que se augmentam os gastos com as bebidas alcoolicas. Acreditam todos que taes bebidas aquecem e fortificam. Os alcoolizados succubem á tísica, ao cholera, ao typho mais depressa que os outros, que não bebem. Mas é, sobretudo, sobre a rêde delicada dos nervos e do cerebro que se torna funesta a influencia das bebidas alcoolicas. O alcool afrouxa ou suspende o trabalho cerebral; mais cedo ou mais tarde o paralysa e arruína. O alcoolizado é um ser estragado; seu filho é um degenerado.

Não importa! Os preconceitos continuam a favorecer o uso das bebidas fortes; nada concorre para destruil-os; e a maior parte dos Estados europeus se abstem de combater o alcool, ou porque a questão não chega a merecer a sua solicitude ou porque não querem comprometter a cobrança das sommas enormes levadas pelo alcool aos cofres publicos.

Quanto ao socialismo, que encheu a segunda metade do seculo com os seus clamores e ameaças contra a nova organização social vê hoje claramente provado que eram falsas as suas accusações. E' certo que as nossas organizações sociaes estão muito longe de ser perfectas; e se por socialismo se entendesse a necessidade de emendal-as, o socialismo recrutaria toda a gente sincera e reflectida. Mas são sómente os socialistas de profissão os que se occupam de melhorar as relações entre patrões e empregados.

Mas esses melhoramentos devem-se fazer, e serão feitos seguindo o curso da nova evolução industrial, e não procurando recalca-la para substituir o seu elasterio principal, a liberdade, a iniciativa individual para um collectivismo autoritario, pondo o esforço espontaneo de cada individuo sob tutela, e a cargo do Estado dar aos trabalhadores arregimentados «o uso gratuito e livre de todos os meios da producção e de transporte.»

São chimericos taes sonhos, e pôde-se dizer impraticaveis. Todas as vezes que o collectivismo procurou agir no terreno economico, só produziu desastres lamentaveis. A iniciativa privada e a liberdade industrial, com os seus inconvenientes e os seus defeitos, não contam mais com os seus triumphos. E isso é só e simplesmente porque o collectivismo contraria as premissas elementares e eternas da natureza humana, ao passo que a liberdade economica as toma por base. O collectivismo está apoiado sobre o altruismo, canhão fraco, que facilmente verga; a iniciativa livre se liga ao egoismo bem entendido, arvore immensa do bem e do mal, que tem raizes profundas e inabalaveis.

A liberdade industrial é, além disso, a applicação, no dominio economico, dessas leis da natureza, que regem a immensa escala dos seres e concurrencia, a luta pela vida, ao triumpho dos mais aptos, donde surge lentamente o melhoramento da especie. Ou antes, os systemas collectivistas—porque ha já boa duzia delles—são pelo contrario concepções artificiaes, nascidas de theorias muitas vezes fantasticas, productos da razão, que raciocina ou desarrazoa, systemas que não têm com a natureza laço algum; e nenhum tem mesmo entre si, a não ser a expressão de utopias generosas, tendentes a sustentar a imprevidencia, a incapacidade ou a preguiça de uns á custa da energia, da

previdencia e da intelligencia de outros.

Sem pretensões ao papel de propheta, pôde-se prever, por numerosos symptomas que entre si se combinam, em que sentido as movimentará a evolução economica. Os productos continuarão a baixar através das flutuações provocadas por circumstancias momentaneas. A sua baixa é fatal. O genio humano inventa de hora em hora instrumentos mais perfeitos, que reduzem cada vez mais o tempo, o esforço e a mão de obra necessarios para transformarem a materia prima em productos uteis.

Não só os productos hão de baixar; mas a grande industria verá diminuida a proporção los seus lucros á medida que decrescerem a renda do dinheiro e o juro dos grandes fundos do Estado. Tudo isso parece já proximo do seu limite pratico. São symptomas disso: os *trusts*, os ajustes, os accórdos que por toda a parte se fazem entre productores.

O objectivo delles é oppôr diques a esse movimento de recuo demais ameaçador, tentar subir outra vez a ladeira diminuindo a concurrencia no que tem de excessivo e supprimir os intermediarios. Alguns parecem evidentemente ter por fim assegurar-se um monopolio, mas essa pretensão não se pôde realizar senão nos Estados onde ha direitos protectores. Em toda a parte, onde é possivel a concurrencia mundial, nenhum monopolio pôde perdurar, a menos que se não trate de productos naturaes raros, como o mercurio, a platina, a camphora.

Se a grande industria chegou quasi ao limite dos seus lucros, resta, em compensação, respigar no trajecto que faz o producto sahindo da sua fabrica com destino ao consumidor; ahi é que tiram proveito delle os intermediarios, corretores, agentes, commerciantes por atacado e a varejo, que o

sobrecarregam e atordoam com commissões e emolumentos. E' essa a velha rotina, resultado de circumstancias e de tradições seculares, que é preciso modernisar e tornar menos onerosa.

E é esse todo o segredo do feliz exito das cooperativas operarias de consumo, dos syndicatos agricolas, dos bazares, dos *Louvers* e dos *Bons Marchés*.

O bom resultado que têm colhido as cooperativas de consumo é tanto mais digno de nota, quanto é certo que naufragam, ou arrastam vida penosa, quasi todas as cooperativas operarias de producção.

Esse vasto movimento, que tende a renovar a venda por miúdo, ha de se accentuar e generalizar. A crise que affecta o pequeno commercio vai talvez aggravar-se; mas a venda por miúdo deve fatalmente evoluir como o fez a grande industria.

Constituindo, entretanto, esta situação a logica e a força das cooperativas operarias, deve-se concluir disso que ellas continuarão a crescer e a prosperar.

Tornam-se cada vez mais um elemento do systema economico moderno, cujas rodas inuteis ou demasiadamente dispendiosas ellas se esforçam por fazer desaparecer.

Tendem, além disso, inconscientemente para a ruina das theorias collectivistas. As cooperativas são, com effeito, o contrario; são uma das efflorescencias da iniciativa livre e dos direitos de associação e de propriedade. Adquirem e vendem, realizam ganhos muito mais consideraveis, a tanto por cento, do que a grande industria; edificam, possuem e se enriquecem. E' bem verdade que procuram repar-tir os lucros entre todos os seus cooperadores, mas com isso não fazem mais do que seguir o exemplo das sociedades anonymas capitalistas, das quaes são a contra parte proletaria.

A cooperativa é incontestavelmente um dos fructos do regimen da liberdade economica, que cantou victoria desde o inicio do XIX seculo. E essa satisfação se torna ainda maior, porque os beneficios das cooperativas vão em boa parte para as massas dos trabalhadores manuaes.

Os syndicatos operarios hão de se inclinar cada vez mais para a conciliação e arbitragem, a exemplo do que se pratica no mundo anglo-saxonio. Ha cincoenta annos, uma boa terça parte dos conflictos do trabalho, na Inglaterra, era motivo da parede; hoje a parede é a excepção. Em 1901, dous por cento sómente das dissensões economicas provocaram parede.

Os operarios do continente farão a mesma aprendizagem e seguirão mais e mais a sua utilidade pratica e a sua razão de ser, que é estabelecer um laço, uma cohesão e sobretudo uma disciplina nos agrupamentos operarios.

Quanto aos salarios, tudo faz augurar, e, accrescentaremos, tudo faz esperar que, através das vicissitudes passageiras das crises, elles continuarão, no conjuncto, o seu movimento ascencional. Com uma condição, porém, é que se resolva a questão alcoolica no sentido da temperança.

Parece difficil que, em presença da crescente concurrencia americana, a grande industria europeia possa continuar a augmentar os seus salarios e a diminuir o tempo do dia de trabalho, si a qualidade dos seus operarios continuar a estragar-se lentamente. Esperemos que a urgencia de uma emenda séria acabará por se impôr ao espirito de todos aquelles que pôdem intervir efficaçamente neste grave e difficil problema: os syndicatos, os grandes agrupamentos operarios e as legislaturas dos Estados europeus.»

Physiologia

UMA PARTICULARIDADE SOBRE A VISÃO

(Phenomeno desconhecido?)

Não sei si faço bem dando-me ao trabalho de escrever sobre o assumpto de que vou tratar. Em todo o caso não me levarão em conta de estultice o apresentar aqui uma observação que fiz a respeito da visão e da qual, até agora, não encontrei, por mais que procurasse nos melhores tratados, menção alguma. Outros, mais competentes que eu, poderão decidir do valor do que aqui vou assignalar.

Ha uns tres annos, dando uma aula sobre o apparelho visual, na Escola Complementar, quando tratava da desigual sensibilidade visual da retina, tive que me referir á *papilla branca* e á *papilla amarella*. Ora, todos nós sabemos que a papilla amarella, a *macula lutea*, distingue-se, anatomicamente, pela grande quantidade de cônes que apresenta e, physiologicamente, por serem as imagens formadas sobre ella as mais nitidas de todas. Os movimentos, que fazemos com os olhos, para fixarmos um objecto qualquer, resultam da necessidade em que nos achamos de obrigar sua imagem a se formar sobre a *macula lutea*.

A papilla branca, o *ponctum caecum*, pelo contrario, situada justamente sobre o ponto de inserção do nervo optico no globo ocular, distingue-se, anatomicamente, por ser desprovida de cônes e bastonetes e, physiologicamente, por ser a retina neste ponto insensivel á luz. Mariotte, o illustre physico francez, demonstrou-o com sua tão conhecida experiencia. Para fazel-a, tomamos uma superficie qualquer e traçamos, á distancia um do outro de 10 centimetros, dous pequenos discos. Depois, fechando o

globo ocular esquerdo e fixando com o direito o disco esquerdo do papel, vamos affastando este lentamente. Quando elle chegar a uma certa distancia, que varia habitualmente de 25 a 30 centimetros, o disco da direita desaparece de todo. E' que sua imagem foi se formar exactamente sobre o *ponctum caecum*.

Mais tarde, Donders modificou esta experiencia, substituindo um dos discos por um pequeno crivo, atravez do qual se poderia vêr a chamma de uma véla. Pois bem, fixando-se o disco da esquerda, a véla desaparecerá ainda.

Como é, porém, que esta lacuna da visão se preenche? A principio, julgaram que era por ser a visão binocular. Mas, então, os individuos que só tivessem um globo ocular ou, ainda melhor, aquelles que, voluntariamente, se privassem de um, deviam notar fatalmente essa lacuna. Ora, isto não se dá com elles: nenhum observa falla alguma nas imagens produzidas. Das outras explicações existentes nenhuma me satisfazia completamente.

Meditando sobre o assumpto, nesse mesmo dia, tratei de vêr si poderia verificar directamente esta falla, nas condições normaes de visão.

Uma das explicações deste phenomeno, e esta parece a melhor, é a seguinte: quando olhamos para uma superficie, toda branca, por exemplo, não notamos lacuna alguma porque, por uma operação cerebral, extendemos o fundo da mesma; quando sobre essa superficie ha um objecto situado sobre o ponto, cujos raios luminosos vão ter no ponto cego, elle não é percebido, mas a superficie se estende do mesmo modo, parecendo-nos ahi homogenea.

Ora, esta extensão, era o que eu cogitava esse dia, será tão completa, tão total, que, movendo-se rapidamente os olhos, não possamos perce-

ber, pela differença de illuminação, os varios pontos para os quaes ella se vai dando?

Para que a verificação se tornasse mais facil, quiz fazel-a com um dos olhos apenas. Tomei um livro e colloquei sobre uma das paginas uma folha completamente branca, em um logar intensamente illuminado. Depois, seguindo com a vista, com certa rapidez, de um lado para outro, as linhas da mesma, observei que na folha branca andava *qualquer coisa*, no mesmo sentido e um pouco abaixo, (8 a 10 centimetros) como si fosse, por exemplo, a sombra de um mosquito. Repeti a experiencia com a outra pagina do livro e verifiquei o mesmo phenomeno para o outro globo ocular.

Fil-a tambem com um só globo ocular de cada vez, mantendo o outro fechado, e, si bem que mais difficil, ainda pude perceber as taes *como sombras*, exactamente no mesmo logar, que com ambos abertos. Ellas eram, portanto, symetricas.

Não satisfeito com isto, fixando superficies claras, folhas, paredes, tecidos, calçadas, etc., com ambos os olhos abertos, pude ainda observal-as.

Não me vexo em dizel-o: conclui *erradamente*, durante algum tempo, que as duas sombras deviam ser attribuidas aos dous pontos cegos.

Mais tarde, porém, observei que taes sombras ou como sombras não apresentavam um diametro superior a 1 ou 2 millimetros, mesmo quando se faziam variar as distancias, emquanto, que o *ponctum caecum* pôde fazer desaparecer, na distancia da visão distincta, um disco de 10 millimetros de diametro. Ora, isto veio mostrar-me que eu fôra muito acoadado em minha conclusão, pois que este phenomeno parecia mostrar que elles eram independentes.

Tratei, então, de fazer uma experiencia decisiva para verificar si taes sombras se achavam exactamente so-

bre os logares em que os objectos desapareciam, por formarem suas imagens sobre o ponto insensivel da retina.

Para isto, repeti a experiencia de Mariotte e verifiquei, que se pôde fazer desaparecer em uma superficie um signal qualquer, enquanto que, abaixo delle, se conserva a tal sombra. Daqui se conclue que ella não é devida ao ponto cego.

Minha hypothese estava, portanto, invalidada pela observação.

Tratei, então, de procurar em obras que se occupassem dos phenomenos da visão, em geral e em particular, si havia alguma noticia do phenomeno que acabo de apontar. Não encontrei nenhuma, nem mesmo que dêsse siquer motivo de suspeita que o conhecessem: nada, absolutamente nada.

No emtanto, é muito possivel que justamente as que, porventura, se tenham occupado deste assumpto, que eu reputo de pequena monta, não me hajam vindó ás mãos.

E' claro que si não encontrei menção do facto, tambem não podia ter encontrado sua explicação, que era aliás o que eu procurava.

Em conversas com varias pessoas illustradissimas, entre as quaes alguns medicos de nosso meio e mesmo algumas com as quaes estive por méro acaso na Europa, perguntei-lhes se conheciam o phenomeno e sua explicação: todos mostraram desconhecer o completamente.

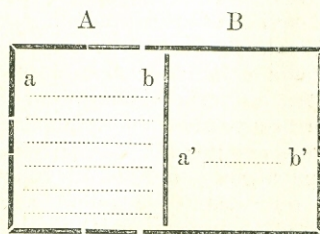
Uns dous quizeram explicit-o como uma alteração pathologica. Fiz-lhes vêr que tal não podia ser, porquanto o phenomeno é plenamente geral. Com effeito, já o tenho verificado em tres turmas de meus alumnos, em tres annos successivos; verifiquei-os, ha um mez apenas, com a quasi totalidade dos alumnos do 3.º anno da 2.ª Escola Complementar, incluindo o director da mesma e a professora do anno, e, finalmente, te-

nho-o verificado com quantos a mando fazer.

Si alguns não conseguem logo perceber-o, é porque não fazem a experiência com sufficiente cuidado.

Vou descrever agora, a maneira exacta de pol-o em evidencia.

Supponhamos que o livro abaixo representa esta Revista.



Colloquemos sobre a pagina B, uma folha em branco. Leiamos, depois, a linha de *a* para *b*, um pouco rapidamente. Notaremos que ha *alguma cousa*, uma especie de sombra de mosquito, que parece andar de *a'* para *b'*, uns 8 a 10 centimetros abaixo da linha *ab*. Quando voltarmos de *b* para *a* tambem a talsombra se deslocará de *b'* para *a'*. Lendo uma linha abaixo de *ab*, tambem a sombra passará para uma linha abaixo de *a'b'*. É preciso perder a preocupação de fixar a tal sombra: é necessario sentir-a apenas.

Depois de feita esta experiencia, para a qual certas pessoas precisam um pouco de paciencia, poderemos fazer as outras, que indiquei anteriormente.

Aqui fica, portanto, registado o phenomeno.

Como explical-o? Será um outro ponto da retina insensivel á luz? Mas, si assim fosse, já não se teria achado na estrutura da retina alguma particularidade que o denunciassse?

Tratei de fazer para essas sombras uma experiencia analogá á de Mariotte para o *punctum caecum*. Mas, a difficuldade que ha em assignalar

exactamente o ponto em que parece estar a sombra, quando estamos com o olhar fixo e, em segundo logar, a falta de meios proprios para fazel-a concludentemente, impediram-me de obter um resultado qualquer.

Além disso, a falta de estudos especiaes sobre o assumpto e a convicção em que estou de que o phenomeno tem uma importancia muitissimo diminuta, levaram-me a renunciar a toda e qualquer tentativa para resolvel-o, entregando-o, como ora o faço, em mãos daquelles que por sua competencia, possam resolvel-o facilmente, ou daquelles aos quaes sua solução possa aproveitar, si é que já não se acha divulgado e conhecido. S. Paulo.

FRANCISCO F. M. VIANNA.

Gentilezas fidalgas

Transcrevemos abaixo as palavras com que a imprensa de quasi todo o Brazil tem recebido a nossa modesta *Revista*.

Si a lucta a que nos atiramos é ardua e cheia de contrariedades e dissabores, por outro lado ha dessas compensações que são como uma scintella de estímulos e de incitamentos, que o menos que faz é firmar a convicção de que os cruzadas da mais santa e tambem da mais incomprehendida das causas — a instrução popular — não passam despercebidas ante a generosa e patriótica imprensa desta grande Patria Brasileira.

Agradecendo as amaveis referencias, repartimol-as com todos os professores paulistas, porque a cada um delles cabe certamente uma grande parte

REVISTA DE ENSINO. — Recebemos hontem esta apreciada revista do professorado publico paulista. O n. que temos em nosso poder é dos mais bem feitos que têm sido publicados.

D'A *Cidade do Amparo*.

REVISTA DE ENSINO. — A Associação Beneficente do professorado publico de S. Paulo distinguiu-nos com mais um numero da *Revista de Ensino*, excellente publicação, subsidiada pelo governo do Estado.

A *Revista de Ensino* é, no genero, a melhor publicação existente em S. Paulo. Não conhecemos mesmo, em todo o paiz, outra que se lhe avante, já pela sua excellente impressão e já pelos brilhantes artigos de seus illustres redactores.

Por absoluta carencia de espaço, deixamos de publicar o seu summario, que abrange varios, uteis e interessantes estudos, subordinados aos titulos: *Questões Geraes, Pedagogia Pratica, Litteratura Infantil, e Os nossos Edificios Escolares*.

Ao collega, somos infinitamente gratos, pelo numero com que se dignou brindar-nos.

D'O *Mineirense* (Minciros—Minas).

Recebemos, e sempre com maximo prazer, e agradecemos cordialmente, o fasciculo correspondente a Agosto, da esplendida REVISTA DE ENSINO, da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo.

Quem segue com interesse e carinho os progressos da instrução publica, entre nós, é obrigado, num gesto de justiça, a bater palmas aos galhardos moços que nessa revista tão elevantada prova offercem de sua capacidade e amor á educação das creanças.

D'O *Republicano*—Bragança.

REVISTA DE ENSINO. — Temos sobre a mesa de trabalho esta importante revista, que se publica na Capital do Estado.

Ficamos summamente agradecidos pela remessa.

D'O *Jundiahjense*—Jundiahy.

A INSTRUÇÃO EM SÃO PAULO—Acabamos de receber a honrosa visita da festejada *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do professorado publico de S. Paulo, publicação bi-mestral e que já entrou no seu segundo anno de proveitosa existencia.

Sentimo-nos incompetentes para fazer ainda que uma ligeira apreciação sobre esse substancioso opusculo, em que se encontram os mais interessantes estudos pedagogicos. Vamos tental-o, entretanto, por um dever de officio, e não por uma futil pretensão.

No genero é a revista mais completa e mais importante que conhecemos. Com um excellente corpo de redacção, sob a chefia do insigne mestre Arnaldo de Oliveira Barreto, conta com os mais illustrados colaboradores.

O seu summario, riquissimo, desse numero de Agosto que temos sobre a nossa modesta mesa, comprehende questões geraes, pedagogia pratica, litteratura infantil, os nossos edificios escolares, diversos, etc., etc.

É subsidiada pelo Governo paulista e nitidamente impressa em muito bom papel, na typographia do *Diario Official* daquela Capital.

Com franqueza, quanto nos maravilhou o conhecimento do progresso da instrução publica em S. Paulo, entristeceu-nos o coração a vista comparativa que lançamos sobre a nossa instrução, envolta desde o governo passado no mais perigoso dos cahos.

Alli, as escolas-modelo constituem um primor, o professorado une-se para a mais bella das campanhas—a diffusão da instrução,—aqui, essas escolas produziram resultados completamente negativos, foram pouco tempo depois fechadas, e reinaram tamanhas discordias entre os professores dellas,

que jámais se conseguiu cousa alguma.

Penhoradíssimos, agradecemos essa visita que nos deixou tão agradável impressão e pressurosos iremos retribuí-la.

D'O *Izabelense*—Cidade de Santa Izabel do Rio Preto—Rio de Janeiro.

— Recebemos festivamente nesta casa a *Revista de Ensino*, util publicação da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo.

Agradecendo a visita, fazemos votos pela sua prosperidade.

Do *Bôa-Esperança*—Minas.

IMPRESSOS—Accusamos hoje o recebimento do n. 4 da utilíssima *Revista de Ensino*, correspondente ao corrente mez.

Como os demais exemplares, vem impecavel, verdadeiro repositório de cousas boas e instructivas.

A illustrada collega distinguí-nos com a transcripção de *Cousas do dia*, de um nosso intellingente companheiro, artigo que publicamos em a edição de 16 de Julho p. passado. Em nome do seu auctor—os nossos agradecimentos.

D'O *Taubateano*—Taubaté.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PUBLICO DE SÃO PAULO—Publicação bi-mestral, subsidiada pelo governo do Estado; sendo seu redactor chefe: Arnaldo d'Oliveira Barreto, secretario João Pinto e Silva e emeritos redactores effectivos, dando a essa preciosa Revista um cunho invejavel na fórma e no todo. O numero que temos á vista é o segundo do segundo anno, com 90 paginas de utilissimo ensino, leitura e aproveitamento, precioso attestado da culminante posição em que se encontra o Professorado naquelle Estado, dando a nota para ser imitado, em prol do futuro da patria querida. Quando liamos os elogios da impre-

sa, com justiça lançados em recommendaveis applausos, aneciavamos a oportunidade de entrar em tão util convívio, que gentil e generosamente conseguimos, com summo agrado. Agora conhecemos de visu a *Revista de Ensino da Associação Beneficente*, que instantemente recommendamos ao honrado e estudioso Professorado do nosso Rio Grande.

Sua redacção é á rua Santa Theza, n. 28—Caixa do Correio n. 183. —Assignatura por anno 10\$000. Nos Correios do Estado póde ser tomada assignatura, conforme as ultimas resoluções da directoria geral. Agradecendo affectuosamente, aguardamos a continuação da remessa, sendo o nosso *Boletim* fiel na retribuição,

Do *Boletim do Pão de Santo Antonio*—Porto Alegre—Rio Grande do Sul.

REVISTA DE ENSINO, n. 2 do II anno. E' uma das melhores publicações no genero, que se editam no paiz.

D'A *Cidade de S. João*—S. João da Boa Vista.

REVISTA DE ENSINO, da *Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo*, anno 2.º, n. 4, correspondente, o exemplar cujo recebimento accusamos, ao mez de Outubro.

Esta publicação, uma das melhores que, no genero, têm apparecido no Brasil, contém varios artigos literarios e scientificos, dentre os quaes destacamos: *O Seculo XIX*, de Vogué, traducção do sr. J. Benevides; *Da composiçõ e do estylo*, do sr. Augusto R. de Carvalho; *Notas de Portuquez*, do sr. Luiz Cardoso.

A *Revista* é redigida com rara proficiencia pelos srs. Arnaldo de Oliveira Barreto e João Pinto e Silva. Da *Tribuna Livre*—Casa Branca.

Tivemos a honra de ser distinguidos com a remessa do numero 3 do corrente anno da «*Revista de Ensino*»,

da importante Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo, da qual é redactor-chefe o conhecido e illustrado professor Arnaldo de Oliveira Barreto, auctor de varias obras didacticas, fazendo tambem parte de seu corpo redactorial, entre outros, os distinctos professores João Pinto e Silva, Romão Puiggari, João Lourenço Rodrigues e Ramon Roca Dardal.

O numero que temos sobre a mesa está repleto de excellentes artigos, dignos da attenta leitura, não só dos srs. professores, como tambem de todos os que se interessam pela causa da instrucção do povo.

Do *Mensageiro da Aparecida*.

«REVISTA DE ENSINO».—O n. 3 da *Revista de Ensino*, que temos á vista, é simplesmente esplendido e continúa a firmar o bom credito de que tão justamente goza essa magnifica publicação levada a effecto pela Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

A *Revista de Ensino* honra sobremodo o professorado e o ensino publicos de S. Paulo.

Gratissimos pela honrosa visita.

Da *Gazeta de Ouro Fino*.—Minas.

REVISTA DE ENSINO da *Associação Beneficente do professorado de S. Paulo*, bella publicação bi-mestral, subsidiada pelo governo do Estado.

A collaboração é util e aproveitavel e muito recommenda a leitura da esplendida *Revista*, digna de encomios.

D'O *Astro*, Fortaleza — Ceará.

Chegou-nos ás mãos mais um volume da conceituada *Revista de Ensino*, publicada em S. Paulo, pela benemerita Associação Beneficente do Professorado Publico deste Estado. Repleto de artigos, cuja leitura muito illustra e recommenda a classe; o

presente numero em nada desmerece os anteriores da reputada publicação.

D'O *Povo* — de Caçapava.

Recebemos o n. 4 da REVISTA DE ENSINO da *Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo*.

E' redactor-chefe de tão util *Revista*, o Sr. Arnaldo de Oliveira Barreto, e redactor-secretario, o Sr. João Pinto e Silva.

Esta *Revista* publica-se bi-mestralmente e é subsidiada pelo governo do Estado.

Agradecendo tão honrosa permuta, lá irá retribuí-la a nossa modesta *Gazeta*.

Da *Gazeta de Ubá* — Minas.

REVISTA DE ENSINO.—Visitando-nos pela primeira vez, esta importante publicação proporcionou-nos feliz oportunidade de conhecer o que no genero reputamos a melhor *Revista* que se publica no Brazil.

Inserere grande cópia de artigos interessantes ás multiplas questões de pedagogia, composições musicas, desenvolvido noticiario, etc.

E' uma *Revista* que honra o corpo de professorado da capital.

D'O *Porvir* — S. José do Rio Preto.

REVISTA DE ENSINO.—Mais um numero temos da apreciada *Revista de Ensino*, correspondente ao corrente mez.

Um bello numero este ultimo, pois, além de uma boa collaboração litteraria, scientifica e instructiva traz a musica e letra da mimosa *Canção dos Barqueiros*.

A letra é do conhecido poeta Mario Pahim e a musica do sr. Antonio Morato.

Gratos, muitos gratos pela visita da collega.

D'O *Santa Ritense* — Santa Rita.

REVISTA DE ENSINO.—Com este titulo recebemos o n. 3 desta excellente

é importante publicação, pertencente á Associação Beneficente do professorado Publico de São Paulo e que é subsidiada pelo governo do Estado.

Esta interessante publicação já conta dois annos de existencia e feita bi-mestralmente, como tem sido, relevantissimos serviços tem prestado á instrucção publica paulista.

Contando um corpo de redacção numeroso e competente, muitas e variadas têm sido as questões, que nessa *Revista* têm sido tratadas e proficientemente desenvolvidas.

Agradecemos a remessa que nos tem sido feita.

Do *Monitor Sul-Mineiro* — Campanha.

REVISTA DE ENSINO.—A importante *Revista* da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo, cujo n. ultimamente recebemos, é mercadamente subsidiada pelo governo do Estado e contem uteis trabalhos concercenentes ao seu grandioso fim, que é o de pugnar pela instrucção.

Com uma pleiade de provetos redactores effectivos sob a redacção em chefe de Arnaldo Barreto, a utilissima publicação vai prestando inolvidaveis serviços ás letras patrias.

D'O *Imparcial* — Sertãozinho.

REVISTA DE ENSINO. — O numero quatro da excellente *Revista*, que acabámos de receber, está um verdadeiro primor, que honra sobre maneira a imprensa didactica do nosso Estado.

Encontra-se alli um verdadeiro repositório de tudo que concerne ao ensino. Póde-se mesmo asseverar que não ha quem, folheando as suas paginas, nella não encontre leitura util ou agradável.

Ao estimavel collega confessamos summamente penhorado pelo numero com que nos distinguiu.

D'O *Mineirense* — Mineiros.

REVISTA DE ENSINO.—Contendo uma boa série de bem elaborados artigos sobre diversos ramos de ensino, excellente parte litteraria, canticos escolares e outras muitas produccões scientificas, veio-nos ás mãos o 1.º numero do 2.º anno de publicação da importante *Revista de Ensino*, da Sociedade Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

Nitidamente impressa e constando de 119 paginas, inclusive as de annuncios, é a *Revista de Ensino* uma publicação que muito se recommenda pela utilidade dos artigos que traz e pela reconhecida competencia de seus illustres redactores.

Agradecemos, promettemos retribuir á delicadeza da visita.

Do *Correio da Formiga* — Minas.

Recebemos:

REVISTA DE ENSINO.—Magnifica publicação de S. Paulo, da Associação Beneficente do Professorado Publico e subsidiada pelo governo do Estado.

Publica-se bi-mestralmente e são seus redactores conhecidos homens de letras.

Traz brilhantes artigos instructivos, boa parte litteraria que se divide em questões geraes, pedagogia pratica, litteratura infantil, edificios escolares, noticias e annuncios.

O n. 3.º, do 2.º anno, contém duzentas e tantas paginas.

D'A *Cidade de Sobral* — Ceará.

Recebemos o numero 4 da *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo. É um magnifico numero onde se encontra util e variada leitura.

Traz em sua primeira pagina o retrato do distincto aeronauta brasileiro Santos Dumont assim como o do illustrado educacionista dr. Caetano de Campos.

Da *Gazeta de Leopoldina* — Minas.

REVISTA DE ENSINO.—Pela primeira vez tivemos o prazer de receber a *Revista de Ensino*, excellente publicação da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo. Agradecemos, retribuiremos a tão honrosa visita.

Do *Santa-Ritense*.

REVISTA DO ENSINO.—Temos, sobre a mesa, uma brochura contendo trezentas e tantas paginas da importante *Revista de Ensino*, que se publica em S. Paulo, sob os auspicios do governo do Estado, da qual são redactores os abalisados pedagogos srs. Joaquim Luiz de Brito, Romão Puiggari, João Lourenco Rodrigues, Alfredo Bresser da Silveira, Emilio Mario de Arantes, Ramon Rocca Dordal e João Chrysostomo B. dos Reis Junior.

Ella consta de bons artigos e pequenas licções sobre sciencias etc.

Agradecemos a remessa.

D'O *Araraquava*.

— Temos sobre a mesa o n. 3 do 2.º anno da *Revista de Ensino*, organ da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

O numero presente vem, como os demais, repleto de excellentes artigos pedagogicos e scientificos e variada collaboração sobre assumptos diversos. É o que se póde chamar uma revista encyclopedica.

Gratos pela remessa.

D'O *Lemense*.

Recebemos as seguintes revistas: O numero 4, 2.º anno, da *Revista de Ensino*, de S. Paulo. Todos os louvores tributamos á sua redacção: cumprem com proficiencia o programma traçado e prestam á causa do ensino em nossa Patria um serviço que a geração nascente agradecerá reconhecida.

Do *Cruzeiro do Sul* — Sorocaba.

REVISTA DE ENSINO.—Recebemos a *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo, n. 3, publicação bi-mestral, subsidiada pelo governo daquelle Estado.

São seus redactores-chefes — Arnaldo de Oliveira Barreto e João Pinto e Silva.

A *Revista de Ensino*, nitidamente impressa em um folheto de trezentas e dez paginas, recommenda-se pela sua amena e instructiva leitura.

Agradecemos a gentileza da remessa do exemplar que temos em mão.

D'O *Município* — Vassouras (Rio de Janeiro).

REVISTA DE ENSINO.—Orna a nossa modesta mesa de trabalho essa importante revista da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

É de publicação bi-mestral, tendo sua redacção assim composta:—Redactor-chefe, Arnaldo de Oliveira Barreto; redactor-secretario, João Pinto e Silva. Gratos pela visita.

Da *Comarca dos Agudos* — São Paulo dos Agudos.

REVISTA DE ENSINO.—Recebemos o terceiro fasciculo dessa excellente *Revista*, organ do professorado publico de nosso Estado.

Traz magnificos artigos dignos de toda attenção e de esmerada leitura. Gratos pela remessa.

REVISTA DE ENSINO.—Cada vez mais interessante, essa importante *Revista*, da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

O ultimo numero, além de escolhida collaboração didactica, traz uma curiosa licção de desenho, pelo sr. Ramon Rocca, e dous hymnos escolares, com a respectiva musica e letra. Da *Gazeta de S. Rita do P. Quatro*.

REVISTA DE ENSINO.—A Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo, brindou-nos com o numero 4 de sua importante *Revista de Ensino*.

Contém esse numero muitos artigos sobre pedagogia, literatura e outros assumptos. O nosso conterraneo João Gomes Junior contribuiu com tres composições musicaes.

Muito gratos á redacção da *Revista de Ensino*.
Da *Tribuna do Norte* — Pindamonhangaba.

Recebemos o n. 3 da bella *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado.

E' um numero recheado de excellentes escriptos, o que muito honra áquella Associação.

Do *Correio do Sul* — Pirajú.

REVISTA DE ENSINO.—Temos em nosso poder o n. 3 da *Revista de Ensino*, do professorado paulista.

O presente numero está soberbo. Gratos.

D'A *Cidade do Amparo*.

REVISTA DE ENSINO.—Magnifico, como sempre, o ultimo numero da importante *Revista de Ensino* que se publica na Capital, offerecendo leitura muito variada e interessante.

Da *Gazeta de Capivary*.

REVISTA DE ENSINO.—Recebemos o 3.º numero dessa importante *Revista* do professorado publico de S. Paulo, de publicação bi mestral em S. Paulo.

Do *Correio Brotense*.

REVISTA DE ENSINO.—Recebemos o n. 3, anno 2.º, da excellente *Revista* cujo titulo encima estas linhas.

Esse numero, esplendido como os anteriores, traz, além das secções do costume, dois importantes artigos da lavra dos abalisados professores srs. drs. Hyppolito Pujol e Macedo Soa-

res, e estampa uma boa gravura do magnifico edificio do grupo escolar de Mogy-Mirim.

Do 15 de Novembro.

Temos em mãos o terceiro numero, segundo anno, da *Revista de Ensino*, esplendida publicação brilhantemente dirigida pelo sr. Arnaldo de Oliveira Barreto.

Como sempre insere escolhida e attrahente collaboração.

D'O *Minarete*.

Recebemos o n. 4 da *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

Nitidamente impressa, traz artigos de real interesse para a classe e para todos em geral.

D'O *Movimento* — S. M. do Paraíso.

REVISTA DE ENSINO.—Temos sobre a meza o numero 4 do 2.º anno da *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado.

Vem cheia de artigos bem escriptos e de utilidade.

Agradecemos.

Da *Gazeta do Pinhal*.

REVISTA DE ENSINO.—Desde o dia 5 está sobre a nossa mesa de trabalho o n. 4, II anno, da sempre apreciada *Revista de Ensino*, da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo, publicação bi-mestral, subsidiada pelo Governo do Estado; redactor-chefe, Arnaldo de Oliveira Barreto; redactor-secretario, João Pinto e Silva; redactores effectivos, Joaquim Luiz de Brito, Romão Puiggari, João Lourenço Rodrigues, Alfredo Bresser da Silveira, Emilio Mario Arantes, Ramon Rocca Dordal e João Chisostomo Bueno dos Reis Junior.

A nossa preclara e sympathica collega, a *Comarca*, de Mogy-mirim, transcreve depois dessas palavras,

todo o nosso summario, e assim termina:

Como se poderá julgar desta descripção, é um numero cheio e importante.

REVISTA DE ENSINO.—Temos sobre a nossa modesta mesa de trabalho o numero 4 da *Revista de Ensino*, cuidadosamente publicada pela Associação Beneficente do Professorado de S. Paulo.

E' redactor-chefe Arnaldo de Oliveira Barreto e secretario João Pinto e Silva.

Entre os illustrados redactores conta-se o nome do sr. Mario de Arantes, robusto escriptor que tanto tem enriquecido a parte literaria do nosso prezado collega *Correio do Jahú*.

Traz a *Revista* em sua primeira pagina um nitido retrato do dr. Alberto dos Santos Dumont, a quem F. Mendes Vianna dedica, logõ em seguida, uma scintillante poesia.

No mais, proveitosissima leitura encerra este folheto, que é digno de ser lido por toda a gente instruida.

D'O *S. João da Bocaina*, da cidade do mesmo nome.

REVISTA DE ENSINO.—Recebemos o numero 3, anno II dessa excellente publicação da *Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo*.

Não temos no Brazil inteiro, força é confessar, uma publicação melhor, no genero da *Revista de Ensino*. Os seus bellos escriptos, produções de pennas illustradas, não são simples artigos para lêr; elles nos fazem pensar e reflectir muito na causa mais pura, mais nobre, qual é a instrucção das creanças. Verdadeiro repositório de sabios conselhos que tanto illustram o mestre quanto instruem o leigo, a *Revista de Ensino* é, dizemolõ sem reboços, um trabalho primoroso e que deve ser acolhido no seio da familia com todo o carinho e protecção,

que merece todo o esforço em pról da instrucção do povo.

Nossos parabens á sua illustrada redacção pelo muito que tem feito em favor da causa mais santa e nossos mais sinceros e ardentes votos pelo seu constante progresso.

D'O *Progresso* de Camamá (Pernambuco).

REVISTA DE ENSINO.—Damos recebido o n. 3 do 2.º anno da *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo*.

Já muito se tem dito sobre esta excellent publicação, de tanta utilidade para os educadores da infancia, que não precisamos mais enaltecer os seus meritos.

Dispondo de assidua collaboração sobre assumptos pedagogicos e de illustrado corpo de redactores, que incansavelmente se dedica pela causa da diffusão do ensino, essa bella publicação vai dia a dia colhendo maior somma de louros.

O presente numero contem 120 paginas de artigos bem lançados, subscriptos pelos illustrados mestres—R. Puiggari, H. Pujol, Gabriel Ortiz, o valente defensor da classe, pugnando pelas garantias do professorado, J. E. Macedo Soares, Alfredo Bresser, A. Barreto, A. Penna, Antonio R. A. Pereira, Antonio Peixoto e tantos outros, além da parte affecta á redacção.

Gratos.

D'O *Bananal*.

REVISTA DE ENSINO.—Recebemos pela primeira vez o 3.º numero deste anno da esplendida *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo*, da qual são dignos redactores os illustrados srs. Arnaldo de Oliveira Barreto e João Pinto e Silva, que assim real impulso têm dado á instrucção daquelle Estado.

A *Revista de Ensino* é incontestavelmente uma magnifica publicação,

que exige a consideração, pelo menos, daquelles que se interessam pela causa sagrada da instrução publica.

Não ha duvida que o Governo paulista praticou um acto de patriotismo, marcando uma subvenção para a importante e util *Revista*, que, tendo por si, além dos proficientes redactores, notaveis collaboradores, reaes serviços está dedicando á causa do ensino.

Somos gratos pela amabilidade da visita, e esperamos que os distinctos collegas accedam na permuta.

D'O *Cantagallo*, do Estado do Rio.

REVISTA DE ENSINO.—Mais um numero da *Revista de Ensino* da «Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado de S. Paulo» temos sobre a nossa modesta mesa de trabalho.

Para se avaliar do valor dessa importante publicação, basta citar os nomes dos distinctos escriptores que figuram no summario do numero que temos presente e que são os seguintes: F. Mendes Vianna, Augusto R. de Carvalho, Horacio Scrosoppi, Luiz Cardoso, J. Brito, Hippolito Pujol, B. Octavio, Jorge Pires de Godoy, C. Franco, Pedro de Mello e M. C. Junior.

Traz os retratos dos drs.: Alberto dos Santos Dumont, nosso illustre compatriota, que tanto tem honrado a nossa patria, e o de Antonio Caetano de Campos, trazendo tambem os hymnos escolares: *Minha Barca*, musica de João Gomes Junior;—*Minha Terra* letra de Casimiro de Abreu, e musica de Antonio Carlos; *Marchar!* letra de Luiz Galvão e musica de Mendelshon, adaptada por João Gomes Junior.

Gratos.

D'O *Município*, de Vassouras.

REVISTA DE ENSINO.—Tivemos o prazer de receber o ultimo numero dessa excelsa publicação, mantida

pela Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

Traz desenvolvida parte literaria, demonstra boas regras de ensino nas escolas, trata de importantes questões scientificas, apresentando a par de tudo isto uma escolhida colleção de hymnos escolares.

Abre com o retrato do valoroso brasileiro dr. Alberto dos Santos Dumont, prestando assim devido preito á sua coragem e ao seu talento.

E' um numero cheio, que faz honra aos sustentaculos da bella revista.

Agradecidissimos.

D'O *Democrata*, de Itapetininga.

Recebemos o n. 4 da *Revista de Ensino* da «Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo», publicação bi-mestral, subsidiada pelo governo do Estado.

Como sempre, consta seu summario de bons artigos sobre pedagogia e educação, poesias e hymnos escolares.

Associando-se ás justas manifestações do povo brasileiro, estampa em sua primeira pagina o retrato do notavel e intrepido aereonata Santos Dumont.

Do *Correio de São Carlos*.

Recebemos o 4.º numero do segundo anno dessa esplendida *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo.

Estampa, em sua pagina de honra, o retrato do dr. Alberto dos Santos Dumont.

O resto é, como sempre, literatura fina e instructiva.

Muito obrigado.

D'A *Folha*, de Porto Ferreira.

A REVISTA DE ENSINO, da Associação Beneficente do Professorado Publico de S. Paulo, é um utilissimo e precioso trabalho que nos chega ás mãos, e que, em 150 paginas, traz escriptos de real valor e que a todos interessam.

Está no segundo anno de publicação, que é bi-mestral, e subsidiada pelo governo do Estado. E' seu redactor-chefe—Arnaldo de Oliveira Barreto, e secretario—João Pinto e Silva, e tem outros redactores effectivos.

Mais de espaço, havemos de destacar alguns artigos, que nos mereceram muita attenção.

Da *Cidade de Barbacena*.

REVISTA DE ENSINO da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo, n. 1, anno 2.º.

Esse numero representa um volume de 150 paginas.

E' publicação bi-mestral e subsidiada pelo Governo do Estado.

Traz muitos e variados escriptos, cada qual o mais substancioso e de utilidade pratica, principalmente aquelles que se referem ás questões de pedagogia; assim como dois hymnos escolares.

E' uma revista digna de leitura por parte do professorado de todo o paiz. Do *Rosariense*, do Maranhão.

—Mais um excellente numero da *Revista de Ensino*, com mais de 100 paginas de importantes trabalhos, acabamos de receber.

Mantida pela Associação Beneficente do professorado publico de São Paulo, continúa essa importante publicação a prestar relevantes serviços á instrução publica.

Do *Monitor Sul-Mineiro*—de Campanha.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Durante os dois mezes que se ultimaram, realizou a nossa directoria, como de costume, suas duas sessões ordinarias, além de outras duas extraordinarias, convocadas especialmente para se tomar conhecimento do recente projecto que reformava a instrução do Estado, o qual, com ser attentatorio aos brios da classe, viria provavelmente cercear interesses adquiridos pelos professores.

Nas reuniões ordinarias concederam-se varios auxilios a associados enfermos e votou-se a quantia de 200\$000 à viuva de um associado, a titulo de ajuda para funeral e lucto.

A directoria, á vista de estar alcançado o fundo de reserva da Caixa de Emprestimo, que é de 20:000\$000, resolveu suspender as transacções com a mesma Caixa.

Pelos balancetes, que em outro lugar vão publicados, já com o respectivo parecer de approvação dado pelo conselho-fiscal, poderão os srs. associados aquilatar do movimento da Associação, até Novembro do corrente anno. O saldo liquido existente nos cofres sociaes, como se verificará, é de.... 9:434\$286.

Foi convidada a commissão indicada para tratar da revisão dos estatutos sociaes para apresentar o respectivo projecto de reforma, afim de ser posto em discussão, agora, na proxima Assembléa geral. Essa commissão já iniciou seus trabalhos e está

constituída pelos professores Oscar Thompsom, Joaquim Sant'Anna, Arnaldo Barreto, Antonio Rodrigues Alves Pereira, Justiniano Vianna, Lindolpho Francisco de Paula, Domingos de Paula e Silva, Alfredo Brés-ser da Silveira, Luiz Cardoso França, Antonio Peixoto, Benedicto, Galvão, Nilo Costa, Ramon Roca Dordal, João F. Pinto e Silva, Gabriel Ortiz, João Baptista de Brito, Joaquim Luiz de Brito, João Chrysos-tomo Bueno dos Reis Junior, Miguel Carneiro Junior, Eudaldo Raggio Zimbres, Benjamin Reis, Nazario Rodrigues Borba, Romão Puiggari, Antonio Morato de Carvalho, João Lourenço Rodrigues, René Barreto e José Monteiro Boanova.

*
*
*

Estando findo o anno e conseguintemente quasi terminado o mandato da actual directoria, vimos agradecer aos srs. consocios a confiança com que sempre nos distinguiram e o seu apoio incondicional aos nossos actos para a conservação do bom nome de que goza a Associação.

E' nosso maior anhelos que, perseverando no trabalho, possamos um dia culminar o nosso ideal que é pela elevação do nivel intellectual e moral da nossa classe. Já anteve-mos a efficacia do nosso esforço em beneficio da collectividade, e, a

dias de desfallecimentos, não se succeder dias de entusiasmos, de triumphos, porque todo o trabalho conduz a um resultado innegavelmente fecundo.

São convidados, pois, todos os srs. socios para tomarem parte na proxima Assembléa Geral, a realizar-se na primeira quinzena de Janeiro, nesta capital, para elegerem a nova directoria que deve presidir aos destinos da Associação, no futuro anno de 1904.

Em occasião opportuna este convite será feito préviamente, pela imprensa diaria da Capital, com designação do local e hora marcados para a reunião.

Consoante ao que dispõem os estatutos sociaes, vigoram para essa eleição os seguintes artigos :

« Art. 52. Os associados pagarão suas mensalidades dentro do mez vencido.

« Art. 53. O associado, quando incorrer em falta relativa ao artigo acima, soffrerá suspensão de todas as garantias e direitos sociaes.

« Art. 56. As assembléas geraes poderão funcionar com um terço dos associados qutes, por si ou seu delegado para esse fim, e quando a convocação tenha sido feita com mais de oito dias de antecedencia.

« Art. 57. Si meia hora depois de marcado nos annuncios não tiver comparecido o numero acima, o presidente, ou quem suas vezes fizer, deverá declarar nova convocação com mais tres dias de intervallo, fazendo publicar, durante esses tres dias, annuncios nas folhas de maior circulação, e com a declaração: *A assembléa resolverá com o numero que parecer.*

« Art. 60. Nas eleições poderão votar, além dos socios presentes, os que mandarem seus votos por escripto, dentro de envelope lacrado.

assignado esse envelope pelo proprio punho, com a declaração: *Para a eleição da Directoria.*

Secretaria da Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado de S. Paulo, 20 de Novembro de 1903.—Antonio Peixoto, 1.º secretario.

POSTO MEDICO

São medicos da Associação:

DR. CARLOS MEYER

E' encontrado em sua residencia, á rua Amaral Gurgel, 16 (villa Buarque), todos os dias, até ás 9 horas da manhã.

O dr. Meyer promptifica-se a fazer visitas diurnas ás familias dos associados, na Capital, pelo preço de 5\$000.

DR. ARISTIDES DE CAMPOS SEABRA
Consultorio: rua de S. Bento.

Residencia: rua Barão de Itapeitinga, n. 71.

Dá consultas nas mesmas condições do dr. Carlos Meyer.

DR. ALVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO
Residencia: rua Victoria, 157.
(Pharmacia da Fé).

Dá gratuitamente consulta aos associados.

DR. ROBERTO GOMES CALDAS
Residencia: rua de S. Bento, 38.

Dá consultas aos associados e faz visitas diurnas ás suas familias, pelo preço de 5\$000.

PHARMACIAS

Fornecem medicamentos aos associados, com abatimento de 20%:

Pharmacia de Santa Theresa, de IGNACIO PUIGGARI, á rua Santa Theresa, n. 9.

Pharmacia e Drogaria, de João DOS SANTOS & COMP., á rua de S. Bento, n. 56.

Pharmacia Assis, de C. DE ASSIS RIBEIRO, á rua 15 de Novembro, n. 1.

CIRURGIÕES DENTISTAS

O *cirurgião dentista*, sr. JAYME TEIXEIRA, presta aos associados os serviços de sua profissão, fazendo abatimento nos preços e com a facilidade de serem os respectivos pagamentos feitos em prestações mensaes.

Gabinete e residencia: rua General Jardim, n. 73, canto da rua Cesario Motta.

CONSULTAS: das 8 ás 10 horas da manhã, e das 11 ás 5 horas da tarde.

Os *cirurgiões dentistas* ITALO SPINARDI e ANTONIO CARDOSO prestam aos srs. associados e ás suas exmas. familias os seus serviços profissionaes, fazendo a redução de 20% sobre os preços.

Gabinete: rua da Quitanda, n. 2.

O *cirurgião-dentista* EMYGDIÓ CORDEIRO DE SALLES presta aos associados e suas exmas. familias os serviços de sua profissão, fazendo o tratamento das molestias boccaes, extracção e limpeza de dentes gratuitamente e cobrando, nos trabalhos de próthese dentaria, os preços constantes da tabella abaixo, com o abatimento de 50%:

Obturação a granito, platina etc.	10\$000
Restauração a ouro	60\$000
Ourificação	25\$000

Pivot	50\$000
» sobre pontes	60\$000
Corôa de ouro	60\$000
» » platina	45\$000
» ligada sobre pivot	70\$000
Dente inteiriço de ouro	80\$000
Dentadura de vulcanite (cada dente)	10\$000
Dentadura de vulcanite, justa posição	15\$000
Dentadura de vulcanite, ouro (cada dente)	25\$000
Dentadura de vulcanite, ouro justa posição	30\$000
Anel de segurança	25\$000

Gabinete: rua Quintino Bocayuva, n. 8 A.

TERRENOS NO YPIRANGA

Acham-se na Secretaria da Sociedade os recibos das futuras prestações.

Os sorteios mensaes de bonificação têm sido effectuados regularmente desde Março, mez em que ultimou o prazo para as inscripções.

Nos quatro sorteios já realizados e relativos aos mezes de Março, Abril, Maio, Junho, Julho e Agosto, foram premiados os numeros: 294, pertencente ao sr. Fructuoso Pinto da Silva; 210, pertencente ao sr. Angelo Fracalanza; 286, pertencente ao sr. Arthur Soares; 13, do sr. Pedro Gandolfi; e o do C.^o Bernardino José Dias, e o do dr. Manoel Gonçalves Theodoro.

Os lotes sorteados tinham os numeros 146, 199, 291, 497, 406 e 185.

Para quaesquer informações, os interessados podem dirigir-se ao sr. Antonio Peixoto, 1.^o secretario.

MORDOMAS

Dezembro: D. Leonor Campos.
Janeiro de 1904: D. Anna Carolina de Almeida Freitas.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PUBLICO DE SÃO PAULO

MOVIMENTO DOS TRES TRIMESTRES DE 1903 — DE JANEIRO A SETEMBRO

RECEITA	DESPESA
Saldo do anno anterior.	
<i>Letras a receber</i> :	<i>Letras a receber</i> :
Resgatadas	Descontadas
Juros e descontos:	Revista de Ensino:
Recebidos.	Despendido.
<i>Jóias e mensalidades</i> :	<i>Diplomas</i> :
Recebidas	Pago por 1.000 diplomas
Revista de Ensino:	<i>Auxílios</i> :
Recebido de assignaturas	Pensão, medico, pharmacia e dinheiro.
<i>Diplomas</i> :	<i>Despesas gerais</i> :
Recebido pela venda de 39 diplomas.	Pago zelador, escripturario, cobrador, protos de letas, registros de cartas com dinheiro vindo do interior, sello, gaz e outras.
<i>Auxílios</i> :	<i>Fundo social</i> :
Restituídos	Em effectos a receber.
<i>Despesas gerais</i> :	» moveis e utensílios
Recebido de protos de letas	» deposito na Comp. de Gaz
<i>Diversos devedores</i> :	» CAIXA
De letas a vencer-se	
» vencidas	
» vales	
<i>Moveis e utensílios</i> :	
Valor dos existentes	
<i>Companhia de Gaz</i> :	
Caução	
Somma Rs.	Somma Rs.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PÚBLICO DE SÃO PAULO

BALANCETE DO 3.º TRIMESTRE DE 1903 — (DE 1.º DE JULHO A 30 DE SETEMBRO)

RECEITA		DESPESA	
Saldo do trimestre anterior	6:051\$050		
LETRAS A RECEBER:		LETRAS A RECEBER:	
Resgatadas:		Descontadas:	
Em Julho	3:770\$000	Em Julho	4:554\$000
» Agosto	4:714\$000	» Agosto	3:453\$000
» Setembro	4:409\$500	» Setembro	3:264\$000
JUROS E DESCONTOS:	12:893\$500	REVISTA DE ENSINO:	11:271\$000
Recebidos:		Despendido em clichés, etc.	360\$450
Em Julho	164\$950	AUXÍLIOS:	
» Agosto	93\$050	Em dinheiro	1:200\$000
» Setembro	101\$250	» pensão a viúva	1:090\$000
JOIAS E MENSALIDADES:	359\$250	» medico e pharmacia	187\$800
Recebidas:		DESPESAS GERAES:	
Em Julho	1:414\$000	Pago ao escripturario	170\$000
» Agosto	1:606\$000	» zelador	190\$000
» Setembro	1:190\$000	» cobrador	202\$800
DIPLOMAS:	4:216\$000	» construcção de 2 ventiladores	163\$950
Vendidos	30\$000	» registros de cartas com mensalidades vindas do interior	93\$814
REVISTA DE ENSINO:		» sellos para correspondencia	67\$800
Recebidos de assignaturas	139\$000	» consumo de gaz	44\$800
	23:686\$800	» diversas despesas	72\$000
		SALDO:	
		Em caixa	9:494\$266
			23:688\$800
		Somma Rs.	

O Presidente, FERNANDO M. BONILHA.

S. P. ou O.

O thesourceiro, LUIZ CARDOSO FRANCO.

O Conselho Fiscal da Associação Beneficente do Professorado Publico é de parecer que sejam approvados os balancetes apresentados pelo sr. Thesourceiro, e correspondentes, um aos tres primeiros trimestres do corrente anno, outro ao terceiro trimestre, visto acharem-se os mesmos de accordo com os livros da Thesouraria.

S. Paulo, 7 de Novembro de 1903.—*João Chrysostomo B. R. Junior.*—*João Baptista de Brito.*—*Benedicto Galvão.*

NOTICIARIO

Fallecimento.

Cumprimos o doloroso dever de registrar aqui a perda irreparavel que acabamos de soffrer, com a morte dos nossos estimados consocios Sebastião Ferreira Sant'Anna, de S. Sebastião, e Felipe Pedro Labord'Auras, de S. José do Parahytinga.

Por estes dois tão lutosos factos, a directoria desta Associação consignou na acta das suas sessões um voto de profundo pezar.

Não cabe na estreiteza destas linhas uma exposição sobre a vida, toda de abnegação á carreira que abraçaram, dos fallecidos. Limitamo-nos a enviar sinceras condolencias ás suas eximas. familias.

Revista «Paulopolis».

Com um summario opulento apresentou-se-nos o IV numero desta revista, esplendido repositório de artigos referentes ás artes, sciencias e letras.

Este numero publica um magnifico soneto, *Les Colombes*, da lavra do nosso distincto collaborador dr. Hippolyto Pujol.

Revista do Sul.

E' outra bella publicação esta, que acaba de apparecer em S. Manoel. A impressão é nitida e primorosa e a leitura variada e attrahente. Faz par-

te do corpo de seus collaboradores o nosso consocio e amigo prof. Benedicto Maria Tolosa.

Transcripções.

Continuamos, cheios de jubilo e satisfação, a ver artigos publicados nesta revista merecerem a honra de ser transcriptos pela nossa imprensa periodica.

A *Comarca*, de Dous Corrêgos, reeditou o artigo *Vocações*, do nosso collaborador Dr. Hippolito Pujol, e as attrahentes lendas de Tolstoï, colleccionadas pelo nosso companheiro R. Puiggari, foram reproduzidas pelo *Cruzeiro do Sul*, de Sorocaba, *O Progresso*, de Camarú (Pernambuco), *Diario do Jahú*, e *Correio da Formiga*, de Minas.

O Mineirense, de Mineiros, trasladou tambem para suas columnas *A Tempestade*, da lavra de Luiz Cardoso Franco, e que figurava na nossa *Literatura infantil*.

Publicações.

Recebemos e agradecemos:

A Mocidade, *O Onze de Agosto e A Via-Lactea*, da Capital; *A Galhofa*, do Bananal; *A Patria*, de Lorena; *Diario do Jahú e Corriere Italiano*, do Jahú; *Diario do Rio Claro*; *A Tribuna*, de Dois Corregos; *Correio de São Carlos*; *Tribuna do Povo*, de Araras; *O Palmeirense*, de Santa Cruz

das Palmeiras; *O Republicano*, de Sertãozinho; *O Luizense*, de S. Luiz do Parahytinga; *O Direito*, de Jundiahy; *O Atibaense*; *A Aurora*, do Amparo; *O Tempo*, de Jacarehy; *O Popular*, de Ubatuba; *Folha da Apparecida*; *Boa-Esperança*; *Cidade de Barbacena*; *Gazeta de Ubá*; *O Estado*, de Laguna; *Corymbo*, do Rio Grande do Sul; *O Astro*, de Fortaleza; *O Federalista*, de S. Luiz do Maranhão; *Goyaz e Minas*, de Catalão; *O Município*, de Vassouras; *O Baluarte*, de Campinas, e *O Sonhador*, da Franca.

Imprensa escolar.

E' com a mais justa satisfação que, dia a dia, vemos o progresso que, entre nós, vae tendo a imprensa escolar.

O jornal é a arena onde as intelligencias se lapidam, o espirito se aguça e se aprimora e a sua missão é como a do sol que traz calor e dá luz...

Bem comprehenderam isso as creanças de Jaboticabal e do Jahú com a publicação d'*O Tentamen* e d'*O Bandeirante*; aquelle, editado pela meninada para commemorar a data da inauguração official do Grupo Escolar *Coronel Vaz* da primeira daquellas cidades; e este, em homenagem á data nacional de 12 de Outubro p. pasado.

Agradecimento.

A *Revista de Ensino*, interpretando o sentimento geral da classe, agradece as manifestações de sympathia que o professorado publico recebeu da maioria da imprensa deste Estado, ante o projecto, que, reformando a nossa instrucção publica, vinha ferir direitos legitimos dos professores, além de abalar profundamente a obra sempre inolvidavel de Cesario Motta Junior.

Falta de espaço.

Por falta absoluta de espaço, deixamos de inserir, no presente numero da Revista, varios artigos que nos foram remettidos.

Aos seus dignos auctores pedimos mil desculpas, promettendo publical-os no proximo numero.

Equiparação.

O nosso distincto collaborador e presado collega, sr. prof. Pedro de Mello, acaba de ser equiparado aos actuaes professores normalistas do Estado.

Esse acto do Congresso não se póde considerar como um favor, mas sim como um acto de inteira justiça a quem, pelo estudo e pela competencia moral e intellectual, occupa saliente logar na vanguarda do escól do professorado paulista.

Ao illustrado professor, as nossas sinceras felicitações.

José Ivo de Souza Leite.

Falleceu no dia 1.º de Novembro, nesta Capital, o nosso distinctissimo collaborador musical, sr. José Ivo de Souza Leite, primeiro official da Administração dos Correios de S. Paulo.

Character sem jaça, de uma austeridade invejavel de costumes, José Ivo, durante todo o tempo que exerceu o cargo em que a morte o veiu surprehender, só conquistou amigos devotados e admiradores sinceros entre companheiros e subordinados.

Era, além disso, uma invejavel organização artistica.

Infelizmente, o seu admiravel talento musical, como prova o hymno que publicámos em um de nossos ultimos numeros, não o souberam aproveitar.

Ainda assim, estudando consigo mesmo, sem extranho auxilio, tornou-se figura saliente no nosso já bem desenvolvido meio musical.

Em sua mocidade, José Ivo cursou até ao 3º anno da Escola Normal; e ahi, entre os seus condiscipulos hoje illustres professores, deixou amizades sinceras e admiradores fanaticos de seus talentos e virtudes.

A *Revista de Ensino* não podia, pois, deixar de registrar em suas paginas esta sensivel perda, não só como homenagem ao bello character que se finou, como tambem porque fica aberto um sensivel claro na fileira illustre de seus collaboradores artisticos.

A' Exma. familia de nosso saudoso amigo as nossas mais profundas condolencias.

Julio de Castilho.

E' mais um combatente que desaparece das fileiras republicanas.

Em plena mocidade, de extraordinaria energia fortalecida por uma crença firme e corôada por uma religiosa honestidade, era nelle que se concentravam todas as esperanças da Republica.

E cil-o que tomba inesperadamente.

A's vezes, quando se rememora a lista immensa dos grandes homens, que a Patria tem perdido nestes ultimos annos, assalta-nos a mente um extranho pavor, um tetrico receio de que, amanhã, mortos todos os chefes da democracia, convertido o Brazil numa não inteiramente desgovernada, tenhamos de vel-a entregue aos caprichos de aventureiros pouco escrupulosos, antes de cair no abysmo da restauração.

E esse receio, e esse pavor cresce mais e mais se avulta em nosso espirito, quando consideramos a crise moral, que nos vae mirrando, o desanimo a que debalde fugimos e a descrença que começa de surdir.

Por isso, as virtudes civicas dos grandes mortos, como Julio de Castilhos, devem ser repetidas em toda a parte, como um conforto aos des-

alentados, como um exemplo aos que ainda têm fé.

Não contrariamos, entretanto, aquelles, que apontam defeitos no chefe rio-grandense. Elle os teve realmente; nem poderia deixar de os ter, porque a perfeição é um ideal que buscamos sem nunca attingir.

Talvez mesmo se descubram laivos de sangue innocente na historia de sua vida; talvez mesmo seus actos tenham levado o luto e a orphandade a alguns lares; não o contestamos.

Mas attenda-se agora ao estado de prosperidade da terra que elle administrou e cuja politica dirigiu até hontem.

Compare-se o Rio Grande do Sul com os outros Estados da União.

A crise economica, em todos elles, cada vez mais accentuada, ameaça constante ou mesmo a dur realidade da miseria, dominando, em toda a parte, os orçamentos equilibrados a custa de novos impostos e, em alguns Estados, os cofres publicos sem os necessarios recursos para pagamento sequer dos magistrados.

E, enquanto isso se passa, o Rio Grande, apezar da guerra civil, consegue melhorar suas finanças, tendo, já este anno, recursos, que lhe permittiram retirar o imposto que pesava sobre o funcionalismo publico.

Ponderemos tudo isso e digamos depois se os defeitos de Julio de Castilhos não desaparecem diante de seu extraordinario valor?

Julio de Castilhos era um politico de crenças inabalaveis; era um administrador honesto, energico e intelligente. De homens como elle é que o Brazil tem necessidade.

Razão ha, portanto, para lamentarmos seu passamento.

A luz é a vida.

A poesia que publicamos na secção competente, subordinada áquelle

titulo, é devida a um alumno da 1.^a escola complementar.

Por ella se nota a revelação de um verdadeiro poeta, pelo que damos sinceros parabens ao seu digno professor, sr. René Barreto.

Fallecimento.

No dia 21 do mez passado falleceu, nesta Capital, o sr. dr. Bento Guimarães, pai do distincto professor sr. Frontino Guimarães.

Ao esforçado collega e á sua digna familia, enviamos as nossas profundas condolencias.

Memorial.

No proximo numero da *Revista* publicaremos um memorial completo sobre a instrução publica de São Paulo, devido á commissão que organiza a representação daquelle ramo da nossa actividade, na exposição universal de S. Luiz.

É um bello trabalho que denota o esforço dos seus dignos auctores, srs. drs. Carlos Reis, Oscar Thompson e Horacio Lane.

Final de anno lectivo.

Com o brilhantismo de todos os annos, encerraram-se no dia 28 de Novembro as aulas de todas as escolas-modelo e grupos escolares do Estado de S. Paulo.

Os trabalhos exhibidos nas suas respectivas exposições attestaram ainda uma vez o esforço e a dedicação dos distinctos professores paulistas, e o visível aproveitamento dos seus alumnos.

A todos, os mais calorosos applausos.

Refórma dos Estatutos Sociaes

De conformidade com o que foi deliberado na ultima assembléa geral de nossa Associação, tem-se reunido regularmente a primeira commissão de revisão dos estatutos, sob a presidencia do sr. inspector escolar An-

tonio Rodrigues Alves Pereira, secretario pelo sr. professor Gabriel Ortiz.

Ao traçarmos esta noticia, estão já os estatutos approvados em segunda discussão, faltando sómente a terceira, para então seguirem para a segunda commissão de revisão, composta dos srs. drs. Oscar Thompson, Joaquim Sant'Anna e professor Arnaldo Barreto.

As idéas geraes dos primitivos estatutos foram muito ampliadas e creadas novas disposições concernentes ao desenvolvimento social, garantias do professorado em geral, elevação da Instrução Publica, protecção ás viúvas dos socios e respectivos orphams.

A proxima assembléa geral dirá a ultima palavra sobre os referidos estatutos.

Actos officiaes.

SETEMBRO — *Dia 23.*—Declarou-se ao director da Escola Complementar de Piracicaba que não podem ser justificadas as faltas dos alumnos e professores que dão ponto, sob qualquer pretexto.

Ao director do 1.^o Grupo do Braz que, de accôrdo com o § 2.^o do art. 166 do regulamento de 27 de Novembro de 1893, não podem ser matriculados nas escolas do Estado, menores de sete annos.

Aos directores dos grupos escolares de Sorocaba e Jacarehy que podem fazer a promoção de alumnos independente de exame oral, tomando por base as notas dos exames mensaes.

NOVEMBRO — *Dia 7.*—Declarou-se ao director do Grupo Escolar de Casa Branca que, de accôrdo com o decreto n. 606, de 20 de Outubro de 1898, publicado no *Diario Official* de 25 daquelle mez, as aulas das escolas complementares, modelo e grupos escolares serão abertas a 1.^o de Fe-

vereiro e funcionarão até 30 de Novembro.

Dia 10.—Declarou-se ao director do Grupo Escolar de Ytú, em resposta ao officio de 4 do corrente mez, que não podia conferir diploma de habilitação no curso preliminar aos alumnos do 4.^o anno, visto no 5.^o existirem materias que não foram estudadas, as quaes fazem parte do programma.

Dia 12.—O Secretario de Estado dos Negocios do Interior e da Justiça, tendo em vista a conveniencia da uniformização dos diplomas de habilitação nas escolas complementares do Estado, não annexas a cursos normaes, resolve mandar adoptar nas mesmas, logo que se extinguam os

exemplares existentes, o modelo usado na Escola Normal, observados os dizeres do annexo n. 6 do regulamento que baixou com o decreto n. 400, de 6 de Novembro de 1896; expedindo-se, para observancia deste, o competente modelo ás escolas de Piracicaba, Campinas, Itapetininga, Guaratinguetá e Capital.—Secretaria de Estado dos Negocios do Interior e da Justiça. São Paulo, 12 de Novembro de 1903 — *Bento Bueno.*

Dia 19.—Declarou-se ao director do Grupo Escolar de Mogy-mirim que devem ser feitas, no corrente anno, as promoções dos alumnos que continuarem a frequentar as aulas até o dia de seu encerramento, e, em Fevereiro, dos alumnos que então voltarem ao grupo.